

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

CAMILA FERNANDES

“FICAR COM”.
PARENTESCO, CRIANÇA E GÊNERO NO COTIDIANO.

NITERÓI 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

CAMILA FERNANDES

“FICAR COM”.
PARENTESCO, CRIANÇA E GÊNERO NO COTIDIANO.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Jair de Souza Ramos.

NITERÓI 2011

Banca Examinadora:

Prof. Dout. Jair de Souza Ramos.
PPGA, UFF

Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna.
PPGAS, Museu Nacional

Prof. Dra. Simoni Lahud Guedes
PPGA, UFF

Prof. Dr. (Nome)
Suplente

Prof. Dr. (Nome)
Suplente

Resumo:

O trabalho se interessa pelo cuidado de crianças realizado entre redes de amigos, crianças, parentes, vizinhos e instituições. A etnografia parte de observações feitas no Morro do Palácio em Niterói e dialoga com as discussões antropológicas relativas ao parentesco, a criança e ao gênero. As relações de cuidados exprimem um parentesco que se realiza a partir do convívio, da intimidade e da relacionalidade. Em segundo lugar, a criança no contexto pesquisado não se constitui apenas como receptáculo de cuidados, mas como expressiva produtora de cuidados. Finalmente, o gênero do cuidado mostra o conflito e a complementaridade entre distâncias e proximidades, e desvela uma experiência de densa territorialização dos envolvidos.

Palavras chaves: Cuidados, criança, relacionalidades, afeto, gênero.

Abstract

This thesis is on child care among various networks of friends, children, kins, neighbors and institutions. Its ethnographical data is resulted from fieldwork at Morro do Palácio, in Niterói, and it deals closely with recent anthropological debates on kinship, children and gender. Child care relations denote kinship relations performed since intimacy, relationality and 'living-together'. By the other side, a child in that context is not a receptacle of others's care, but an expressive care-maker. Finally, Gender relations on care reveals the conflict and the complementarity between distances and proximities, and unveils an en experience of thick territorialization of people involved in child caring.

Keywords: Care, child, relatedness, endearment, gender.

Agradecimentos.

Agradeço a todas as pessoas que conheci durante o trabalho de campo. Em especial, aos inestimáveis amigos Célia Rodrigues e Helton Luciano. Agradeço também aos incríveis Pablo, Jéssica e Tandara, “cri-onças” surpreendentes.

Agradeço ao meu orientador Jair de Souza Ramos pela parceria nas leituras, conversas e troca de ideias. Agradeço também a produtiva oportunidade de realizar estágio docência no curso “Sociologia da Família e do Cuidado” na graduação de Ciências Sociais sob sua orientação.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho através da bolsa de estudo.

Agradeço a colaboração generosa e imprescindível da Prof.^a Adriana Barreto de Resende Vianna (PPGAS\MN) e da Prof.^a Simoni Lahud Guedes (PPGA\UFF) na ocasião de minha qualificação. Fico igualmente grata e feliz com a presença e participação de ambas na banca.

No Programa de Pós Graduação em Antropologia, PPGA\UFF, agradeço ao Prof. Antonio Rafael e seu estimulante curso sobre Marilyn Strathern. À Prof.^a Tânia Stolze, pelas inesquecíveis aulas de antropologia clássica e pelo curso oferecido sobre Lévi-Strauss, poéticas de quarta-feira.

Além do PPGA\UFF, agradeço ao professor Fernando Rabossi que me apresentou o trabalho de Viviana Zelizer. Às Prof.^a Clarice Cohn e Antonela Tassinari pelas interlocuções nos GT’s “Antropologia da Criança” na ABA e na ANPOCS. A estimada amiga e Prof.^a Suely Gomes Costa, por todos os incentivos, além da sua constante inspiração nos estudos de gênero. E ao querido Jean-François Véran por todas as referências bibliográficas e comentários generosos e instigantes.

Agradeço a alegria de Wilson e Dona Neuza. Afetuosas companhias na biblioteca da UFF.

Agradeço aos amigos de turma do PPGA\UFF, Pedro Pio, Pedro Guilherme, Gleice Coelho, Eric Macedo, Mauro Almeida e Bruno Emílio e todas as diversões

vividas com vocês. Agradeço também as conversas sempre atenciosas com LÊNIN PIRES, Frederico Policarpo e Ronaldo Lobão.

Aos meus amigos de cotidiano agradeço as companhias de Bruno Augusto, Daniel Angelim, Igor Pantoja e Josué Medeiros. Agradeço, em especial, a criatividade de Natalia Velloso, de Alana Moraes e de Leif Grunewald. A amizade da iluminada Sol Senábio e a dadivosa troca de nossas filhas também recebem meus sinceros agradecimentos.

E por fim não posso deixar de agradecer a minha família, a Dona Sueli e a Maria Clara, um absurdo de alegria e afeto.

SUMÁRIO

Travessias.	01
1. Cuidados.	16
As duas mães e as Cores de Almodóvar	17
Ainda <i>Kinship</i> ?	22
Compartilhar e pertencer. Casas, parentes e vizinhos.	26
A amizade e o <i>Apego</i> . Na linha tênue do amor, da confiança e da consideração.	33
“Com açúcar, com afeto”. Um repleto de atenção, carinho, dinheiro e coisas.	40
“Ficar com”.	44
2. A partir das crianças.	49
Com quem e em quais lugares ficam as crianças?	51
Os ganhos da <i>moral</i> e a disciplina.	55
Caminhadas de crianças.	61
Vozes de crianças. Vozes de adultos.	67
Liberdades x <i>Mobilidades</i> . Autoridades x <i>Autonomia</i> .	75
3. O gênero do cuidado.	82
Um par desfeito e a criança pipoca	83
Com gênero.	89
Quando homens incomodam.	94
Homens duros e Mulheres moles.	100

Quando as mulheres saem no <i>prejuízo</i> .	104
Conclusão.	112.
Bibliografia	123.

Travessias.

Uma mulher e seu filho se mudam para um subúrbio de Tóquio. Ambos desembarcam na rodoviária e seguem para o novo apartamento. Logo que entram na sala, as malas são deixadas no chão e eis que duas crianças saem de dentro delas. Mais tarde, a mulher e seus três filhos buscam a quarta criança que vem sozinha da rodoviária da cidade. Agora a família está completa. Os dias se passam de vez em quando a mãe sai de casa, seja para passear, namorar ou viajar, mas o que parece importar, enfim, é que suas saídas são cada vez mais largas e demoradas. Nestas saídas, as crianças ficam em casa e cuidam umas das outras, fazem compras, comida, andam na rua, vivem a vida no pequeno apartamento e fora dele. É na tela do cineasta Hirokazu Koreeda, em planos aproximados, em gestos curtos e em poucas falas que o cotidiano de crianças se desenrola, tudo dentro de uma poética avassaladora, triste e bela. Crianças que se cuidam em uma grande cidade são protagonistas do filme inspirado em uma história real que teve sua encenação, após ganhar as páginas de notícia de um jornal.

A saga da pequena Maisie é o motivo do livro de Henry James. Anunciado na capa da publicação como uma história sobre o “esfacelamento da família nuclear junto ao desmonte da família extensa”. “Pelos olhos de Maisie” apresenta a separação do casal na Inglaterra do sec. XIX e sua crescente e engenhosa rede de pessoas agregadas com o divórcio e a separação dos cônjuges. São criados, padrastos, babás, cuidadores que agora estão às voltas com o cuidado da menina, com sua vida, com seu zelo. No recôndito de desvelos a criança se descobre como um veículo de informações, tensões e desafetos entre os seus: pai e mãe e todos os seus outros membros cuidadores. Agrados e disputas serão encenados e conduzidos através da criança, a qual agora, a cada dia, parece importar cada vez mais, bem mais do que antes.

Os noticiários da tarde são caracterizados por camadas e mais camadas de sensacionalismo e espetacularização. Lá, nas entranhas da produção jornalística assistida maciçamente por milhares de pessoas ao redor do território nacional, vê-se com frequência a criança que foi abandonada no bueiro, a criança que ficou sozinha em casa e que sofreu um acidente com o fogão, ou que caiu da escada. A criança que foi “vítima” do descuido, da “negligência” dos pais e da família. A criança que foi torturada, espancada. A menina Izabela, que em mais um final de semana com seu pai e sua madastra não voltaria novamente para a casa da mãe: lançada pela janela num

acontecimento que marcou de forma dramática e arrebatadora o imaginário nacional e internacional. Seja tratado em seu prosaísmo ou em sua espetacularização, os cuidados e a falta destes se mostram como fonte inesgotável de comoções. Mas, afora o verniz sensacionalista contido nessas breves alusões, parece que esses acontecimentos dizem, entre outras coisas, sobre um aspecto: “Crianças” constituem um tema sobre o qual todos, enfim, têm algo a dizer.

A polifonia continua: Crianças são “o futuro do país”, dizem em holofotes e panfletos as vozes políticas e da Educação. Crianças são fofas, bonitas e distraem os adultos, são “o sentido da vida” para alguns e muitos. Crianças fazem coisas engraçadas no *youtube* e os bebês inspiram um tanto de horrores e belezas. Crianças dão trabalho. Crianças figuram, pois, como bens coletivos.

Esta pesquisa se aproxima muito dessas insinuações, uma vez que, tal como estas vozes, ela também se interessa por crianças, porém, recai especialmente nos cuidados destas. Cuidados que, para muitos, são um assunto menor, porém, para outros, uma cascata de energias. Por cuidados podemos entender inúmeros gestos; o alimentar, o criar, o “trabalho reprodutivo” segundo premissa da economia clássica. Ou, aquilo que os movimentos feministas, mesmo em sua significativa multiplicidade, desejam trazer à tona, pois diz-se que, durante muito tempo, o cuidado se escondeu na rubrica do doméstico alimentando mais uma faceta da chamada “dominação masculina”, terreno elementar das relações desiguais entre homens e mulheres.

Bandeiras e agendas feministas flanam agitadas e institucionalizadas em busca do reconhecimento dos direitos da “minoría”. Manifestos sobre igualdade ascendem. O desafio hercúleo que atravessa décadas se mantém: mostrar o conteúdo do que se chama de doméstico, passar do invisível para o visível, fazer aparecer o trabalho escondido. Fazer jus à “grande moral feminina”... como afirma Joana Overing (1999). E, por fim, por cuidados podemos entender também as relações de interdependência, do cotidiano, ou apenas relações. Assim, este trabalho não objetiva caminhar por nenhuma destas proposições evocadas, ainda que passe atento por este corredor de gritos e experiências.

Então, retomo meu argumento para dizer que o motivo deste trabalho é pensar os cuidados a partir da perspectiva antropológica. Busco pensar estes cuidados a partir de três aspectos, que ao longo deste trabalho se distribuem entre os eixos do Parentesco, Criança e Gênero. No primeiro capítulo apresento a seguinte ideia; o cuidado cria

relacionalidades e resignifica o parentesco “dado”. Apresento o compartilhamento dos cuidados entre parentes, vizinhos, amigos e objetos. Com base na antropologia das emoções e nos trabalhos de Adriana Vianna, Janet Carsten, Florence Weber e Viviana Zelizer escrevo sobre as ideias do *Apego*, do *Contato* e do *Jeito*. Tudo se passa com um acento na carga afetiva, sentimental, monetária e material presente nestes circuitos.

O segundo capítulo pensa o cuidado feito *a partir* das crianças. Para isto, foi preciso *estar com* elas (WEBER. 2009: 30). Uma vez com as crianças, pude experienciar um pouco sobre a noção relativa a estas no contexto pesquisado e sobre como esta noção, que não é unívoca, é importante para compreensão dos cuidados transacionados. Neste capítulo fiz uma aproximação com os trabalhos de Clarice Cohn, Claudia Fonseca e Howard Becker. A proposição principal é a de que as *mobilidades* criadas pelas crianças nos fazem repensar as ideias de autonomia e idade tal como estas são apresentadas na chamada perspectiva “moderna”.

O terceiro capítulo fala do Gênero. Proponho um deslocamento da ideia de que são as mulheres as principais cuidadoras das crianças. Para isto, busco explicitar os sentidos das *distâncias* e das *proximidades* de homens e mulheres nos cuidados. Ao final, apresento o *tempo* como a marca radical da assimetria de gênero. Escrevo a partir de algumas situações de separação e recasamentos. As leituras de François de Singly e Olivier Schwartz foram fundamentais. Abordo, enfim, alguns desconfortos relativos aos homens e mulheres em registros de intimidade.

Todos os capítulos foram desenvolvidos no encontro das leituras com o material de campo. A pesquisa foi realizada no Morro do Palácio, área urbana e popular da Cidade de Niterói. O trabalho teve início em abril de 2010 e foi concluído no final de novembro do mesmo ano. Por duas vezes tive que interromper durante um tempo os meus encontros devido aos acontecimentos derivados do intenso comércio de drogas local. Estes intervalos, se somados, chegam a quase dois meses de pausa.

Iniciei a pesquisa através de um amigo que me apresentou à equipe da creche. Com o tempo pude constituir relações com outras pessoas para além da creche e tais relações, às vezes mais intensas, outras nem tanto, foram se desdobrando em diversos questionamentos e experiências. Portanto, conheci um conjunto de pessoas e lugares que me permitiram entrar em um processo de interlocução e de reflexão. Fiz poucas entrevistas, apenas cinco. As entrevistas tinham caráter semiaberto, e eram guiadas por

interesses nas trajetórias de vida, na contracepção, nos casamentos, separações, crianças, dispositivos de cuidados e, sobretudo, em quem cuidava de quem.

As entrevistas ajudaram a aprofundar questões mais pontuais; contudo, devo dizer que os melhores momentos de interlocução se deram a partir das conversas com as pessoas. Conversas casuais, às vezes mais intencionadas pelas motivações de pesquisa, e às vezes nem tanto, primeiro porque as relações vivenciadas extrapolam o nosso controle e segundo porque em diversos momentos valia o simples gesto de ir e viver a interação com as pessoas da forma como fosse, sem procurar, ou especular ou observar nada. Foi assim que muitas conversas se deram e fizeram sentido posteriormente, no momento da escrita. Enfatizo também que essas conversas foram muito prazerosas, e creio que fazer qualquer trabalho num tempo tão curto teria sido muito difícil se assim não fosse.

Quanto à construção do argumento e da pesquisa, creio que a maior parte de meu material de campo advém de três princípios de pesquisa cunhados por Florence Weber (2009), a saber, *observar, escutar e estar com*. Os dois primeiros princípios, indubitavelmente, pertencem ao legado malinowskiano, em que a observação participante, método antropológico de excelência, ganhou expressiva popularidade. O terceiro princípio tenta dar lugar à alteridade entre antropólogo e interlocutor. É o momento em que refletimos sobre como nossos interlocutores recebem nossas palavras e idéias. É o instante no qual somos significados no campo por diversas pessoas e a partir de diversos sentidos. Estes momentos dizem muito sobre nossos pressupostos de pensamento, sobre os conceitos aprendidos. Dar conta da alteridade é um estimulante caminho para pensar na potência ou na opacidade dos nossos construtos e no que deixamos de pensar quando não nos abrimos para outras experiências. É bom quando pessoas participam do texto, seja através de suas narrativas ou de suas recusas. Toda a atenção dispensada às minhas questões auxiliou significativamente na construção do texto. Estas pessoas, homens, mulheres e crianças me provocaram e me conduziram por infinitas paisagens. Algumas contaram segredos de família, até então privados e obviamente autorizaram sua comunicação. Outras aceitaram minha presença em meio ao cotidiano, tão corrido e cheio de trabalho. Elas sobretudo me estranharam, fizeram perguntas, quiseram saber o que eu estava fazendo, me ignoraram e falaram mal de mim, e foi a partir destes estranhamentos, às vezes tão desconfortáveis, que pude repensar diversas vezes o meu lugar e conseqüentemente, sobre o que escrevi.

Observar a rotina e o cotidiano da creche, por exemplo, foi muito angustiante no início da pesquisa. Por vezes saí da creche exasperada, pois me incomodava ver a forma como as crianças eram tratadas pelas professoras. Mas foi através desta experiência que pude rever a minha própria noção de cuidados dispensados às crianças participantes de meu universo de convívio. Pude ser afetada pela perspectiva das professoras e perceber que o espaço da educação infantil não carece de explicações simplistas e tampouco de julgamentos apressados. A creche é um espaço de encontros de perspectivas, um lugar de atravessamentos de vidas, onde, como diria Guimarães Rosa, ao escrever sobre a vida: “o que ela quer da gente é coragem”.

Quando utilizo a palavra “afetada”, estou me referindo ao sentido empregado por Jean Favret-Saada (2005). Na proposição da autora, durante a pesquisa é preciso se deixar penetrar por outrem, pelas ocasiões, acasos, festas, cheiros, lágrimas, sensações e inquietações que a fugaz experiência do trabalho de campo pode oferecer. Com o tempo vemos que será esta aparente “extra realidade” ou este material “sem sentido” que será capaz de mobilizar nossas posições e produzir deslocamentos na forma como pensamos a vida e, sobretudo, o pensamento antropológico.

“Observar”, participativamente ou não, não quer dizer “viver a vida nativa” em sua suposta totalidade, ou, realizar a estranha façanha de “entrar na pele do outro”, como alertou Geertz (1997). Muito se fala sobre conceitos e categorias nativas; contudo, a cisão entre aquilo que é conceitual e o que não é, lembremos, não é de natureza, como esclarece Eduardo Viveiros de Castro (2002); afinal, somos todos nativos também, nativos de uma cultura, e com isto, aquilo que nos diferencia é o sentido atribuído às experiências. Assim, falar em categoria nativa é dizer sobre uma forma de experiência, é tentar alcançar uma outra ideia que não a nossa. É tentar se descolar do nosso universo conceitual e se aproximar de outras narrativas. O trabalho do antropólogo é escrever sobre como um determinado discurso e experiência se arquiteta. Ousamos compor uma fala sobre de que forma os ditos e interditos da vida se dão. Para isso é necessário entrar em relação.

Nesse sentido, o presente trabalho é o resultado de inúmeros afetamentos que não necessariamente partem somente do chamado “campo”. A pesquisa torna-se possível a partir de diversos encontros, sendo o campo, as leituras, as imagens, as conversas com os professores, com os amigos e com os estranhos alguns dos relances

desta contribuição. Para exemplificar este turbilhão, relembro a surpresa que vivi quando fui advertida para que “trocasse de objeto”, dada minha imensa “identificação” com o tema da pesquisa. Estaria fatalmente inabilitada a me enveredar pelos cuidados uma vez que, assim como muitos de meus interlocutores, também tenho uma filha, logo, existia também como extensão uma grande “semelhança” com os mesmos, fato extremamente dificultoso no sentido do estranhamento, procedimento tão caro a boa parte da Antropologia.

O trabalho poderia cair na armadilha da reflexão de si, e de minhas próprias premissas. A conhecida antropologia como espelho, metáfora do conceito (vilão) de etnocentrismo. O fato de “ser mulher” seria outro “problema” apontado pelo colega, que me alertava contra os perigos de uma postura “exageradamente feminista”. Recordei-me novamente da ilusão da identificação citada por Geertz (1997 [1983]), quando naquela época criticava a ficção da empatia entre antropólogo e nativo. O argumento de alerta contra a ameaça da “identificação” dizia que a Antropologia se consolida como Ciência quando se destina ao estudo do Outro. Este Outro deve trazer necessariamente o ingrediente da alteridade, que preferivelmente deve ser a mais radical possível.

A espécie de advertência entoada aqui nos remete às controvérsias da pesquisa *at home* exploradas por Marilyn Strathern (1987) em: “The limits of auto-anthropology”. Strathern salienta que o problema não pertence ao compartilhamento das mesmas categorias entre antropólogo e nativo, mas em como ambos se apropriam das mesmas, como o que tanto um como o outro querem dizer quando enunciam uma ideia, um conceito. Acredito que a etnografia deve abrigar diversas vozes que não apenas a do pesquisador, como escreve Gayathri Spivak (1988), mas que, sobretudo, as vozes evocadas no texto sejam contextualizadas e complexificadas.

De todo modo, o problema da familiaridade com o universo pesquisado se coloca, ainda que se saiba, como já salientaram diversas pesquisas, que tudo é uma questão de ponto de vista; “O universo abordado, de início em termos de etnografia, pode ser simultaneamente exótico e familiar; é uma questão de prisma” (HEILBORN. 2004: 70). Logo, sabe-se que o sabor da etnografia depende menos do engajamento afeiçoado e confessional derivado dos acontecimentos de campo, do que da intervenção autoral, dos caminhos etnográficos, das escolhas bibliográficas e do modo como pensamos e comunicamos a experiência antropológica. Depende, sobretudo do que

fazemos com “isto”, a experiência de campo. Portanto, o interessante do argumento se encontra na importância em enunciar o lugar dos falantes, e o antropólogo, como os seus “Outros”, também é mais um.

A questão da comunicação da experiência, afinal, não impede que a trajetória da pesquisa receba sua devida atenção. Tive que dar conta de situações inesperadas. Levar a sério a trajetória das crianças e os seus itinerários não estava nos meus planos, e também não contava em pensar o campo dos afetos de forma engajada. Estes aparentes desvios de pesquisa, antes de constituírem-se como percalços, apresentam-se como percursos. São os percursos que tornam possível a chegada às ideias apresentadas. Não esperava encontrar situações de risco com o comércio local de drogas, motivo pelo qual tive que interromper minha pesquisa por duas vezes durante o ano. Estas situações provocaram meu afetamento e me fizeram refletir sobre a experiência na qual havia mergulhado.

Creio ser impossível achar palavras e emoções para recompor a sensação de insegurança com a qual crianças e famílias que conheci têm que conviver em seu cotidiano. O comércio local de drogas impacta a vida das pessoas e seria no mínimo estranho de minha parte não trazê-lo para o texto. A questão é longa. Não possuo espaço suficiente para discorrer sobre o impacto que a venda de drogas exerce no entorno da favela e fora dela. Contudo, não posso me furtar de tentar trazer ao texto o incômodo, a tensão e a emoção por que passei, e que, como dizem as pessoas, “já virou rotina no morro”. Estas ocasiões exemplificam o estado de fuga da intencionalidade da pesquisa para um lugar onde o que mais importa é a experiência em si.

Após sair da creche, fui até uma casa no alto do morro pegar um convite para um chá de bebê. O convite me esperava há cerca de duas semanas. Fiquei de papo por lá e o tempo passou. Era por volta das seis horas, desci o caminho de costume, quando ouvi os berros: “bota a cara mané, bota a cara!”. Virei meu corpo posicionado na viela e um homem berrante descia em minha direção a passos largos, vociferando com o fuzil em punho. Duas mulheres vinham correndo em minha direção; elas, ao contrário de mim, estavam subindo e atrás delas, três caras com três armas atiravam em direção aos outros dois homens de cima do beco, que vinham logo atrás de mim. Lancei-me no mesmo movimento feito pelas mulheres, que, com sorte, era o único caminho a ser seguido em sua consciência; afinal, havia uma quebrada no meio da viela, que eu nunca havia

reparado. Uma dona de uma das casas nos chama de seu portão, acudindo com as mãos; “entra aqui” gritava a mulher, e ali ficamos, horas, até receber por mensagens no celular das mulheres que já podíamos descer. O momento que passei na casa daquela desconhecida foi de comunicação visual; poucas palavras foram trocadas. A criança que devia ter uns seis anos de idade pergunta para a dona da casa: “Mãe, é polícia?”; e a mulher ergue o dedo assustado e faz: “Xiiiiii”. A criança se encolhe embaixo da cama com a ajuda da mãe. Não se tratava de polícia, mas, sim, de mais uma “invasão”.

A situação é extremamente aterradora. As pernas tremem e o corpo sua frio; a sensação mistura pânico com instinto de sobrevivência. O episódio permite acessar a atmosfera de intranquilidade que atravessa o morar e o viver nesse lugar. As pessoas se ressentem em conviver com esses eventos. Senti o peso das palavras de uma colega que há cerca de um mês havia me alertado para não andar pelo morro depois das seis. Contudo, quase um mês havia se passado e o morro parecia bem mais calmo, o clima andava normal e por isto retomei minha pesquisa.

Os dias após as chamadas “invasões” é como se fossem um feriado nacional, porém sem alegria ou clima de descanso. O clima no morro é como um dia fora do tempo. As ruas ficam vazias, as pessoas em geral não gostam de comentar nada e ninguém quer saber muito bem o por que o evento aconteceu. Ainda assim é possível tecer alguns comentários sobre o ocorrido, que deu muita polícia depois, que os “invasores” de facção rival fugiram, que os “meninos” (da boca) continuam lá e que os jornalistas só querem saber das informações para garantir a segurança “dos estudantes da faculdade de direito”, *campus* este que se encontra colado no pé do morro.¹

¹ Algumas palavras são necessárias para entender de que modo a violência se agencia. Quatro gerações disputam há cerca de dez anos a “frente” do morro. Durante o ano de pesquisa no Palácio, foi possível acompanhar doze mortes e todas foram de homens jovens. É difícil mensurar os agenciamentos do chamado “tráfico de drogas”; tal enunciado encobre um emaranhado de relações que extrapolam a conquista e o domínio do comércio de drogas local. Os assuntos não se resumem ao chamado comando de facção, visto que não há uma essência definidora destes grupos. A questão sobre se fulano é ADA ou CV parece se desbotar diante das outras motivações que estão engendradas. Outras segmentaridades importam; Dívidas contraídas de uma “gerência” para outra que nem sempre são pagas e se acumulam. Essas dívidas acumuladas são motivos de muitas discórdias e incidem sobre quem assume a nova *frente* do morro, que por sua vez nem sempre se sente responsável pelo débito. Acordos feitos com os plantões policiais, cumpridos e quebrados. Situações de parentesco e tráfico, uma vez que, muitas famílias tem pessoas engajadas na venda das drogas. Discussões entre quem é *cria* e quem não é. A distinção entre os *crias* do morro se refere àqueles que são nascidos e criados no Palácio, os que conhecem o território, tem familiares no local e que partilham de um sentimento de pertencimento extremamente potente. Os sentimentos de parentesco também pesam no conjunto das relações; a exemplo de uma execução na qual quem “caiu” (morreu) foi o irmão de X, em uma espécie de vingança ao assassinato de Y, também *cria* do morro e de família rival, a resposta encadeou toda uma espiral de ameaças e sabe-se que fulano, mesmo

Mesmo assim existe uma força incrível que dá continuidade a “vida normal”, porque, uma vez que ninguém morreu (desta vez), não há motivo para tanta consternação. Se estes acontecimentos causam receio, medo e vontade de “sair do morro” eles também são extremamente naturalizados uma vez que fazem parte do cotidiano. Para entender a miríade de relações que as pessoas que vivem aqui estão expostas vale à pena insistir na diferença entre *os policiais* e *invasão*.

Descrevo a diferença. Baile funk no morro. A subida pelos becos já anuncia o clima festivo da noite, são motos cortando as subidas e pessoas arrumadas para o baile desfilam ao som dos ecos retumbantes do “funk proibidão”. O clima envolvente não deixa dúvida alguma, o baile vai ser “o ferve”. No grande pátio central está o Bar do Pará, boteco tradicional do Palácio, lugar de muitas histórias, algumas memoráveis, outras que podem realmente ser esquecidas, dado seu conteúdo deveras sanguinolento. O sucesso do bar do Pará também se encontra na sua aclamada cerveja gelada com preço honesto e na velha sinuca cativa que reúne sempre um monte de pessoas no lazer.

Fora dali, pessoas espalhadas dançam ao som dos proibidões. A *pickup* do DJ estronda o ambiente com um considerável número de batidas frenéticas. Batidas escrachadas, poderosas e dotadas de uma perspicácia e poética singulares; “amor é amor, romance é romance, sexo é sexo e o lance é o lance” reverberam pelo ambiente e tratam com astúcia um tema que para alguns é tão delicado; os itinerários afetivos e sexuais. Na voz feminina da MC convidada, em tom sensual, a cantora emite a melodia e dá o seu recado: “é melhor dormir com a boceta ardida, do que dormir com a boceta molhada”. As músicas divertem tanto aqueles que dançam quanto aqueles que apenas escutam e apreciam, as gargalhadas.

Adolescentes em rodinhas dançam e se divertem, grupos de homens e mulheres bebem e apreciam a festa, as crianças brincam entre as pessoas, dançam e observam a festa sentadas na rampa em frente ao prédio velho e decadente da escola e da igreja, respectivamente. Algumas mulheres e mães estão sentadas em uma fila de cadeira

preso e “batendo a cabeça na parede” como alguns salientam, ainda telefonou para um homem e deu a ordem: “vai lá e quebra todo mundo da família dele!”. O orgulho em honrar as mortes é precípua, como demonstrou Antonio Rafael Barbosa (1998) e diz-se ainda que as disputam envolvem o “Bonde de São Domingos” e o “tráfico de pista”, que segundo se conta, são os “pontos” responsáveis pela venda de drogas nos bairros de Ingá, Icaraí, Boa Viagem e Centro de Niterói. A categoria *frente* permite misturar pessoas de facções distintas com quem *é cria* e quem *não é*. O nome *frente* se refere a quem está no comando do ponto de vendas, como diz um interlocutor: “não depende tanto de facção, mas sim de quem bota o ritmo, e quem bota o ritmo são os frentes”.

improvisada, como na disposição de um camarote, algumas com bebês de colo, outras acompanhadas de suas filhas e filhos mais velhos; vez ou outra algum homem armado atravessa o ambiente, ora nitidamente em alerta, ora com descontração. Na boca de fumo não há maconha, só pó; é o comentário que corre.

Após a sessão do DJ, um MC convidado toma posse do microfone e faz às vezes de anfitrião: “Valeu, galera do Palácio, tamus juntos, é um prazer estar aqui”. Sem mais palavras, o MC segue a sequência de seu repertório e durante a canção, em meio ao refrão, convida os demais a atirar: “vamo lá, bota tiro pro alto!!!!”. E assim acontecem muitos disparos, homens armados atiram aqui e acolá, um, dois, vários tiros, e o MC continua sua voz: “eu quero ver os *cria*!!! Vamu atirar, bota o ferro pra cantar, que bonito!”.² Os tiros alteram o ambiente e a sensação experienciada é que “agora, sim! O baile começou”, como comenta uma pessoa.

O barulho é forte, algumas pessoas tampam os ouvidos. Acima das cabeças o céu se colore com as luzes e rajadas, tensão e diversão compõem a euforia. Mas, do nada, tudo se agita instantaneamente do mesmo modo como começou: uma grande correria irrompe o lugar, as pessoas se agitam, todos correm sem direção, empurrões, tumulto, trombadas, alguns gritos.

Quando dei por mim estava novamente no Bar do Pará, ambiente cada vez mais disputado, pois agora todo mundo se amontoa, mulheres, homens, velhos e crianças. O som cessou e o barulho de antes passou da gritaria para poucos murmúrios, as reações ocorrem em sua multiplicidades; alguns apreciam o ocorrido com frieza, outros olham com excitação, há aqueles que parecem agir naturalmente, como se nada estivesse acontecendo; alguns falam sem parar, outras riem, e, finalmente, muitos estão visivelmente tensos e assustados, como eu.

Mas, afinal, o que havia acontecido? O morro “lombrou”, mas ninguém conseguia identificar ainda o quê, ou quem de fato havia chegado.³ “Eu falei; baile arregado, não é baile assegurado”, diz uma menina ao meu lado em alusão ao *arrego* dado ao plantão policial.⁴ Alguém murmura com alívio: “Ah! São os *polícias*, pelo

² *Cria* são os nascidos e criados no morro.

³ Lombrar é acabar com a segurança da boca, do baile, dos frentes. “Lombrou” é a senha para correr.

⁴ Cerca de quatro plantões policiais fazem a vigilância do morro. Alguns plantões recebem o *arrego* e outros não. Diz-se que o *arrego* pago semanalmente chega à quantia de cinco mil reais, que supostamente

menos não são os outros, né?”. Ufa! Pensei na hora. Sim, pelo menos são os *polícias*! O alívio veio ao saber que, em se tratando de policiais, a abordagem seria menos desenfreada, ainda que permeada pela presença sempre imprevisível dos *polícias*. Contudo, e isso eu também aprendi, os policiais representam menos insegurança quando comparados à invasão dos “inimigos”. No caso de uma invasão por “inimigos”, não haveria qualquer tranquilidade e hesitação, tampouco, lugar para acordos.

A venda das drogas e de seus acontecimentos não é o único fluxo que atravessa o cotidiano das pessoas. O lugar comporta infinitamente outras relações. Esse lugar ganha sentido em suas socialidades, nos encontros, recusas e silêncios. É na favela e além dela que os itinerários, olhares e interditos se espalham, ganham conteúdo. Estamos entre casas estreitadas. Gerações de famílias se dispersam no mesmo raio, cruzando lajes, quintais, quebradas, conformando um espaço fortemente territorializado. Casas que surgem como um expressivo lugar de cuidados, no qual as crianças são compartilhadas através da troca e do exercício de cuidados recíprocos, como desvelou Fonseca (1995). Se neste circuito “Aqui é tudo parente”, como lembra Simone Guedes, narrativas de distinção se realizam incessantemente; “eu quase não falo com ninguém aqui”, esclarece um vendedor; ou “eu mal boto a cara na rua”, diz outra mulher, marcando a exclusividade de pessoas que *não se misturam*.

O estrado de uma cama antiga é improvisado como escaninho, guardando cartas, envelopes, contas e encomendas distribuídas nas estantes e devidamente referidas com o nome das ruas. O funcionário dos correios só vai até ali, até a úmida e antiga Associação de Moradores do morro, na qual pessoas podem então recolher suas correspondências. Com isto, sabe-se o que chegou de contas e despesas para o vizinho, de que operadora é o telefone dele, quem tem plano de saúde, quem não tem, quem

é dividido por quatro policiais que compõem o plantão da vez. Como a menina comentou: “baile arregado não é baile assegurado”, o pagamento do *arrego* não garante que os policiais deixem de subir para intervir, até porque, neste dia, houve uma espécie de “quebra de acordo” entre *polícias* e *frentes*. O combinado diz que os bailes não podem ter tiros, fato que neste dia foi totalmente ignorado, dado o frenesi momentâneo, e por isso a polícia subiu e a sensação final foi de que “acabou a festa”. O comércio de drogas no morro do Palácio inclui muitos jovens e essa característica é apontada pelas pessoas como um dos fatores para explicar o imediatismo das ações empreendidas pelos *frentes*. Esse imediatismo é relativo às mortes e execuções que se deram antes, durante e depois da pesquisa, nas palavras dos interlocutores: “eles não pensam muito, apenas fazem”. Contudo, é possível compreender os feitos das pessoas quando se considera o conjunto de agenciamentos presentes na disputa do comércio de drogas, a saber, a disputa com o estabelecido “tráfico de pista”, a chegada, entrega e armazenamento da droga no morro, disputas entre os *crias* e “inimigos”, princípios de parentesco e pertencimento em relação e, finalmente, dinheiro e dívidas contraídas.

recebeu uma carta da justiça ou um envelope grande e recheado. Os ícones e logomarcas das cartas são folheados, minuto a minuto, por toda a legião de gente que vive na mesma rua. O pequeno espaço é agitado, todo final de tarde, com a volta dos trabalhadores para casa.

Um lugar que estimula olhares. Do alto da associação olha-se todo mundo que está chegando. Olhar para os outros. Porém, contra a sensação de voyeurismo, de estar na vitrine, existem sempre estratégias e técnicas de recolhimento, olha-se pra baixo, balança-se a cabeça num gesto seco, cumprimenta-se com um breve boa tarde ou simplesmente, segue-se em frente, para cima ou para baixo, já que os becos se multiplicam em inesperadas direções. O velho e improvisado escaninho da associação de moradores é a metáfora para lembrar que, se existe na favela uma instância da proximidade, na qual as relações entre pessoas pode ser facilitadas dada a geografia local, por outro lado, a aproximação dos varais, cheiros, músicas, corpos, pessoas e casas não implica qualquer coletividade ou semelhança, qualquer uso substantivo da pretensa proximidade desfalece e a etérea ilusão de uma comunidade\sociedade se encerra.

Ora, então por que falar da favela? Porque simplesmente a favela se apresenta para quem está nela. O lugar irrompe e aparece imponente, cheio das antigas controvérsias quando anuncia o nome em sua potência: “mas você está no Morro? Deus me livre!”, alardeia o desdém do olhar de fora. Uma moradora questiona a presença estrangeira e comenta: “você pensa que morar no morro é bom? Morar no morro não é bom não”. Ao ouvir o endereço da ladeira, o taxista pergunta: “É tranquilo? Dá pra subir?” e a atendente da pizzaria informa: “senhor, nosso entregadores não podem entregar; consta no sistema como área de risco”.⁵

Ademais, abundam as recomendações contra o perigo iminente de estar em um lugar “perigoso” e “cheio de bandidos”. Cabe esclarecer que as advertências partem

⁵ O tema do espaço é constitutivo das ciências sociais, presente na divisão clássica entre morfologia e representações cunhadas por Émile Durkheim (2008 [1969]). Divisão esta que também está presente na filosofia de Hegel. Malinowski, em *Coral Gardens* (1935), investiga as práticas econômicas e apresenta uma belíssima reflexão sobre o espaço. Em Lefebvre (1974) temos o caráter dialógico entre espaço e humano no qual a percepção do espaço delimita a produção e a propriedade. Na escola de Chicago emergem os temas da heterogeneidade e dos efeitos sociais de uma dada organização social, a cidade desponta como “laboratório” social. O clássico “Sociedade de esquina” (2005) também é fonte de inspiração para qualquer trabalho com o bairro, o entorno e as relações urbanas.

tanto de quem está *dentro* do morro, como de quem está *fora*.⁶ Para as crianças os olhares são redobrados; “outro dia um mototáxi passou correndo e atropelou um menino”, diz um homem, e ninguém sabe quando uma *Blazer* da polícia e seus canos longos podem adentrar as ruas.

A casa como espaço no qual se dão relações sociais foi de fundamental importância neste trabalho (GUEDES, 2008. DUARTE e GOMES, 2008). Casas se apresentam como um locus privilegiado de relações familiares e exprimem vivências de intimidade entre habitações, terrenos, crianças e vizinhança. As casas não se encerram nas portas, mas se estendem até as soleiras e as margens da rua, nas franjas repletas de crianças sendo vigiadas por adultos, ou mesmo entre elas, brincando. Algumas casas vão além da sua forma-habitação virando bares à noite, salões de beleza, padarias e barracas, como os badalados bares do Denilson e do Pará. O noturno não espanta as crianças, mas, ao contrário, estas ali permanecem, dormindo em alguma cadeira, olhando mesas cheias, jogando fliperama, correndo.

Casas são “boas para pensar” quando manifestam memórias de infâncias singulares e entrelaçam criação e cuidados. Sobre o sentido das casas, Carsten nos esclarece:

“Perhaps this is attributable to the dense and myriad connections that link together what goes on in houses – processes of feeding and nurturance, the emotionally charged social relations of close kinship, and repetitive bodily practice through which many rules of social life are encoded – quite apart from their more practical, material, and aesthetic dimensions” (CARSTEN, 2004:31).

Casas não se resumem a partilha de recursos, de comida, do lazer, ou das brigas de família, elementos que sozinhos já possuem amplos significados históricos e políticos. Casas também são o lugar no qual o parentesco é feito (CARSTEN, 2004) e no qual o *contato* é atualizado. Ou seja, é necessário identificar quais são as casas atravessadas no itinerário deste estudo e que critérios morais são partilhados na produção de casas seguras, confiáveis e propícias aos cuidados dos filhos, pois afinal, estas casas não deixam de ser “lares de cuidado” devido ao seu alto grau de realização destas atividades (WEBER, 2006). Como explorado por Florence Weber (2005), casas são instâncias nas quais o parentesco se atualiza a partir do convívio e da

⁶ *Dentro e fora* são termos utilizados pelos moradores para nomear quem é que mora no morro e quem não mora.

comensalidade, sendo lugares de agenciamento de sentimentos, bens, afeto e dinheiro, na chamada gestão coletiva da vida, a exemplo da ideia de *maisonée* trabalhada pela autora.⁷

As casas vivenciadas ultrapassam o circuito da favela, ganhando o Bairro de São Domingos, da Boa Viagem, do Ingá, de Icarai e de São Francisco, adentrando as “casas de família” nas quais muitas interlocutoras trabalham e efetuam o trânsito em meio à multiplicidade de contextos e categorias de pensamento. Mediadoras sociais, como diria Gilberto Velho (2001), quando joga luz nos interstícios em que muitas crianças têm o primeiro contato com a “riqueza” e o “bonito” segundo suas próprias classificações: “Eu já fui na casa que minha mãe trabalha, lá é lindo, tem uma televisão grandona de LCD, uma piscina grandona, eu fico no quarto lá, desenhando, é bonzão”, diz Karoline, de sete anos, com a face exultante.

Sobre as pessoas apresentadas no texto, a maioria das mulheres em sua maioria trabalham como empregadas domésticas, babás, cozinheiras, manicures, donas de casa, professoras na educação infantil da creche e duas são recepcionistas (uma de um consultório médico e outra em uma academia). Muitas, nas horas vagas, buscam complementar sua renda através da venda de bijuterias, na revenda de cosméticos (das empresas Natura e Avon), doces industrializados e comidas feitas em casa, como quentinhas ou salgadinhos fritos. Os homens trabalham como porteiros, entregadores, auxiliares de obras, garçons, cozinheiros, padeiros, mototáxis, vigias noturnos, entre outros bicos, como a coleta de mariscos na praia da Boa Viagem, segurança no comércio e mototáxi. Um dos interlocutores é cantor e produtor de uma banda de forró.

Em relação à escolaridade, muitas mulheres interromperam os estudos na época em que tiveram filhos e são elas que atualmente buscam em maior parte, estudar à noite

⁷ Florence Weber se dedica ao estudo das solidariedades familiares e volta seu olhar para o compartilhamento de sentimentos e bens materiais no cotidiano. Para Weber, o sangue, o nome e o cotidiano se configuram menos como entidades substantivas e mais enquanto eixos de organização da gestão coletiva da vida. A partir da ideia de *maisonée* é possível pensar o convívio e o pertencimento, bem como situações de partilha de recursos. É interessante notar que, a *maisonée* não implica residência comum, é possível, por exemplo, a partir de inúmeras situações, pensar o fluxo de pessoas que participam do cuidado de outras em casas separadas, pessoas que não “dividem o mesmo teto”, mas que estão envolvidas a partir da troca e do pagamento de coisas e pessoas em uma gestão coletiva da vida. A *maisonée* permite retomar assim a importância dos cuidados na vida cotidiana, reintroduzindo o tema da economia doméstica no debate antropológico contemporâneo sobre outros contornos.

para concluir o ensino médio na “educação de jovens e adultos”. Apenas uma interlocutora havia acabado de entrar em uma faculdade privada no curso de letras, fato do qual muito se orgulhava, pois na sua família ela era a primeira cursar o terceiro grau. Dos homens, a maioria terminou o ensino médio a duras penas, trabalhando desde adolescentes ou preferindo trabalhar a estudar, “coisa de gente que pode”, na opinião destes. Para os filhos destes trabalhadores, como sinaliza Simone Guedes (1991), resta um projeto de vida cuja escolarização e o acesso ao trabalho estão obrigatoriamente inclusos.

Por fim, resolvi considerar a assertiva nativa de que aqui “todo mundo se conhece”, por isso, o texto apresenta nomes fictícios. A escolha em “trocar os nomes” não decorre da solicitação de ninguém que tenha participado da pesquisa, mas trata-se de uma decisão minha; creio que assim posso garantir minimamente a privacidade dos envolvidos e, sobretudo, por questões de segurança, uma vez que algumas informações falam em alguma medida sobre o comércio de drogas. Quanto aos nomes grifados em itálico, trata-se de categorias nativas ou de língua estrangeira. O uso de aspas sozinho, ou seja, sem referência ao enunciado das pessoas, quer dizer que se trata de um uso literal da minha parte. Por hora, estas breves indicações serão o nosso ponto de partida.



“Sem título”. De Jean-Baptiste Debret.

1. Cuidados.

As Duas mães e as Cores de Almodóvar.

“Ela falava que eu era maltratada, que eu vinha cheia de machucado; eu sempre soube assim, ninguém nunca chegou e disse: ah! Você não é minha filha não. Desde que comecei a entender as coisas já sabia quem ela era, ela nunca escondeu, é difícil falar, às vezes, não sei... se faz alguma diferença”.

Jackeline.

A sonoridade inconfundível do teclado eletrônico e o cheiro extasiante da carne queimando na churrasqueira não impedem que o pequeno bebê adormeça num sono profundo. O forró tilintante e a festa na laje se dão em comemoração ao nascimento da criança que acaba de completar um mês de vida. A menina adormece nos braços de Jackeline, sua irmã. A garota de doze anos embala o bebê no colo toda sorridente e diz para sua mãe Carmem que a criança “é a coisa mais fofa”. Logo em seguida a menina se volta para Maria, sua outra mãe, e comenta sobre as fotos que acabou de fazer da festa, imagens que vão para o Orkut.⁸

Jackeline conta que às vezes é difícil falar acerca das duas mães: “A gente nunca conversou sobre isso, sabe? Sempre foi muito natural, mas antigamente, quando eu era mais nova, era meio... eu chorava e tudo, agora já me acostumei já”. Ainda bebê, a menina passou a ser criada por sua avó, Maria, antes de completar um ano de vida. Jackeline conta que sua mãe Carmem era muito nova e por isso não tinha condições de criar uma criança: “ela tinha 16 anos, aí ela brigava com meu pai, brigava muito com ele, aí eu ficava na cama chorando, ficava machucada, ela andava na rua comigo nos braços, me passava de mão em mão; quando eu estava com fome ela me dava mamadeira quente”.

Jackeline enuncia suas duas mães através das justificativas que escutou desde criança: “ela nunca falou sobre isso não, ela só diz que minha mãe me tomou dela, só que minha mãe fala que se eu continuasse com ela eu iria morrer, o médico mesmo disse pra ela que se eu continuasse daquele jeito iria morrer”. O retrato descrito se assemelha ao que Vianna chamou de “cenas de salvação” (2001: 35). Atos, gestos e condutas capazes de livrar crianças do “descuido” provocado ou negligenciado por

⁸ Orkut é o nome de um *site* de relacionamentos.

outrem. Gestos que não deixam de ser potencialmente simbólicos, uma vez que revestem positivamente aqueles que os realizam, como indica a autora. Tamanha positividade reside na expressão do cuidado de uma criança, “vítimas” de um destino incomum, daquilo que se enuncia por “falta de cuidados”, como Jakeline aponta através de diversos elementos.

Assim, duas narrativas fundamentam a transferência dos cuidados de Jakeline: a primeira consiste na avó que “tomou” a neta da filha e a segunda se refere à mãe que “deixou” a filha com a avó; no entanto, as perspectivas se coadunam quando repousam no *jeito* inadequado de criar uma criança, na qual a mãe biológica haveria perdido e\ou cedido a filha para a avó. Se o rumo dos acontecimentos correu exatamente desta maneira pouco importa na análise. O mais significativo consiste em pensar o modo pelo qual o idioma do parentesco se reinventou dadas as circunstâncias de vida e no qual o *cuidar* se constituiu como um eixo crucial na transformação das relações.

Atualmente a garota tem um maior convívio com sua mãe Carmem. A mulher voltou a viver no morro após o nascimento de sua terceira filha, Izabela. Estas mudanças recentes facilitaram a aproximação de Jackeline com sua mãe, de modo que ambas intensificaram a convivência mútua, ainda que esporadicamente.

No entanto, até o presente momento, Jackeline conviveu com sua mãe Maria e quando pensa acerca da maternidade, ela sintetiza: “Mãe é quem cria, dá amor, carinho, quem cuida mesmo.” Na clareza de suas afirmações parece existir uma tensão obliterada, emudecida na conformidade do tempo e dissolvida na resolução dos arranjos. Lampejos de constrangimentos são visíveis na disputa dos agrados entre as mães; “as duas têm ciúmes de mim”, diz Jackeline. Os comentários sorrateiros e tendenciosos dão a tônica na disputa de atenção: “ela faz tudo que Jackeline quer, sempre foi assim”, sussurra Toninha durante a entrega de um presente em uma festa. Maria adensa a tensa triangulação quando acirra: “agora ela teve outro filho, e eu falei pro pai do filho dela: está preparado pra ter alguém pra criar? Vamos ver se desta criança ela vai cuidar!”.

Na escola, a garota se orgulha de ser uma boa aluna e lembra que seus maiores problemas se resumem à hora de assinar documentos e preencher lacunas com o “famigerado nome da mãe”. Questiono o motivo do termo famigerado e ela explica; “é que me faz lembrar disto tudo, sabe?”. Outra perturbação se refere aos incontáveis

questionamentos de amigos desejando saber sobre a falta de semelhança física entre mãe e filha: “ela é sua mãe? Mas ela não parece em nada com você!”.

A dessemelhança de aparência entre mãe e filha sempre despertou comentários alheios, Jackeline é branca, alta, de cabelos negros, crespos, com expressivos olhos desenhados e muito elogiada por sua beleza. A aparência da menina se aproxima muito das feições de sua mãe Carmem. Já Maria estampa uma morenice caramelada, cabelos claros e estatura baixa, reunindo feições totalmente distintas da sua filha.⁹ O pai de Jackeline mora na vizinhança e a garota define a relação de ambos como *distante*:

“eu tenho assim, não vou dizer que não gosto dele, mas às vezes ele passa e não fala comigo; só quando ele quer mesmo que ele fala comigo, é assim que é. Mas dizer que eu não gosto, não quer dizer que eu goste, porque eu não tenho relação. O Beto é praticamente meu pai, porque meu pai de verdade não me dá atenção assim; então é com o Beto mesmo”.

Beto é o segundo marido de Maria e ambos estão casados há 25 anos. Ele se constituiu como responsável pelo cuidado de Jackeline, pois, na época que a menina passou a viver com Maria, ambos já eram casados. Mas Jackeline enfatiza que a *proximidade* com Beto não se explica pelo fato de ele ser marido da sua mãe, mas sim pelo “carinho” que ele sempre imprimiu na relação. Portanto, Jackeline não tem *contato* com seu pai e diz que no passado sofreu muito com esta *distância*, “bem mais do que sofro hoje”. A falta do *contato* é, portanto, a falta de relação. De seu pai biológico a menina recebeu o registro do nome e após um acordo entre Maria e Silvia (avó paterna de Jackeline) as mulheres chegaram à quantia de R\$ 200,00 como pensão, valor que a

⁹ Coisa intrigante é a aparência, um dado que incomoda os interlocutores. Volta e meia durante o trabalho de campo a questão da aparência entre filhos e parentes norteou algumas discussões. Cito como exemplo as fofocas em torno de um menino que “não parece” com os pais. A mãe e o pai do menino têm a pele branca e a criança tem a pele negra: “preto, preto” como enfatizam os vizinhos. Os amigos dizem que a mãe trata o menino mal: “o menino tem dois anos de idade e a mãe dele bota o prato dele no chão pra ele comer, vê se pode? Sendo que com os outros filhos dela ela não faz isto”. A justificativa para a falta de zelo e carinho é a questão da aparência. A dessemelhança física é tema de estranhamento dos vizinhos, familiares e amigos. A mãe do menino é alvo de jocosidades, os amigos zombam: “menina, de onde é que este filho veio? Não parece com ninguém”. As fofocas comentam que o pai da criança medita - em particular - em torno da aparência do menino; diz-se que ele já chegou a duvidar entre familiares muito próximos sobre sua paternidade. Outros comentam que a criança deve ter sido “trocada na maternidade” e depois de verificação engenhosa por parte de alguns familiares constataram que isto não ocorreu. Estes acontecimentos indicam que a aparência constitui uma tensão acerca da origem da criança, e, portanto, de seu parentesco.

menina recebe desde pequena. O cuidado foi negociado entre as avós, que juntas definem o dinheiro que será dado mensalmente para a criança.

Frente às duas mães e apesar de estabelecer tal duplicidade a menina trata a mãe biológica pelo nome próprio e a mulher que assumiu sua criação como mãe, marcando delicadamente através do substantivo, a proeminência da criação na constituição da maternidade. Como mãe da garota, Maria diz que a menina “puxou muito” a ela e ressalta um conjunto de características em comum dentro de inúmeras homologias; a personalidade, o gênio, o temperamento forte; “as pessoas por aqui dizem que ela é metida, que ela não fala com quase ninguém, mas não é não; é que eu sempre fui assim também, e ela é igualzinha”. Como indicativos de substância compartilhada, a aparência e a personalidade são identificadas como eixos de afinidade entre as partes, nos quais o requinte do cuidado compõe toda a fidelidade do laço estabelecido. Adiante, proponho um olhar em torno das categorias grifadas, mas antes outra cena interfere no texto.

Teresa está radiante: havia acabado de conseguir uma internação no hospital público para o seu marido, que sofre de “problemas de circulação”. A mulher de 63 anos, hoje aposentada, ao longo de toda sua vida foi empregada doméstica e vendedora de produtos de beleza. Durante um grande e festivo chá de bebê no alto do morro ela apresenta seus seis filhos sentados à mesa como uma “grande família”. Das mulheres, quatro são filhas do casamento com seu marido atual. A mais nova das mulheres é uma adolescente, filha de seu “ex-cunhado” Jorge.

Jorge conheceu Cássia, irmã de Teresa, logo após sua filha com a ex-mulher nascer. A ex-mulher de Jorge não quis ficar com a criança: “a mulher era pipa avoadada, vivia na praia, traía muito o coitado”, justifica Teresa. Na ocasião da separação, Jorge assumiu a criação de sua filha Yasmim e imediatamente passou a viver com Cássia. No entanto, após dois anos de namoro, Jorge decidiu mudar de cidade em busca de um novo emprego. Naquela época o casal já estava em vias de separação e segundo Teresa “viviam brigando”. Cássia queria estudar à noite e seu desejo se revestia de grande tensão na vida do casal, pois Jorge não aceitava. Foi questão de tempo para a separação chegar: Jorge foi para São Paulo e Cássia se mudou para Lumiar com um novo namorado. Ao sair de casa, Cássia comunicou à irmã que não criaria, sob nenhuma

hipótese: “filho de outra”. Jorge, pai da criança, avaliou que não tinha condições de levar sua filha consigo e resolveu deixar a filha com Teresa.

Sendo assim, Teresa “pegou” Yasmim para criar no auge de seus 5 anos de idade; “isso acabou resolvendo a história toda, porque na prática eu já cuidava dela mesmo, desde pequena. Alimentação, atenção, creche, doença! Quem cria seis filhos não perde a majestade! Nunca.” Teresa residia próximo à antiga casa do casal e, portanto, Yasmim já passava os dias na sua casa, durante todo este tempo. Yasmim recebeu como registro o nome de seus pais biológicos e hoje aos 10 anos de idade é filha de Teresa, sua mãe e a pessoa responsável por sua criação.

Já Rafael, filho caçula de Teresa, “na verdade” é seu neto.¹⁰ O menino também é filho de Ana, a terceira filha de Teresa por ordem de nascimento.¹¹ Ana é portadora de uma deficiência mental, uma síndrome “raríssima. Ela entende as coisas, mas como você pode perceber, tem algumas dificuldades”. A mulher utiliza cadeiras de rodas, seus braços são atrofiados e possui dificuldades ao falar, emitindo sons longos e abstrusos. Ana tem 32 anos de idade e engravidou do menino Rafael aos dezenove anos. Teresa não quis comentar muito sobre o assunto, apenas diz que, quando viu, “Ana já estava grávida”. Logo que a criança nasceu, Teresa assumiu Rafael como filho por avaliar que a mãe dele não tinha condição de criar o menino: “se ela é quem precisa de cuidados, como pode cuidar de uma criança?”.

¹⁰ Ao conversar com as pessoas foi muito comum ouvir a expressão “na verdade” como referência ao parentesco. Podemos entender o uso do termo “na verdade” como marcador da consangüinidade, e ao fazer isto, o valor do sangue enquanto um construto moral se atualiza como relevante. David Schneider (1968) analisou a noção de “verdade” como expressão do sangue e compartilhamento de substâncias. Em sua perspectiva, a idéia de “verdade” é parte central do parentesco americano e corresponde aos pais biológicos. Ao lado do parentesco “de verdade” estão às relações virtuais; pais adotivos, de “direito”, madrastas, etc.. Tais relações não são pensadas como reais uma vez que não compartilham o mesmo sangue, nem a mesma Biologia. Ainda assim, Schneider sinaliza que estas relações são tributárias de um código de conduta e um padrão de comportamento derivadas das posições de parentesco. Contudo, proponho considerar o termo “na verdade”, não como um tributo ao sangue, tampouco as obrigações, mas sim, no plano do *parentesco prático* cunhado por Florence Weber (2005), que em síntese, se refere ao conjunto de pessoas que participam efetivamente do cuidado de uma criança e que ao fazer isto atualizam o parentesco. È no plano do *parentesco prático*, na indicação de quem fica e de quem não fica com a criança que as pessoas enunciam o termo “na verdade”. Se o termo evoca a Biologia, no sentido de uma origem, as descrições acima extrapolam de modo ilimitado esta instância. Ressalto ainda que em nenhum momento do trabalho de campo o termo “biológico” foi acionado entre os interlocutores. Outro termo enunciado nas narrativas e que opera nesse mesmo plano trata do nascimento, utiliza-se “nasceu dela”, “é filho dele”, para falar da relação de nascimento, da concepção, tomada como expressão da consangüinidade e do compartilhamento de características em comum.

Rafael, hoje com treze anos, aciona a memória para contar de que modo começou a entender que não havia “nascido da barriga da mãe”; o rapaz diz que com o tempo passou a entender tudo, ouvindo conversas de família, nas quais pequenas referências a sua filiação iam esclarecendo sua descendência; “achava estranho, pensava... como pode minha mãe ter engravidado? Depois entendi; ela namorou também, né? Esses dias na escola passaram um filme que a mulher, mesmo dormindo e doente, engravidava. Você sabe qual é o nome deste filme?”. Rafael se referia à obra “Fale com ela”, de Pedro Almodóvar, na qual a mulher em coma, após um acidente de carro, engravida de seu enfermeiro, um homem totalmente apaixonado. O menino enfatiza que nunca considerou a relação entre ele e sua mãe biológica como de mãe e filho e ressalta que o tratamento entre ambos é totalmente diferente: “é como se ela fosse minha irmã mesmo”. Rafael encerra sucintamente, dizendo que sua mãe é a Teresa: “Minha mãe é ela”.

Ainda Kinship?

Estas breves passagens carregam situações nas quais os cuidados influenciaram radicalmente a vida das pessoas. Ambas trazem a experiência da criação como um eixo redefinidor dos laços biológicos, da consanguinidade, da concepção e do nascimento. Jackeline, Yasmim e Rafael se encontram em um aspecto, para eles; “mãe é quem cria”. O enunciado comumente difundido parece remeter à familiar distinção entre parentesco social e biológico, entre natureza e cultura.¹² A cisão, fundamental na ruptura com os determinismos e com tudo que é pensado como inato, marca a proeminência do Social, e porque não da Cultura, como espaço fundamental para análise das relações humanas.

¹² Sobre este aspecto, Silvia Yanagisako e Jane Collier (1987) apontam que a distinção entre natureza e cultura – importante para o questionamento da universalidade da assimetria de gênero, uma vez que é utilizada na compreensão destas diferenças – é alinhada com a perspectiva estruturalista. Contudo, uma ressalva deve ser feita, na teoria de Lévi-Strauss; natureza e cultura trata-se de ferramentas analíticas; ambas não possuem valor ontológico. Lévi-Strauss (2009 [1962]) partiu do tabu do incesto para pensar a especificidade da cultura, uma cultura que seria a expressão da natureza. Cultura é, assim, um modo de manifestação e expressão da natureza. Lévi-Strauss (2007) está dialogando com a distinção cartesiana entre pensamento e matéria, alma e corpo. Distinção esta na qual matéria é tomada como percepto, e o sensível, a alma, como conceito, como o inteligível. Nesse sentido, o signo é a entidade indissolúvel destas categorias e não opera distinção uma da outra. Assim como o pensamento mítico (1993) opera por meio de perceptos e por meio do sensível, já que o mito é indiferente a tal distinção. Na filosofia tradicional, objeto de reflexão de Lévi-Strauss, as categorias de sensibilidade são consideradas como não objetivas e esta é uma das leituras para a base da problematização levistraussiana sobre natureza e cultura; a crítica ao pensamento cartesiano e as dicotomias filosóficas, balizas da filosofia ocidental moderna (CHARBONNIER. 1989).

Entretanto, em “After Kinship”, publicado em 2004, Janet Carsten argumenta que durante muito tempo a Antropologia cristalizou o parentesco, “esta mola mestre da disciplina” (FONSECA. 2003: 09), em termos de direitos, obrigações e práticas. Para Carsten, esta formulação eclipsa uma extensa margem de criatividade e possibilidades criadas no decorrer da vida cotidiana. Assim, quando a antropologia ignora os acontecimentos contemporâneos, a exemplo de conflitos interétnicos, ou de situações corriqueiras e próprias de um mundo “imediately outside of academy”, esta esquece uma instância na qual o parentesco se reinventa como um aspecto importante e significativo na vida das pessoas.¹³

Evidentemente, o parentesco de que nos fala Carsten não corresponde a linhas de descendência e genealogias, tampouco se limita à tríade de obrigação, direitos e sentimentos. Na levada da reviravolta crítica vivida entre as décadas de 60\70, o parentesco enquanto entidade privilegiada e totalitária perderia seu lugar, passando para talvez, um uso *menor*, “um meio pelo qual se comunica com outros tempos, outros espaços”, como sugere Gilles Deleuze ao comentar a obra de Carmelo Bene (2010: 35). Tomando a devida proporção deste viés, o parentesco *menor* não faria mais Cultura nem História, mas mantém seu conteúdo “intempestivo” .

Contra um objeto totalitário e essencialista, Carsten (2003) propõe outros eixos de reflexão, a saber, gênero, pessoa, casa, corpo e substância seriam vetores complexos e correspondentes às noções de parentesco; seriam, sobretudo, instâncias nas quais o parentesco é feito. Ademais, se insere nesta perspectiva a noção processual, instável e híbrida de *relacionalidade*; “its broadest sense, relatedness (or kinship) is simply about the ways in which people create similarity or difference between themselves and others” (2000: 82). Relacionalidade se refere ao regime de conexão, é o estado de ser relacionado, condição de possuir relação com outrem. Logo, a proposição de Carsten se afasta das dicotomias atribuídas ao parentesco ocidental, pois admite que, se existem fronteiras, divisões e binarismos, estes podem ser entendidos como manifestações de

¹³ É verdade que Carsten volta seu olhar para transformações específicas do mundo pós-colonial, como a doação de esperma no Estado de Israel. Da esposa que reivindica o direito para utilizar o esperma do marido morto, ou da mulher adotada que busca conhecer a mãe depois de longos anos de vida. Considerando estes contextos, a comparação cultural é um convite para revisitar a validade das distinções estabelecidas entre natureza e cultura, biológico e social, dicotomias enunciadas como próprias do pensamento moderno segundo Bruno Latour (1994).

uma distinção entre o dado em oposição ao feito. Diante desta reformulação, toda tentativa de essencializar o parentesco se perde, bem como outras formas de apreender experiências de relacionalidade são liberadas.¹⁴

Na trilha das relacionalidades, John Borneman (1997) lembra que a Antropologia, em sua constituição, realizou um expressivo trabalho para fixar o humano como objeto de conhecimento. Como consequência, ao investir no estudo das formas matrimoniais e do parentesco como expressão de práticas normativas, organizadoras e quiçá, universais, a disciplina acabou por reificar modelos familiares e padrões de convívio. Mesmo insistindo na variabilidade e diversidade das formas, segundo Borneman, a antropologia foi responsável por canonizar princípios de organização estruturais, a exemplo da descendência e da afinidade. Embora o autor reconheça uma ruptura epistemológica expressa nos conceitos de gênero, sexualidade e poder, ele afirma que no cerne das preocupações antropológicas os paradigmas clássicos de parentesco permaneceram alimentando linhas quase sempre dedicadas aos modelos hegemônicos.

Ao afirmar esta posição, Borneman acaba por ignorar a diversidade de pesquisas, quando generaliza a Antropologia como um mundo unívoco e fechado em si. Em seu retrato, a disciplina seria a empresa única e responsável pela formulação de mapas, genealogias e estandartes, quando, ao contrário, é cada vez mais visível o movimento de crítica vivenciado desde os tempos de David Schneider, aquele da “transpolinização”, como aponta Claudia Fonseca (2003), no qual infinitas linhas de fuga estariam ganhando lugar nas análises antropológicas.¹⁵

Ao invés de reificar formas hegemônicas, Borneman sustenta que o olhar antropológico observe formas de “filiação voluntária”, como aquelas que dizem respeito ao cuidar e ser cuidado (1997: 02). É neste momento que sua proposta nos atrai. Vejamos: a primeira sequência apresentada pelo autor se refere à adoção de um jovem

¹⁴ No plano das relacionalidades as conexões entre pessoas seriam o motivo para o estudo das relações de poder e sentimentos, imanentes às relações de cuidados e dadas muitas vezes sob a rubrica do parentesco, da família, do gênero e da sexualidade, entre outros agenciamentos.

¹⁵ Penso que a validade da argumentação de Borneman repousa mais na crítica ao conteúdo heteronormativo das categorias antropológicas e menos na responsabilidade atribuída à disciplina em reiterar modelos de parentesco; porém, de todo modo, sabe-se que o modelo heterossexual implícito nos modelos clássicos do parentesco foi objeto da análise feita por Gayle Rubin (1975).

por outro homem mais velho, cujo vínculo de direito entre as partes seria instaurado dentro do regime da descendência, através da paternidade adotiva; contudo, a ligação não pode ser reconhecida pela lei, uma vez que é sabido que ambos os homens foram amantes, existiria assim o interdito do incesto, contido na relação afetivo-sexual entre pai e filho. O casamento entre homossexuais também não é reconhecido legalmente, e sendo assim, resta como saída o obscurecimento da relação afetivo-sexual para as autoridades legais e a continuidade do processo de adoção.¹⁶

O segundo momento da análise feita por Borneman envolve a tentativa de união entre uma mulher alemã e sua namorada de nacionalidade tcheca. Em tempos finais de guerra e as tensões acerca da cidadania no solo alemão, o casamento da namorada tcheca com o filho da mulher alemã surge como alternativa, uma vez que a união formal resolve, a um só tempo, a cidadania no país e a relação afetivo-sexual entre as mulheres. As cenas descritas reivindicam o reconhecimento legal da experiência cotidiana do cuidar de outrem, evocam o reconhecimento do *Sorgerecht*, “direito de ser cuidado” (1997: 11).

Para Borneman, a representação canonizada pela antropologia clássica e reiterada incessantemente na prática do Direito (apesar de não constituir nenhuma novidade para os antropólogos) é incapaz de dar conta de processos nos quais o exercício dos cuidados exprime uma considerável significância na vida das pessoas. Em ambos os casos, além do exercício das relações afetivo-sexuais, também está em jogo a expressão e a garantia do cuidado de outrem; a conquista de um visto, a transmissão dos bens e a provisão de condições seguras e estáveis para viver a vida, em outras palavras, a trama de relações estaria atravessada por um princípio fundamental de cuidar e ser cuidado.

Em tempo, o autor salienta que na atualidade do mundo jurídico, apesar de os pais não reivindicarem de seus filhos cuidados na velhice, exigindo que estes paguem suas dívidas e despesas ou exerçam cuidados, os filhos, cada vez mais, requerem legalmente o direito de ser “criados e educados”. Direito este que vive um processo crescente no sistema jurídico nacional e internacional.

¹⁶ A incompatibilidade das categorias de aliança e descendência ocupando o mesmo conteúdo relacional é objeto da crítica de Borneman. Vale lembrar que estes arranjos se consolidaram na antropologia de Radcliffe Brown e de Lévi-Strauss, respectivamente.

Em nosso caso, é necessário ressaltar que as tramas apresentadas no decorrer deste texto não necessariamente recorrem a qualquer chamada legalização ou regulamentação através dos dispositivos de Estado. Por vezes, as relações vivenciadas correm longe da “justiça”. As negociações engendram instáveis e delicadas mediações, acordos silenciados, reciprocidades costumeiras e assimetrias diárias. Os cuidados dos filhos nem sempre são entregues à avaliação das normas legais “do juiz” e ainda assim estão dispersos em uma trama poderosa de agentes que exercitam cotidianamente a garantia e a sustentação dos olhares, das proteções e do convívio.

O cuidar emergiu como uma preocupação real na vida de Rafael, Yasmim e Jakeline, motivou encontros e produziu constrangimentos. As conexões do cuidado resignificaram o parentesco “dado” e transformaram avós em mães. No caso específico de Yasmim, restou a conexão estabelecida entre a menina e a mãe da ex-mulher de seu pai. A experiência narrada versa entre a estabilidade definida pela criação e a incerteza intrínseca à relacionalidade.

Se no imaginário popular “quem ama cuida”, na constelação acadêmica o tema dos cuidados ganhou interesse recente (VIANNA, 2001. 2002. WEBER, 2005. 2006. ZELIZER, 2005. 2009). O cuidar constitui-se assim como preocupação nativa; “quem vai cuidar agora?”, “Com quem ele vai ficar? Como?”. Logo, enquanto categoria êmica e extremamente polissêmica, “dar atenção”, “ficar com”, “olhar”, “criar”, o cuidar atravessam a experiência vivida, diariamente. Nesse sentido, a provisão de cuidados envolve um conjunto de casas, pessoas e objetos através dos quais as relações de parentesco, vizinhança e amizade adquirem sentido, entre estes o cuidado se realiza. Por este motivo, é neste raio de interesses que vamos nos deter.

Compartilhar e pertencer. Casas, parentes e vizinhos

“se não fosse pela minha mãe não seria”

Claudio.

“Ah minha filha, com parente perto é uma tristeza. Hoje mesmo (o avô) disse que ia bater em Ketelin, disse que ia dar com a muleta na cabeça dela. A outra (avó) bebe, enche a cara e fica falando coisa ruim pra Ketelein. Eles agora estão assim, ele fala pra Jéssica e ela fala pra Ketelin, quer falar mal de mim, falar pra minha filha. Pode falar mal, e reclamar deles, eles reclamam

das meninas, dizem que as meninas não param e não têm educação, mas não pode querer bater neles, ai eles mexem comigo. Parente tem que ser de longe, porque senão fica assim, fala mal de mim pras minhas filhas e faz fofoca”.

Irene.

As duas indicações da epígrafe querem insinuar o termômetro instável e submerso no seio familiar; sabe-se que parentes enquanto cuidadores de filhos dos outros viabilizam inúmeras ajudas, aliviando pesadas e carregadas rotinas de trabalho. Mas, uma interlocutora recorda: “tudo tem volta”. O postuldo maussiano esclarece: toda dádiva implica sua retribuição. O pêndulo da reciprocidade constitui uma espécie de aparato mágico na resolução de praticamente todos os fenômenos humanos; para tudo parece existir um inexorável e constante, dar, receber e retribuir e sendo assim, evocar o conceito curinga não nos livra de prosseguir, desejamos algo a mais.¹⁷

Avancemos, pois, adiante no contínuo de reciprocidades. Se em termos familiares a reciprocidade implica retribuição, a pertinência desta não pressupõe um padrão afetivo unívoco. Logo, podemos reter a dimensão afetiva que não é contemplada somente em termos prescritivos ou de restituição. O plano “obrigatório dos sentimentos” (MAUSS, 1921) abre perspectivas para compreensão das diferentes expectativas presentes em diversas posições de parentesco; “a mãe desnaturada”, “os filhos desobedientes”, “o pai que sumiu”. Existe assim uma densa carga afetiva dotada de incrível ambivalência, que precisa ganhar relevo a partir da expressão dos sentimentos.

Tratemos assim da potencialidade das assimetrias. A gratidão, o amor, o carinho e o afeto constituem sentimentos que andam lado a lado das obrigações (COELHO e REZENDE, 2010). O tempero essencial do cotidiano, presente em torno de motivações dos parentes, da família, das crianças, seres que “se não fosse por eles não seria”. Parece que, em meio às correntezas sentimentais, construtos culturais se elevam (FONSECA, 1995. COELHO, 2006. COELHO e REZENDE, 2010). Desta forma,

¹⁷ Como toda reciprocidade instaura a assimetria, a produção de densidades torna-se irremediável. Nesta chave, as relações familiares implicam também um conjunto de proibições (LÉVI-STRAUSS, 1986. SARTI, 1996).

tento focar, a partir dos cuidados, uma significativa produção de afetividades e de ambivalências presentes no idioma emocional e familiar.¹⁸

Falar, portanto, em motivações significa falar em princípios nos quais o idioma familiar é acionado em meio à pragmática do cotidiano. Sabe-se que toda e qualquer tentativa de definir o que é ou de objetivar as famílias é um desafio, pois sua variabilidade é insistente e repousa menos no seu estatuto ontológico e mais nas formas de atualização dos construtos familiares (DUARTE e GOMES, 2008). Em outras palavras, a família, tomada como princípio de ação, produz alternativas à reificação de modelos, uma vez que se dedica às relações práticas (BOURDIEU, 2009. WEBER, 2005). Trata-se de sinalizar de que modo a experiência familiar acontece na vida das pessoas, como o parentesco se atualiza e que categorias relacionadas à família estão presentes nas narrativas.

Logo, algumas indicações são necessárias para a leitura deste texto porque dizem respeito à possível confusão entre o uso dos termos família e parentesco. Enquanto categorias conceituais, parentesco e família podem ser distinguidas dentro dos divisores clássico\contemporâneo, simples\complexo e até mesmo, ocidental e não ocidental, uma vez que “nós” temos Família os “outros” tem Parentesco, como sugere Janet Carsten ao comentar a obra de David Schneider (CARSTEN, 2004: 188).

Porém, minha aposta de pesquisa segue a proposição nativa na qual uma instância parece englobar a outra, uma ultrapassa a outra e assim por diante. A diferença entre família e parentesco nas narrativas se refere aos consanguíneos, ideia utilizada para evocar os parentes. A família carrega pessoas em convívio mútuo, incluindo também aqueles que não partilham “o mesmo sangue”; como dizem os interlocutores,

¹⁸ Segundo Rezende e Coelho a emoção foi tomada como expressão de processos psicológicos, individuais e refratários à problematização socioantropológica (2010). Como as autoras apontam, tal inclinação exprime claramente o binômio indivíduo\sociedade característico da sociologia de Durkheim. Entretanto, o legado da “natureza coercitiva do social” deixou abertura para o estudo das chamadas “externalidades”. Nesse sentido, a influência de Simmel – para quem a vida social é dada na AL teridade – tem seu destaque na reflexão entre “motivação” e “forma”, aproximando sociação e dimensão afetiva (2006). Em Mauss, a expressão dos sentimentos ganha destaque, ritualizadas, coletivas, o que permite pensar o obrigatório e o espontâneo. Para Mauss: “a expressão dos sentimentos é uma linguagem, em que o indivíduo comunica aos outros aquilo que sente em um código comum, neste movimento comunicando a si mesmo suas emoções” (48: 2010). Por outro lado, a acepção da expressão “idioma relacional” evocada neste trabalho não se atém à concepção sistêmica de linguagem, mas se aproxima da perspectiva “prático-discursiva”. Para Hans Medick e David Sabeau (1984) a experiência familiar pode ser analisada através da articulação de formas de linguagens específicas. Ambos ressaltam o que a forma de comunicação é capaz de dizer sobre as relações costumeiras, externas, afetivas, dramáticas. A questão da comunicação serve assim para descortinar códigos e registros de interação.

estes “são família também”. Fora esta ênfase, não acompanhei nenhuma outra expressão radical para distinguir os parentes da família. Para alguns fins, figura o apelo da família; para outros, será o parentesco. Contudo, no cerne das preocupações nativas o grito do parentesco parece falar mais alto por conta das ideias de *proximidade* e *distância*, que veremos do decorrer deste trabalho. Assim, para evitar carregar o texto (aludindo à distinção entre família e parentesco), opto por adotar o uso do termo parentesco, já que os *parentes* são enunciados em maior escala nas narrativas.

Desta forma, é certo que no contexto de estudo a família parece ser de uma extrema significância, seja moral, política ou sentimental e sendo assim, os valores familiares podem ser contemplados eternamente. Contudo, Gerald Creed (2000) esclarece parte destas questões quando problematiza o lugar dos valores familiares nas relações. O argumento do autor efetua uma reversão; é em torno de situações concretas que os valores familiares ganham sentido e relevância, ou seja, são produzidos. Creed demonstra que a carga econômica presente em negócios familiares pode reforçar e criar, ainda mais, os chamados sentimentos de família. Suas indicações se aplicam ao contexto estudado e estimulam a seguinte pergunta: Em que medida a reiterada produção de cuidados reforça estes laços familiares? Como os valores familiares ganham sentido a partir das situações nas quais um projeto conjugal com filhos não deu certo? Quando uma mãe, ou um pai, não quer cuidar de uma criança, que tipo de valores é amplificado? É diante destas inflexões que a produção de valores familiares parece se dar; portanto, tratemos disto adiante.

A falta do *contato*. Proximidades e distâncias impróprias.

Samara é uma menina que tem os olhos vivos, olhos que falam por si, nada passa despercebido pela garota de 5 anos de idade e tudo o que acontece ao seu redor é passível de interpretação. Sempre muito arrumada e graciosa, a menina vive dando pitacos acerca de qualquer assunto; trejeitos não faltam em suas descrições, de modo que é quase impossível não se entreter com sua inventividade.

Samara diz que ama muito estudar e explica como veio parar na creche: “eu falei para o meu avô Girafa (apelido do avô) que queria estudar lá na creche da vovó Lúcia e

por isto eu estou aqui”. Sua avó Lúcia é auxiliar de serviços gerais na creche e participa ativamente da criação de Samara junto com seu ex-marido, o vovô Girafa. “A mãe de Samara está grávida do terceiro filho e por isso eu peguei pra criar mesmo”. Lúcia decidiu cuidar de Samara por avaliar que a filha “é muito nervosa com os outros dois”. Lúcia esclarece que o *nervoso* da filha é compreensível, uma vez que ela mesma também sofre de igual condição.¹⁹ O nervosismo da mãe de Samara é fato conhecido entre as pessoas, de modo que a mãe é famosa pela falta de paciência com os filhos. Rumores não faltam para clarificar sua conduta: “ela bate nas crianças à toa, sabe? Por qualquer coisa perde a cabeça”. Em tom de reclamação, Lúcia salienta o *jeito* inadequado de a filha tratar os netos e oferece assim mais uma das razões para justificar por que “pegou a neta para criar”.

Algumas palavras sobre o *jeito* são necessárias. O *jeito* não recai somente no modo particular de realizar determinadas coisas ou ações no mundo, mas consiste num dos principais índices desta grande cartografia relacional na qual o cuidar se fortalece. Falar do *jeito* de alguém cuidar de uma criança é falar da moral de outrem, é estabelecer um juízo. O *jeito* é o mediador da esfera coletiva para intimidade e ao mesmo tempo é o signo que dissolve estas fronteiras. O *jeito* é da ordem da moralidade e exprime a avaliação de um registro sutil e delicado, que versa acerca da forma de orquestrar o amor, o carinho, o toque, o zelo, a educação, a imposição de limites, a alimentação, o respeito, a vigília dos horários da criança, os olhares, a impositação de voz. Nesse sentido, o *jeito* de cuidar de outrem é um qualificador de relações. Para se cuidar de uma criança é preciso ter *jeito*, é preciso possuir esta qualidade retratada como inata, uma vez que existem pessoas que “definitivamente não têm *jeito* nenhum” para cuidar de criança. Diz-se que todos têm um jeito de fazer as coisas, mas nem todos os *jeitos* são socialmente aceitos por aqueles que participam das relações de cuidados. A expressiva reversibilidade do *jeito* torna difícil sua captura; o dispositivo é dotado de grande mutabilidade e a cada momento se altera, dadas as condições de sua expressão e acontecimento, contudo, é também com base no *jeito* que as relações se transformam.

¹⁹ Luiz Fernando Dias Duarte (1988) escreveu acerca do nervoso entre trabalhadores populares. O nervoso é tomado como qualidade interior e relativa à perturbação; sobretudo, o nervoso é um indicativo de constrangimentos tributários do sentido de responsabilidade. Entre outras, o nervoso estabelece as bases de mediação entre condições físicas e morais.

De volta ao texto, o pai de Samara mora no bairro do Ingá. “Ele é playboy, tem casa, moto, carro”. O rapaz namorou Luciene durante quase um ano e desde que a mulher ficou grávida, “não quis saber mais da criança”, como conta Lúcia. Juntos, brigavam muito e devido às constantes discussões, o casal decidiu se separar; a falta de consenso acerca dos cuidados de Samara levou o casal à justiça. Segundo Lúcia e sua filha, Renato não queria ajudar na criação da filha, “não dava nada” e dizia-se desempregado. Após quatro audiências, o Juiz decidiu por uma pensão de 300,00 reais, que na avaliação de Lúcia foi “muito bem feito”.

Luciene, mãe de Samara, esclarece: “O pai não tem contato com a filha, quase nunca procurou a menina”. Como vimos, o *contato* merece nossa atenção, pois não se trata de mera comodidade descritiva, mas exprime as ideias de conexão e relacionalidade. Quem realiza o cuidado mantém-se em *contato*, logo, mantém-se em relação. A ideia é central na análise já que neste contexto o *contato* operou a divisão entre pessoas, legitimando a autoridade da mãe e dos avós que cuidam. Na outra via, a falta de *contato* selou o descrédito público do pai *distante*. Renato faz tratamento no hospital psiquiátrico de Jururuba e sua família diz que ele “é maluco e tem comportamento bipolar”. Entretanto, Lúcia discorda da veracidade de sua insanidade e rebate: “Você já viu uma pessoa tomar Rivotril e ficar pra cima e pra baixo igual ele fica? Ele trabalha, não rasga dinheiro; ele é maluco na frente do juiz! Ele anda de carro pra cima e pra baixo, trabalhando; maluco de cabeça não dirige não”.

Mas devemos esclarecer que nem todos os *contatos* têm o mesmo peso no conjunto de relações. O *contato* não necessariamente implica a proximidade física, tampouco o “estar junto”. É possível se fazer presente através do *contato* a distância, a partir da provisão de alguns *bens de cuidado*, e da coexistência de um fluxo de coisas e dinheiro (VIANNA, 2002. WEBER, 2005). Tanto a *proximidade* quanto a *distância* são correlatas à relacionalidade, pois expressam com quem se pode contar, com quem as pessoas ficam e, também, com quem se renova o sentimento do parentesco. Assim, *distância* e *proximidade* são as marcas de quem está *fora* ou *dentro* da rede de cuidados, a exemplo do fluxo de dinheiro operado pelo pai de Jackeline. Contudo, a natureza das ajudas e colaborações possui diferentes sentidos para os agentes, sentidos estes que pretendo explicitar adiante.

A menina Samara vive entre as três casas nas quais recebe cuidado: a casa da mãe, que frequenta de vez em quando, a casa do vovô Girafa, seu abrigo durante alguns dias da semana, e a casa de Lúcia, o lugar no qual passa a maior parte do tempo. Na avaliação de todos, as casas dos avós são as mais *seguras*. Não por acaso os desenhos de Samara no mural da creche ilustram sua expansão entre pessoas e casas. Estampado no papel-ofício, lá está a menina, de vestido vermelho e de mãos dadas com seu avós, um de cada lado, em seguida a mãe Luciene desponha com um bebê de colo e outra criança acenando, de modo que toda a família se vê assim representada.

Com o salário que recebe na creche, Lúcia sustenta a sua casa e as necessidades dos netos, como roupas, comida e alguns brinquedos que as crianças desejam. O avô Girafa também participa com dinheiro na criação dos mesmos, pois, como citado acima, Samara é a segunda neta. O avô sempre faz compras no mercado e dá algum dinheiro para a filha Luciene. Lúcia também cedeu uma parte de sua casa para a filha viver com os netos; a casa de dois andares é larga e muito espaçosa, resultado de anos de trabalho. Lúcia vive no andar de baixo e Luciene no de cima. Samara tem um quarto próprio em cada uma das casas, reflexo do tempo de convivência em ambas as casas.

Miriam Lins de Barros (1987) trata da presença das avós em contextos de cuidados com os netos. Em seu trabalho a existência de avós e avôs é expressiva na realização de ajudas e em situações de separações conjugais, doenças dos filhos e nascimento dos netos. Entretanto, no contexto das camadas médias estudadas por Barros, a participação dos avós no cuidado dos netos é caracterizada por um tempo intermitente. Os avós não compartilham cotidianamente a criação dos netos com os pais, ainda que as posições sociais e as hierarquias de família entrem em conflito, dada a vivência intergeracional e as diferentes perspectivas de vida decorrentes desta interação.

No caso de Samara, os avós não apenas assumiram sua criação, como deslegitimaram o cuidado que a filha Luciene realiza. Mas se o *nervoso* diagnosticado pelos familiares gera o descrédito da mãe, ele também produz um sentimento de compreensão nos pais de Luciene. Junto à sensação de compadecimento, existe também outro componente no qual os avós se apoiam para cuidar da neta; este reside na “pena” que a filha inspira. O avô Girafa me explica: “A coitada, além de não ser boa mãe, ainda teve um casamento falido”. No caso de Jackeline e Rafael, as avós não apenas viraram mães – ficando a cargo, do cuidado, do sustento e com o próprio nome da mãe – como a

criação estabeleceu também *quem não era mãe e quem não podia ser* a exemplo da mulher deficiente e da filha adolescente, ambas sem “a menor condição de criar filho”.

Por falta de *contato*, Vladimir perdeu seu barraco para Vanusa. Após o nascimento do primeiro filho, o homem resolveu viajar para a casa da mãe, no Ceará. Vanusa passou por uma gravidez de risco e, na ocasião do nascimento da criança, disse ao marido que ele não deveria partir assim, “logo agora”. A mulher havia acabado de ter seu filho e dizia que o menino precisava da presença e do *contato* do pai. Mesmo sob insistência de sua esposa, Vladimir partiu para a casa da mãe e seguiu em meio à ameaça da mulher. Vanusa entoou a sentença: “Eu já disse para você ficar, mas você não me escuta, quer ir pra casa da sua mãe. Vai, mas quando você voltar, saiba que você não põe mais os pés no teu barraco!”.

Vladimir retorna após três meses de viagem. Neste ínterim, Vanusa ficou de resguardo sob os cuidados de seu pai, que logo se incumbiu de sustentar a filha e o neto. A divisão das tarefas se dava da seguinte maneira: Vanusa cuidava de si e da criança. Seu pai mantinha a casa com comida, contas pagas e cuidava do netinho recém-nascido, dava banho, fazia dormir e cumpria com as demandas do bebê na medida de sua exigência. Passados três meses, Vladimir retorna a sua casa e a promessa de Vanusa se realiza. Como havia declarado sua mulher, agora *ex*, o homem não teria mais o direito de viver ali e a ameaça acabou sendo chancelada na justiça. Este assunto será tratado novamente no capítulo 3 devido a sua relevância para pensar o gênero. Agora, basta olhar para o fluxo de patrimônios, cuidados e coisas, no qual a falta do *contato* com uma criança desencadeou o seguinte: um homem perdeu seu barraco construído “a duras penas” para a *ex-mulher*. Em justaposição, o barraco também foi perdido para a criança dado à obrigação moral de cuidar do filho. Isto se deu segundo o julgamento “da justiça” e de todos os presentes que acompanharam o desenrolar da situação.

Em nome do cuidado de Samara, toda uma sinergia entre coisas e sentimentos é operada corriqueiramente na rede familiar. Foi em nome deste cuidado que Vladimir perdeu a casa que o mesmo construíra para seu filho. Mas o exercício do cuidado não pertence apenas ao âmbito familiar. Este entrelaça os amigos, tão fundamentais, pessoas sem as quais “também não seria”.

A amizade e o Apego. Na linha tênue do amor, da confiança e da consideração.

“Quando essas desavenças ocorrem, quase sempre têm efeito semelhante ao de um trovão em céu de brigadeiro”.

Daniéle Brum.

Gabriela e Claudilene são amigas e vizinhas. Claudilene tem uma filha de 5 anos chamada Giovana, a qual Gabriela *ajuda* a criar. Se arte – dentro de suas inúmeras acepções – diz respeito à esfera das habilidades, podemos afirmar que Gabriela é destas mulheres que detem a “arte” do cuidar. Em termos conceituais, diríamos que Gabriela é uma cuidadora, ainda que ela nunca tenha se nomeado enquanto tal. Para ela, o seu fazer passa por “tomar conta de crianças”, atividade que realiza há muito tempo:

“No meu caso eu tomo conta da Giovanna, eu trabalho como empregada doméstica e tomando conta de criança. Antes de tomar conta de Giovana eu tomei conta de Fernanda, filha de Andréa da creche, depois eu tomei conta de Vitor, que a mãe dele era empregada doméstica, depois passei a tomar conta da irmã de Cristina, que ficava também aqui na creche; aí depois eu parei, que ela ficou mais grandinha e veio aqui pra creche. Depois eu fiquei tomando conta de outra criança que peguei com sete meses e fiquei com ele até agora até quatro anos que está na outra creche: é Eduardo Henrique (filho de Carlos); aí ano passado a mãe dele engravidou de novo e está em casa e não precisa mais trabalhar e ele está com mãe de novo e eu estou com Giovana, levando e buscando da creche; a mãe dela sai às sete, deixa na minha casa, eu trago ela, vou trabalhar, depois pego ela e levo pra minha casa e a mãe dela pega ela mais tarde quando chega; nos outros dias trabalho como empregada doméstica também, de faxina.”

“A pessoa com quem se pode contar para deixar os filhos”. Gabriela possui esta credibilidade na vizinhança. Bem como Nice, a avó de Rafael, que antes de chegar ao morro residia no Largo do Batalha. Nice cuidava de 15 crianças em sua própria casa. Não era uma creche, tampouco uma escola; era mesmo uma casa, a casa da Nice. Nice recebia cerca de cinquenta reais por criança e cuidava de todas somente com a ajuda de uma moça: “era uma menina nova, muito boa, tinha uns dezessete anos”. Pergunto se Nice não perdia a paciência com tanta criança em casa e ela declara: “Imagina!” –

ênfatizando – “minha filha, minha vida é criança: amo!”. Entretanto, muitas vezes acompanhei a exasperação de Nice quanto aos cuidados com Rafael, que o menino não come na creche, que a criança vive em sua casa ao invés de ficar com a mãe, que depois que Rafael nasceu ela não tem tempo para trabalhar fora. Porém, estas queixas não devem ser lidas no eixo da ambiguidade, mas sim a partir da ambivalência presente na expressão dos cuidados. De fato, sua vida foi cuidar de criança, coisa que hoje em dia mantém em curso, uma vez que está com a responsabilidade de cuidar de seu neto Rafael. A alusão à trajetória de Nice se justifica pelo fato de que, assim como Gabriela, esta também possui a fama respeitável de pessoas que “cuidam bem”.

Mas voltemos a Gabriela. A mulher também estabeleceu uma forte relação com o filho de outra amiga, o menino Duda, filho de Andressa. A mãe de Duda veio com a criança de São Paulo para trabalhar em Niterói e logo conseguiu uma casa no morro através da indicação de uma amiga. Uma vez instalada, Andressa conheceu Carlos, namorou e teve sua segunda filha. Andressa logo arrumou um emprego como empregada doméstica e diante disto precisava de alguém para ficar com seu filho Duda.

A atenção de Gabriela para com as crianças foi recomendada na vizinhança e foi através do cuidado dado ao filho de Andressa que ambas desenvolveram uma relação de amizade. Hoje Gabriela parece efetuar uma espécie de assistência para os demais membros da família de Andressa, que esclarece:

“A Gabriela foi um presente de Deus; ela não toma conta só do meu filho, ela toma conta de mim, dos meus problemas, ela é amiga, confidente, vizinha. Até dos problemas que eu tenho com meu marido ela sabe, e resolve, sabia? Porque ela conversa com ele também (risos)”.

Gabriela recebe 120 reais mensais para cuidar do menino Duda. O sentido desta relação se assemelha ao tema discutido por Viviana Zelizer no livro “The Purchase of Intimacy”, no qual a autora destaca a multiplicidade das relações de cuidado; estas seriam relações que não se encerram em determinadas atividades, não estão facilmente circunscritas e nem claramente delimitadas entre as pessoas interessadas. Recobertas com o manto abafado do doméstico, algumas situações passam aos nossos olhos com uma suspeita discrição. Zelizer (2005) nota a polivalência da parteira Marta Ballard, “que fazia tudo: foi médica, psicóloga, enfermeira, farmacêutica e esposa dedicada”. Em troca, a parteira recebia vários tipos de pagamentos “não monetários”, como

presentes, o açúcar que faltava em sua casa ou o cuidado de seu jardim. Na opinião de Zelizer, a imprecisão das atividades corriqueiras, a falta de um preço estabelecido, bem como a invisibilidade do “mundo doméstico” são responsáveis pelos baixos salários e a precarização daqueles que realizam tais atividades.

Gabriela também realizou muitos cuidados de saúde entre as crianças de que tomou conta. Uma criança foi curada depois que chegou com “doença de pele, cheia de brotoejas”. Outro menino sofria com assaduras tão profundas “que parecia que iam sair se passasse a mão pra lavar no banho”. A criança com prisão de ventre foi tratada graças à colocação do supositório, o qual o pai da criança “não tinha coragem de colocar”. De todas as crianças Gabriela sanou as doenças fazendo com que elas ficassem “novinhas em folha”. Gabriela diz que tem o “dom para cuidar” e desvela uma espécie de relação mágica e curativa efetuada com as crianças. Este dom é revestido de poder que, segundo ela, “poucas pessoas neste mundo têm”. Todas as crianças de que Gabriela cuida se afeiçoam a ela e não foi raro ver, em muitos momentos, no campo, a forma afetuosa como muitas crianças vinham correndo abraçá-la, beijá-la e pedir para ficar na sua casa.

Como vimos, Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010) falam de uma gramática dos sentimentos. As narrativas de Gabriela exprimem o contínuo amoroso presente no exercício dos cuidados. O primeiro indicador da densa carga afetiva e de compromisso consiste na “parentalização” de pessoas de fora do circuito familiar, “apelativos de parentesco aplicados a não parentes” (DUARTE e GOMES, 2008: 161). O menino Duda chama Gabriela de mãe e seu esposo, de pai. A menina Giovana chama Gabriela de tia. Todos estes termos certamente são indicadores da *proximidade*, de quem está *fora* e de quem está *dentro* dos cuidados (WEBER, 2005). Mas não é só isso. O convívio de Duda para além de sua casa “de origem” é tão intenso que o menino já foi até motivo de conciliação diante de uma séria briga de casal:

“Uma vez meu marido teve uma briga comigo, e ele virou pra mim e disse que ia embora e arrumou aquela confusão toda brigando; eu tava dando janta a Duda que tinha acabado de pegar ele da creche, e eu chorando e falei pra Duda: ele vai embora, vai deixar a gente: lá do banheiro ele tava olhando, daí ele veio, botou Duda no colo, olhou pra ele e falou assim: se eu for embora eu vou deixar você. Ele olhando pra ele, ele se emocionou e não foi. Ele é apegado a ele também, Duda desde pequenininho, todo miudinho, andava a rua todinha com ele, nas barracas com os cabelos pro alto, passeava com ele por aí. Pergunta pra Andrea; é um amor que todo mundo tem por ele lá em casa, Aline, as minhas duas filhas”.

Este amor de que nos fala Gabriela se espalha na maré turva das ambivalências. O denso conteúdo afetivo é um motivo pelo qual Gabriela anda pensando em não cuidar mais de ninguém. Sua queixa é que ela se *apega* muito às crianças e uma vez que a pessoa está *apegada*, todo o trabalho do cuidado torna-se mais complexo. Segundo Gabriela, o *apego* é ruim, pois quem se *apega* à criança do outro passa a se afetar com praticamente tudo o que diz respeito à vida da criança. As preocupações referentes ao filho do outro passam a fazer parte da rotina do *apegado*. O jeito de falar com a criança, o jeito de educar, o jeito de vestir, a forma de dar a comida, os horários de dormir podem tornar-se motivo para profundas dissidências entre amigos, entre patrões e empregados e entre parentes que se *apegaram* aos filhos dos outros. Segundo Gabriela, deve-se evitar o *apego* e com isto evitar também o envolvimento emocional com a criança e sua família.

“Quando eu me apego, eu não quero que a mãe brigue, que caia de tapa; se eu ver, aí mesmo que a gente briga, aí eu não quero mais, sabe? Porque eu tomo conta deles como se eles fossem meus filhos, aí pronto, aí não dá. Agora, por enquanto eu estou só com a Giovana, mas é só porque eu pego e busco e tenho pouco contato”.

O *apego* é ruim porque introduz um sentimento *além* da relação previamente estabelecida entre pessoas unidas na chave da amizade e do parentesco. O *apego* é da ordem do excesso. Entre os *apegados*, a proximidade, o convívio cotidiano e o conhecimento do outro geram necessariamente a legitimidade para intervir em tudo que é alheio. Tais interferências nem sempre são toleráveis, uma vez que extrapolam noções de privacidade e ferem hierarquias familiares relativas às posições sociais. Para isto, uma das estratégias de minimização do *apego* consiste na evitação e controle do *contato*.

Olhemos para Marina. A jovem mulher deixava o seu filho com uma amiga da vizinhança, “amiga fiel mesmo”. Questionada sobre se falaria com sua amiga, caso soubesse que seu filho fora maltratado, ela me disse: “Mas é claro que eu vou falar com ela; não tem esta coisa de só porque é amiga não pode falar não; se fizer mal pro meu filho, eu falo”. Contudo, Marina disse ficar tranquila frente a tal ameaça, pois confia em que a amiga trate o seu filho “muito bem”.

Tempos depois Marina descobre que sua amiga havia “vacilado”. Foi através da fofoca de outra amiga que Marina soube que o filho havia levado um tapa na casa da

amiga. Inicialmente Marina duvidou do informe: “Custava a acreditar. Eu disse até pro meu marido, criança inventa!”. Entretanto, o marido Vinícius, sem titubear, reprovou o gesto do tapa e ordenou a ruptura: “Caio não fica mais na casa dela! Que bagulho é este? Bater em filho dos outros! Você vai lá falar com ela, sim.”

Marina foi buscar satisfação acerca do ocorrido e recebeu a melhor das negativas como resposta: “Mas você acha que eu fiz isto, mulher? Sabe que seu filho fica muito bem comigo!”. Marina também concordava com isto, até aquela amarga informação inesperada. Marina sentiu-se *decepcionada* com a amiga, já que ela nunca havia maltratado o filho de Eunice; já Vinicius, sentiu-se *revoltado*, “porque em filho dos outros não se mete a mão”.

Marina também cuidava do filho de Eunice, quando esta precisava; as duas revezavam nos cuidados das crianças. Ambas trabalham como diaristas, “cada uma ficava com o filho da outra”, dia sim, dia não. Marina também se *apegou* ao filho de Eunice e apesar de não ter rompido a amizade de vez com sua vizinha, esta não é mais uma pessoa “confiável” para com ela deixar seu filho. No processo de ruptura da confiança, Marina pondera que de fato “ela cuidava muito bem de meu filho. Mas não o tempo todo, né?”. Marina não rompeu a amizade de todo com Eunice, mas o resíduo final definiu que Eunice “não serve mais como amiga”. Assim, parece que o castigo físico marca uma fronteira. O cuidado pode ser partilhado, mas não o seu direito de castigar. A “propriedade” não aparece na modalidade positiva da criação (os outros podem criar), mas aparece na modalidade negativa (não se bate em filhos dos outros). O direito de castigar parece assim intransferível; afinal, quem pode castigar quem? Veremos no decorrer deste trabalho.

Diante deste contexto, figurou a dificuldade em expressar situações de desagrado e desconforto. Este desconforto é marcadamente um dos traços extremamente relevantes nas relações de cuidado. Marcante não por sua visibilidade, mas por tudo aquilo que seu conteúdo silencia. A questão também está presente no argumento de Viviana Zelizer; em espaços de intimidade se desafia a noção de pessoal, ou melhor, é a partir destas relações que a percepção do que é pessoal também é construída. As crianças são assunto pessoal já que pertencem sempre a alguém, embora estejam o tempo todo sendo compartilhadas e se atualizando como bens coletivos. Deste modo, pertencimento e

compartilhamento são compatíveis, mas não apagam uma hierarquia entre os “criadores”, a exemplo do gesto do tapa.

Então, falar das crianças é falar também da relação para além destas e neste quesito a comunicação parece operar dentro de duas instâncias: no registro fechado, os agentes encontram dificuldades para estabelecer de forma clara e direta que tipo de cuidado desejam para os seus filhos, lembrando que estes tratamentos passam necessariamente pela questão do *jeito*. Neste registro é possível visualizar a subordinação, as dependências recíprocas e as ofensas silenciadas, já que romper com o desagrado significa romper com a amizade e com o cuidado oferecido. No registro aberto, ou seja, quando o agente tem “a coragem” ou a autonomia de enunciar “o que não gostou”, a relação, pautada sob o prisma da ajuda, da amizade e da troca entra *em risco*, poe-se em suspenso prévio o domínio das lealdades e da amizade, assim como a socialidade familiar se torna um constante “pisar em ovos”, como resume um interlocutor. Dada a natureza dessas relações, a garantia do cuidado dos filhos pode ser abalada devido à expressão das insatisfações referentes ao *jeito* de cuidar.

Mas de que forma estes ditos jogam luz no estudo das relações? O campo entrevisto nos informes de Gabriela e Marina revelam um compartilhar de experiências que não se resume aos aspectos instrumentais comumente atribuídos ao legado da amizade. A noção de amizade presente difere radicalmente do contexto estudado por Papataxiarchis, no qual as relações representam: “uma antítese do trabalho e da domesticidade” (REZENDE e COELHO. 2010: 71). Em nosso caso a amizade se revela fortemente engendrada nas percepções da vida cotidiana marcadas pelo compartilhamento incessante dos cuidados entre amigos.

O gesto do “tapa” abalou a confiança estabelecida entre as famílias e se sobrepôs à afinidade construída no tempo. O evento demandou a expressão da *coragem* para expor um ponto de vista particular, a saber, “falar do que não gostou”. Este ponto de vista não diz respeito ao grau de escolhas individuais, mas engloba a socialidade familiar e de vizinhança. A amizade deve atender também a tais expectativas, devendo em alguma medida agradar aos desejos de toda a família, ou da rede de amigos e vizinhos cujo ingrediente fundamental para que este equilíbrio ocorra passa por “tratar bem” o filho de outrem. Além disto, o gesto do “tapa” levanta a discussão sobre que tipos de “vacilos” são toleráveis. Nesse sentido, temos gradientes de “vacilos” que

podem colocar a amizade e o afeto familiar em risco. O “tapa” não apenas demandou a enunciação do desconforto como também atingiu um limite na relação, exigindo assim a reparação da ofensa. Tal reparação foi feita nos termos do fim da confiança entre pessoas muito amigas.

Observemos que a legitimidade para conduzir e decidir acerca das crianças atravessa quase sempre uma composição triádica a exemplo do triângulo: criança, cuidador e responsável.²⁰ A triângulação pode assumir diversas formas; pai\mãe\filho, neto\mãe\avô, criança\responsável\professor, responsável\criança\amigo, ex\filho\ex. Com base nestas triangulações, considero a sociologia de Georg Simmel (1972) quando este discorre acerca das tríades. Com a introdução de um terceiro elemento no grupo, um novo número de papéis sociais ganha possibilidade. A inserção do terceiro agente exerce uma espécie de força ameaçadora à individualidade de outrem, podendo assumir diversas formas: subordinação, competição, rivalidade, conflito. A agência fica comprometida por outras sortes de constrangimentos, muito clarificadas no triângulo vivido por Giovana, Marina e a criança.

“Com açúcar, com afeto”. Um repleto de atenção, carinho, dinheiro e coisas.

“eu vou comprar coisas para o *puffle*, porque eu tenho que cuidar dele, então ele precisa de coisas...”²¹

Caio Wesley, 6 anos.

De seu pequeno *notebook* Caio Wesley me explica que o seu *puffle* precisa de coisas para ser bem cuidado. Caio tem seis anos e está fissurado em ganhar muitas moedas na pescaria do jogo virtual “Club Penguin”. A singela e espontânea afirmação de Caio salienta que coisas são necessárias porque permitem o bom cuidar. Logo, coisas operam relações.

²⁰ Utilizo o termo responsável na acepção dada por Adriana Vianna.

²¹ *Puffle* é uma criatura virtual que faz parte do jogo da Disney “Club Penguin”. Jogo este que faz parte de muitas discussões e debates entre as crianças.

A tese de Vianna (2002) examina a gestão de minoridades através dos processos de guarda de crianças. Ao olhar para situações de disputa e negociação de responsabilidades em torno do cuidar Vianna, percebeu o lugar especial daquilo que nomeou como *bens de cuidado*, objetos que materializam e encarnam a virtualidade do cuidar. A provisão e doação dos *bens de cuidado* indicam e reconhecem os bons e legítimos responsáveis, ao mesmo tempo em que exemplificam o amor e o compromisso para com o zelo de crianças, como demonstra a autora:

“todos os *bens de cuidado* exaustivamente listados – berços, brinquedos, planos de saúde, pediatras particulares etc. – representam sinais do investimento que pode ser calculado e, ao mesmo tempo, que nunca pode ser expresso claramente em termos materiais, já que serve de indicativo da ação desinteressada que não espera pagamento imediato ou não o espera na mesma moeda”. (2001: 31)

A centralidade que determinados bens e coisas ocupa no cuidado das crianças é notória em praticamente todas as narrativas concernentes à vida com crianças. Gabriela, por exemplo, explica que fulana “é seca” e ao afirmar isto à mulher está se referindo à expressão dos sentimentos; a afirmação enuncia um certo “problema” que se refere à carga de expectativa relativa ao “amor de mãe”. Mas, em compensação, a mulher “é boa de dar coisas”, e é justamente esta contraparte que carrega a capacidade de restituir o equilíbrio na balança moral dos cuidados.

Sendo assim, prover coisas se revela como ato extremamente necessário para o cuidado dos filhos, seja em relação à sobrevivência (alimentação), ao zelo (roupas, tratamento dos cabelos, da saúde, dos dentes) e ao bom cuidar, manifestado na garantia e na inserção de determinados objetos na vida cotidiana, (celulares, dvd, brinquedos, entretenimento, cursos). Notemos que, quando Gabriela quer explicar a quantidade de amor que sente pelo filho de outrem, ela faz isto mencionando um inventário de objetos e ações:

“quando eu tomava conta do Duda eu levava pra cortar cabelo, levava no salão, levo na loja, compro roupa, brinquedo, com as minhas posses, (dinheiro próprio) levo no Mc Donald`s, dou lanche pra ele por minha conta; eu tenho muito amor por ele, menina”.

Em outra casa, Neto chama atenção para a forma como reserva dinheiro para prover o melhor para seu filho. O homem trabalha como panificador em uma grande

padaria em Itaipu e com o salário que recebe paga as contas da casa (água, comida, gasolina, TV a cabo) e reserva uma quantia expressiva para “agradar o filho”. Neto conta que depois do nascimento de seu filho Ramon raramente comprou coisas para si próprio e reserva parte do que ganha para comprar roupas, sapatos, comida e objetos de que seu filho precisa:

“é muito difícil a gente comprar alguma coisa pra gente; semana passada mesmo eu comprei uma televisão pra ele, televisão bonitinha da *hotweels*. Ele queria mesmo era uma bicicleta, mas mais pra frente eu disse que dou a ele, porque a gente vai mudar daqui; eu comprei um apartamento ali na Fagundes Varela e depois disso que ele vai sair daqui eu vou botar ele numa escola particular, vou botar ele pra fazer uma natação aqui no Clube Português, futebol... há um tempo eu comprei um computador pra ele; ele sabe desligar, ligar, ele coloca músicas do gosto dele”.

Neto vislumbra um projeto de investimento para o filho Ramon no qual prevê uma lista de mudanças na rotina e no padrão de vida da criança, a saber, uma escola melhor, “particular”, aulas de natação, de futebol, uma vida “fora do morro”. Enquanto este projeto não se consolida, são introduzidas coisas novas na vida de Ramon, que deve usufruir de tudo: um quarto só seu, uma televisão própria e sobretudo temática, “da *hotweels*”, o que inclui um formato, cores e estética diferentes de uma televisão padrão. Antes mesmo do nascimento, com a compra do enxoval, e de outros tantos objetos, mas, sobretudo, a cada nova necessidade ilustrada, o processo de individualização da criança ganha muita saliência. As coisas da criança que está por vir já a esperam e conferem sua existência, junto à decisão minuciosa sobre o nome, e tantos outros aspectos. Assim, não estamos falando apenas da Criança, mas sim, de uma Pessoa, que se constitui enquanto tal, através da aglomeração de inúmeros objetos e feitura.

Vanusa também se esmera em cuidados com o filho Caio. A mulher tem medo de que Caio brinque na rua devido à presença ativa do comércio de drogas local. Ademais, Vanusa partilha da opinião de que os filhos não devem “ficar soltos” no morro. Para assegurar o filho em casa e de forma confortável, são inseridas diversas coisas no cotidiano do menino, na expectativa de que ele possa se entreter e se distrair.

“Eu pego ele aqui, chego em casa, primeira coisa que eu faço, porque assim ele come aqui, porque eu não vou dizer que meu filho não come, porque toda criança come aqui, mas quando chega em casa devora a geladeira, aí chega em casa, vai Danone, vai pão com mortadela, queijo, o que tiver ele come; aí depois que eu deixo ele comer, que não seja comida quente, aí vamos tomar banho, até porque só dou banho nele depois que passa um tempo em casa, porque vai tomar banho frio com o corpo quente? Vai passar mal. Aí ele

toma banho, lavo a cabeça dele, passo pente fino na cabeça, porque de vem em quando vem um piolho; aí depois que passo o pente fino, aí depois ele mesmo veste a roupa, dou banho, porque ele é pequeno, né? Ai depois ele vai assistir DVD, ele tem bastante DVD, todo tipo que você procurar ele tem, aí ele mesmo bota, ele mesmo tira, quando ele não gosta ele adianta, aí eu mando ele forrar a cama. Falo assim: forra essa cama que tá parecendo um ninho de galinha! Ai ele forra a cama, aí leva biscoito, leva bala, o que tiver. Quando ele não quer assistir televisão ele tem os brinquedos dele, tem o laptop pequenininho dele, tem os carrinhos, ele tem quebra-cabeça, bonecos, ele tem tudo pra ficar bem, sabe?”

As narrativas acima parecem exprimir a expressiva materialidade no cuidado das crianças. Acredito que estas proposições falam sobre o alto engajamento entre humanos e objetos. Muito se diz acerca de uma “cultura infantil” arrebatada diariamente por diversas mídias, pela chamada “indústria do consumo” (CLARKE. 2007). Entretanto, olhar para a quantidade de objetos presente no cuidado das crianças não implica seguir nesta direção. Daniel Miller (2007) chama a atenção para o legado purista e moral intrínseco na concepção de que humanos e relações seriam contaminados por uma “cultura da mercadoria”.²² Além disto, Arjun Appadurai (2008) fornece uma significativa crítica ao divisor consumo \ produção. Para Appadurai é possível pensar o sentido que determinadas coisas assumem dentro de contextos particulares, e no modo como objetos criam socialidades. Assim sendo, quando relações de consumo e produção são pensadas de modo articulado, o consumo figura como aspecto da materialidade e não somente como uma dimensão “destrutiva” das relações. Com base nestas proposições, podemos entender a rotina de cuidados e crianças como expressão da materialidade nas relações sociais, conferindo o lugar concreto dos objetos na criação de filhos e na forma como estes objetos corporificam relações.

Durante o trabalho de campo, acompanhei uma mulher que sofreu um aborto espontâneo e entrou em processo de profunda depressão. O aborto foi um evento extremamente dramático, de modo que a mulher teve sérias dificuldades em retomar a sua vida após o ocorrido. O doloroso episódio foi narrado por uma das amigas próximas da seguinte forma:

“Que tristeza, ela havia ganhado um enxoval inteiro da patroa! Agora ela vai passar para a irmã que está grávida, só não se sabe o sexo ainda... olha, quando ela deu as coisas para a irmã, ela chorou tanto, foi desesperador, se desapegar daquilo tudo, das lembranças... O chá de bebê dela foi tudo tão

²² Sobre este aspecto ver também a crítica de Sahlins (1997) no texto: O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via extinção.

lindo, direitinho, bonitinho! Ela ganhou tudo, apesar dela ter duas filhas, ela queria muito esse menino”

Débora

A passagem entrelaça objetos, lembranças, sentimentos e memórias. Marcel Mauss em artigo seminal (2003 [1872-1950]) já havia nos dito do *mana* presente na coisa dada. Logo, esta referência apenas indica que o lugar dos objetos é tema clássico da antropologia e, portanto, seu desvendar contemporâneo não constitui nenhum ineditismo. Fica a contento reter as atualizações do tema e nesse sentido chamo a atenção para a força que alguns objetos possuem na realização e criação do cuidado.

Além da rede de parentes, amigos e vizinhos, são também os objetos, “não humanos” (LATOUR. 1994), que por sua vez, possuem grande efeito e relevância no contexto das relações. Trata-se de objetos que tornam o cuidado possível, visto que permitem localizar e agradar crianças (a exemplo dos celulares), amenizar ansiedades e controlar itinerários ameaçadores. Sendo assim, não estamos falando apenas de bens que simbolizam o cuidado, mas de objetos pelos quais o cuidado é criado. Os objetos não apenas representam, mas agem (GELL. 1998).

Se objetos criam cuidados, eles também criam distinções entre quem tem e quem não tem determinada coisa. Para desenvolver esta afirmação recorro ao trabalho de Alfred Gell (1998). Gell afirma que a agência pode ser exercida através de coisas. E é Robert Layton que observa: “O interesse de Gell é na agência e na rede de relacionamentos sociais construídos através deles (objetos) ou da agência” (LAYTON. 2003: 448). Para Gell, um objeto pode operar diferenciação já que através de determinadas coisas as relações são atualizadas e magnificadas.²³ Assim, possuir algo

²³ No livro “Art and Agency” Alfred Gell propõe uma teoria antropológica da arte, que por sua vez se distancia dos valores estéticos e da linguagem visual. A teoria de Alfred Gell se ocupa das relações entre termos, da interação de elementos, não se detendo na apreciação dos objetos de arte em si e tampouco da estética. Gell entende o estudo antropológico como uma linguagem visual e se inspira na teoria semiótica de Pierce para romper com o paradigma no qual coisas apenas *representam* relações humanas. No relato etnográfico feito por Malinowski acerca da troca de braceletes e colares foi percebido que os objetos em circulação não serviam apenas para enfeitar e adornar, mas faziam parte de um complexo circuito econômico e de prestígio entre os trobriandeses. Malinowski estabelece a comparação com sua própria sociedade e observa o lugar dado às joias da coroa. Ou seja, para Gell, assim como para Malinowski, vale observar a intencionalidade atribuída a determinados objetos dentro de contextos particulares e como determinadas coisas podem operar relações. No “Gênero da Dádiva”, de Marilyn Strathern, porcos corporificam relações de gênero, bem como mandiocas podem carregar relações conflituosas entre povos indígenas e produção, como observa Manoela Carneiro da Cunha.

ou ser dono de algo estabelece um tipo de diferenciação: portanto, se o bom cuidado passa pela posse e manutenção de certos objetos, estabelecemos assim a importância material no contexto estudado. Ter uma blusa não é a mesma coisa do que ter um celular, ou uma TV, ou um Iphone. Todo objeto enquanto objetificação de relações se atualiza de formas distintas e nesse sentido o prestígio, o bom cuidar e o *empowerment* passa pela posse de determinados *bens de cuidado*.

Ficar com.

Parece que sentimentos, dinheiro e coisas são importantes elementos transacionados no interior dos cuidados. Como falado anteriormente, Hans Medick e David Sabean (1984) destacam que a dimensão prática da experiência familiar não segrega os aspectos emocionais dos aspectos materiais em esferas separadas no cotidiano. Interesse e emoção não se caracterizam por uma pretensa exclusividade, mas, ao contrário, aparecem imbricados em diversos momentos da vida (WEBER. 2005. ZELIZER. 2006).

Um dos argumentos centrais na produção de Viviana Zelizer se refere à crítica aos “mundos hostis” (2005. 2009.). Zelizer está dialogando com a tradição econômica clássica que opõe o mundo material ao mundo dos sentimentos. As cenas descritas acima indicam interconexões sistemáticas entre aspectos materiais e afetivos. Sabe-se que a vida social não segmenta a vida cotidiana em nichos distintos, mas conjuga idiomas relacionais específicos conformados em registros de intimidade, conforme percebemos nas narrativas. Assim, rumo à conclusão deste capítulo, proponho olhar novamente para o material de campo.

Lucy diz que Samara “não tem o amor do pai”. O amor de um pai, na forma da expressão do carinho e do afeto, cristaliza uma propriedade que: “dinheiro nenhum pode comprar”, porque a Justiça “não consegue obrigar uma pessoa a dar carinho para o filho, amor se dá, ou não”. À primeira vista, a narrativa delimita as fronteiras do mundo dos sentimentos em oposição ao mundo material, sugerindo que amor e dinheiro são duas propriedades que não se misturam. A ideia é bem conhecida e própria do amor romântico e do ideário moderno (FONSECA, 1995. DUARTE, 1995).

Entretanto, para compensar a “falta de amor” do pai, os avós se esmeram em agradar os netos com atenção, carinho, roupas, presentes e, acima de tudo, mantendo

“todos bem alimentados”. O amor *desinteressado* se corporifica, bem como a virtude de “bons avós” se consolida (VIANNA, 2002). Em nome da boa alimentação e do cuidado da criança, os avós somam forças e quantias para suprir a ausência do pai na família e o destempero da mãe *nervosa*. Os avós buscam este equilíbrio dentro de dinâmicas próprias, nas quais a família acaba surgindo como um valor; em termos simples, a família como um valor adquire sentido a partir das dificuldades enfrentadas no cuidado da neta, como mostrou Gerald Creed. Mas, além destas instâncias, pensemos que o esforço em atender as demandas materiais das crianças é também a expressão do carinho e do amor. Logo, amor, dinheiro e objetos parecem operar mais como híbridos, e menos como coisas e propriedades estanques e passíveis de se contaminarem uma à outra.

Ainda sobre este aspecto, outra interlocutora contribui para algumas reflexões;

“eu não botei na justiça, sabe por quê? Os avós são muito legais com minha filha, pagam curso e de vez em quando, dão presentes, ficam com ela para eu trabalhar. Ele até que merecia, já que o dinheiro que ele dá não dá pra nada, mas para manter esta situação com minha filha, eu preferi não chegar neste nível e ficar em paz com a família”.

Para “ficar em paz com a família”, Suzana preferiu não entrar na justiça, pois entende que desta forma desencadearia uma briga ferrenha com seu *ex-marido*. Em sua avaliação, a briga poderia suscitar a reprovação dos pais do *ex*, uma vez que ambos ficariam incomodados em ver o filho na justiça. O preço pago por Suzana é aceitar com resignação a pensão irrisória do *ex* e desfrutar as vantagens que o “estado de paz” lhe oferece. Sua percepção possui uma lógica própria; ela não tem com quem deixar os filhos para momentos de lazer (festas, namoro ou passeios) e nem todos os momentos de sua vida são cobertos pelo tempo que sua filha pequena passa na creche. Suzana trabalha como recepcionista em uma academia e com o salário mínimo que recebe mal consegue pagar todas as suas contas. Suzana não recebe bolsa família, nem ajuda de nenhuma instituição local. Suas despesas incluem o aluguel, a alimentação e as demais contas que a gestão de uma casa engloba. Suzana estuda à noite e corre atrás de dias melhores:

“estudar pra mim é uma busca do tempo perdido, quero mudar de emprego, não quero ficar aqui para sempre, quero melhorar minha situação, nem por mim, mas por meu filho que a cada vez que cresce parece que pede gastos maiores”

A troca entre mãe e avós (*ex-sogros*) é a troca entre a condescendência para com o “sumiço” do pai da criança e o tempo para sair, viver, estudar e quem sabe consolidar um futuro melhor que a situação de agora. Para frequentar as aulas noturnas ela recorre inúmeras vezes à *ajuda* dos avós paternos de seu filho para que fiquem ele. Por estas *ajudas* a mulher recebe determinadas “vantagens” obtidas através da família do ex, que fazem toda a diferença no seu cotidiano. O que aparentemente se apresenta como uma família “em paz” se desvela como uma tensa e calculada operação de ganhos e perdas materiais e emocionais inscritas em uma economia de desvelos produtora de gratidões, alegrias, créditos e angústias.

Os idiomas relacionais não se encerram nos valores familiares que os produzem, mas criam códigos de ação extensíveis também aos amigos. Amigos também alimentam relações de troca material e afetiva: lembremos que Gabriela em seu trabalho polivalente e carregado de *apego* recebe 120 reais mensais como salário. No compartilhamento dos cuidados, as relações de amizade, de vizinhança e familiares citadas não excluem o pagamento em dinheiro. Como defende Viviana Zelizer, a existência do dinheiro nas relações não anula, tampouco enfraquece o fluxo dos sentimentos e das obrigações de retribuição. Decerto, a experiência das pessoas indica; cuidados conformam trocas e reciprocidades, bem como pagamentos e dinheiro;

“Na Copa agora não teve aulas e foi muito ruim pra ver com quem eu ia deixar ele, a gente tem que pagar as pessoas. Nesse último jogo deixei com minha amiga lá de cima, ela ficou com o filho dela e com o meu. Eu fico com aquela dívida, né? Eu paguei a ela, mas mesmo assim é aquela troca de favores; quando ela me pedir uma coisa agora, não tenho como recusar.”

Natasha

A fala de Natasha corrobora o caso de Gabriela. As trocas de cuidados não implicam somente a doação de afeto, além de receber seu pagamento em dinheiro, a mulher é conhecida (e sofrida) pela quantidade de carinho despejado nas crianças que cuida. Conforme vimos acima, se o *apego* é ruim, ele não pode ser de todo descartado. Certa dose de *apego* é, afinal, fundamental. O investimento de afeto é uma das condições determinantes para o “bom cuidado”, para *ficar com* crianças.

As proposições nativas revelam um grande léxico moral sobre pessoas que não tem *jeito*; estas são pessoas “frias”, “sem amor”, “sem cuidado”. Como diz uma mulher: “ela é boa mãe, sabe? Mas não é aquela mãe assim que vive dando beijo, carinho,

abraço; ela é muito seca, ela só gosta de cuidar bem, de dar as coisas”. E para os homens sobram sentenças: “O pai não quer saber da criança, sumiu, também, né? Homem é tudo igual”. Assim, se coisas e sentimentos podem ser afastados, as proposições nativas acerca do cuidar mostram que estes devem se encontrar, e de fato, se encontram. As categorias acima explicitam a mistura de sentimentos aos aspectos materiais e este atravessamento confere a densa carga afetiva das relações. A interferência na vida do outro rasura uma relação que em algum momento se imaginou como livre da emoção, mediada pela razão e pelo controle dos afetos. Contudo, racionalizar os sentimentos e abstrair cálculos materiais parece ser uma tarefa extremamente artilosa nas relações experienciadas.

Por fim, retomo as passagens de Yasmim, Jackeline e Rafael. As referidas passagens atualizam o primado relacional presente no contexto estudado. Os cuidados narrados remexeram com certezas e expectativas “dadas” e posteriormente “feitas”. Como a Antropologia contemporânea já demonstrou, talvez não estejamos mais tão atrelados à imponência do sangue, do Biológico e das prescrições, ainda que, vez ou outra, estas mesmas ideias atravessem o imaginário das pessoas. Não é o caso de dizer que estes construtos são de todo descartáveis, mas talvez seja o momento de apreciar sua silenciosa perturbação. Afinal, quem “cria” perturba quem “deu” a luz e quem “pegou” perturba quem “entregou”. Um gesto sempre vai impactar o outro e reverberar suas consequências. Porém, não se trata de excluir aquilo que em algum momento aparece como dotado de sentido, mas trata-se de abrir o entendimento para outras ideias.

Estamos diante de outras categorias. Categorias que descortinam modos de se pensar e de se atualizar o parentesco. Assim, o cuidado não é somente um devir do chamado “parentesco social”, mas, antes disso, ele é um lugar no qual ideias sobre convívio, comensalidade, afeto, dinheiro e materialidade se produzem e correm juntos. Se as ideias de sangue, substância, aparência e origem continuam a aparecer, elas se perdem a cada novo gesto de cuidado, a cada combinado, a cada sentimento de criação que se estabelece com outrem. Ao fazer isto, outros sentidos se produzem; o *Apego*, o *Jeito* e o *Contato* fornecem diferentes modos de se conceberem os sentimentos de parentesco, este entendido no seu plano prático, em sua relacionalidade e nos diversos modos de se sentir e ser afetado pela *distância* e *proximidade*. Quem está perto, quem está longe, quem transaciona o quê para o outro, são algumas das faces destes cuidados, nome este que fala em alguma medida sobre experiências de parentesco, porque são

experiências de convívio, sendo, sobretudo, experiências de relação. O Cuidado descola o Parentesco do terreno de onde este supostamente surgiu, do terreno do dado, e ganha asas para cobrir, não apenas os pais e mães, “in law”, ou “by blood”, como sugeriu Schneider, mas a todos aqueles que são chamados e afetados, por diversas motivações, a levar em conta outrem.

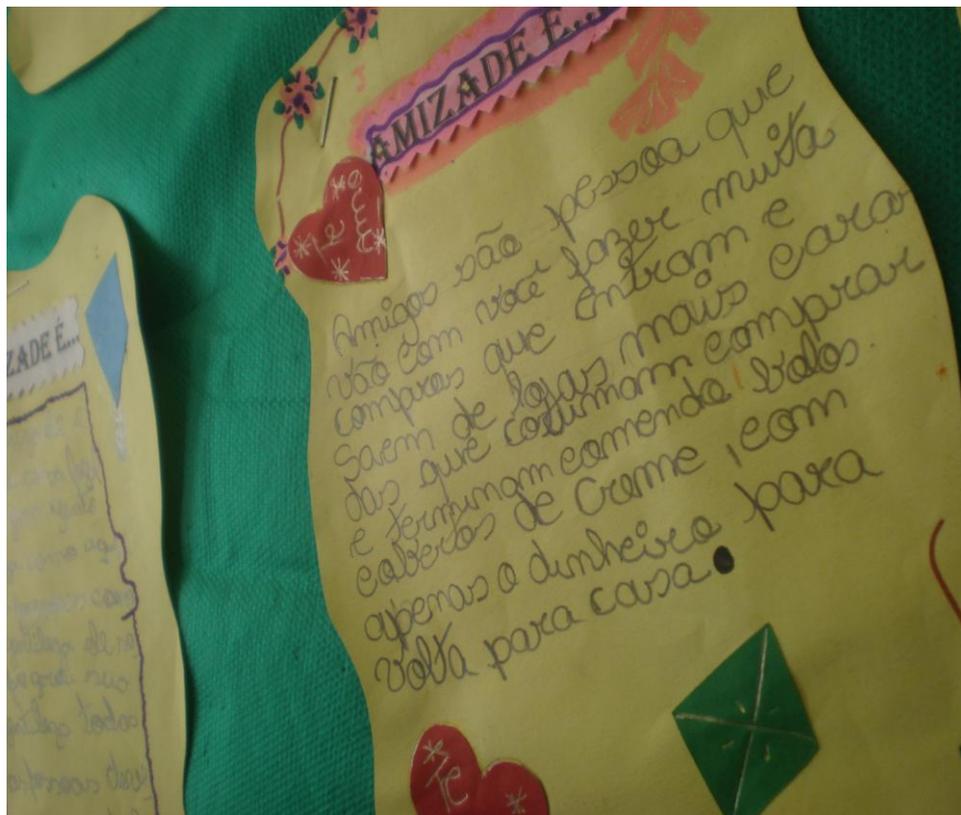


Foto do trabalho feito por Jackeline.

2. A partir das Crianças.

“Olha! Ela virou criança!”

Nataly, 9 anos.

São quase quatro horas da tarde e está na hora do lanche. As crianças descem e ocupam seus lugares em três grandes mesas do salão principal da instituição. As crianças falam, riem e conversam. A zoeira corre solta. Três professores ao lado das mesas assistem a tudo de pé, rígidos e com olhos bem abertos. Algumas crianças ensaiam algum silêncio, outras continuam a falar. Os professores avisam que enquanto houver barulho o lanche não será servido. O zumbido continua. Um menino sentado próximo à janela faz careta para outro menino do outro lado da mesa. Uma menina observa ambos e não consegue controlar o riso; sua gargalhada explode e como consequência ela recebe uma dura bronca. Jennifer pede para ir ao banheiro e o professor não deixa; ela insiste dizendo que está apertada e que sua bexiga vai estourar, mesmo assim o professor não autoriza. As professoras cada vez mais olham com reprovação para as crianças e quando parece que o silêncio finalmente vai prevalecer alguém faz uma nova brincadeira e as risadas irrompem outra vez. Uma professora, já esgotada, reitera argumentando que enquanto as vozes não cessarem ninguém irá lanchar. O limite das brincadeiras fora alcançado. Gradativamente, depois de mais alguns minutos, as crianças param de falar definitivamente. O silêncio, enfim, predomina; em seguida, o som ambiente se altera quando as vozes dos professores iniciam o coro; *“Pai nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu...”*

A oração ganha outras vozes paulatinamente, algumas crianças voltam a rir baixinho; outras, enquanto rezam, fazem caretas e pronunciam o “Pai Nosso” mecanicamente ou de forma jocosa. Jennifer está emburrada e não fala nada, assim como outros, que igualmente não se mobilizam. Karolyne, distraída, balbucia a oração com a cabeça repousada sobre os braços cruzados, enquanto olha para a mesa. Com o “amém” concluído, os três professores trazem as bandejas, servidas de café com leite e pão com queijo. O falatório preenche novamente o lugar. Jennifer recusa o lanche e pergunta se finalmente ela pode ir ao banheiro: sim, agora ela pode.

Com quem e em quais lugares ficam as crianças?

O tempo vivido na instituição mencionada acima faz parte do cuidado das crianças no contexto de estudo. As crianças ficam parte da manhã ou da tarde na ONG enquanto as famílias trabalham. A instituição é financiada por uma grande igreja católica da cidade e tem como mote a realização de diversas atividades “socioeducativas”, a saber: aulas de música, inglês, capoeira, taekwondo, artes, religião e reforço escolar. Para conseguir uma vaga na instituição é preciso que “a mãe trabalhe” e este critério foi-me esclarecido tanto por parte dos familiares, quanto pela direção da instituição.

Assim, as famílias contam com a instituição para deixar seus filhos enquanto trabalham: “Aprendem muitas coisas boas, apesar da disciplina forte”, diz a mãe de Jenifer. Flávia, mãe de Vitor, se queixa do método “rígido” oferecido: “lá é lugar de aprender disciplina, por isso às vezes as crianças reclamam. Você tem que ver; eles pegam pesado com as crianças”. Bianca, mãe de Jéssica, diz que a filha odeia ficar na instituição: “ela não gosta de ficar lá, vive me pedindo pra sair”. Porém, a retirada dos filhos da instituição está fora de cogitação, pois, caso contrário, as crianças ficariam 2\3 do dia em casa e isso conseqüentemente implicaria outros arranjos de cuidados para estas famílias. Ao mesmo tempo, as famílias sentem-se especialmente privilegiadas por terem conseguido uma vaga no lugar, tamanha a ausência de lugares e opções para deixar os filhos.

Muitas crianças filhos dos interlocutores dizem que não gostam de ficar na instituição. As crianças reclamam que não são ouvidas e que se sentem “em um quartel”, como observa Karoline. Muitas se queixam da “chatice” de algumas atividades, como: pintar peças de biscoí e reciclagem, que na opinião das crianças são “bobas e sem graça”, segundo Nataly e Vitor. As crianças também reclamam da forma como são tratadas, a exemplo de Jéssica, que conta com insatisfação da obrigatoriedade do café com leite: “eu gosto de café puro, mas a gente não pode tomar; é só para eles, só para os adultos”. As queixas também classificam os professores como “bravos” e “injustos”, como protesta Vladimir. Os professores injustos são aqueles que “pegam implicância”, nas palavras das crianças: “às vezes você não está fazendo nada, mas ele já te olha com aquela cara, como se estivesse esperando, sabe?” emenda o garoto. Segundo as narrativas das crianças, estes professores são alvo de crítica porque ignoram as atitudes de alguns, enquanto que outros sempre estão no foco das repreensões. È

evidente que outras crianças não problematizam o cotidiano na instituição; estas em geral acham “legal” e não sentem maiores desconfortos.

Mas de que forma o tempo vivido na instituição acima faz sentido no texto? Uma vez interessada no cuidado, por diversas ocasiões, em conversa com as famílias e as crianças, estas se referiam à ONG e por este motivo fui conhecer o lugar. O tempo que passavam na instituição fazia parte da rotina de muitas crianças e familiares, portanto, seria interessante acompanhar um pouco daquele cotidiano. Após o consentimento da diretora, passei a frequentar algumas aulas e ao final delas ia embora junto à companhia de muitas crianças na volta para casa.

Em conversa com a diretora, a mulher afirmou que o lugar tinha “tudo a ver” com minha pesquisa, uma vez que ali as crianças tinham muita liberdade e eram muito “maduras”. Em suas palavras, as crianças “faziam tudo sozinhas”, como andar pela rua, cuidar de irmãos e fazer compras. A diretora também ressaltava que as crianças estavam habituadas com “situações de conflito”, como “separações conjugais, perda dos vínculos familiares e proximidade com a violência” segundo descrito por esta. Citando um “caso comum”, a diretora esclarece:

“A filha dele estava apresentando muitos problemas aqui; o pai dela era gerente do morro antes de morrer e a postura dela dentro da sala de atividades era quase de liderança também; ela centralizava as discussões, decidia quem ia e quem não ia fazer as coisas, tinha jeito pra se impor e estava bem complicado. Tive que conversar com fulano (pai da garota), e deu tudo certo: ele conversou com ela e resolveu as coisas. Não achou ruim. Também, olha só! A filha ficava na boca de fumo com ele; teve até um dia que ela mostrou a foto no celular para as outras crianças, uma pessoa que o pai matou e ela tirou as fotos, o corpo estirado no chão coberto de sangue, aí você vê, né... Mas depois que o pai morreu eles se mudaram e foram pra outro lugar. Ela tinha nove anos nesta época. Então as crianças daqui, de certa forma, estão acostumadas com esta realidade”.

A diretora fornecia assim uma situação ilustrativa do protagonismo e da “liberdade” das crianças. Na justificção da diretora a “liberdade” advinha da família e da “realidade” em que as crianças viviam. Assim, continuei frequentando as aulas e ao final das tardes na instituição as crianças sempre me convidavam para participar do café, e com o horário de saída, caminhávamos juntas até a creche do morro. Portanto, tinha a oportunidade de fazer o mesmo caminho com as crianças, sendo que estas iam para casa e eu ia para a creche do morro, aproveitar ainda o momento de saída, muito

produtivo para observações. Foi assim que passei a acompanhar o que a diretora chamou de *liberdade* das crianças. A chamada *liberdade* se refere à expressiva mobilidade das crianças, em como andam na rua sem a companhia de adultos, como resolvem problemas sozinhas, (brigas, conflitos e machucados), cuidam dos irmãos (pegar e levar na creche e *ficar com* os mesmos em casa), andam de ônibus e fazem comida. A sensação de *liberdade* experienciada inicialmente com as crianças exigia um esforço compreensivo acerca dos cuidados operados entre os interlocutores. E foi neste ínterim que percebi a importância de acompanhar o itinerário das crianças, ou seja, seria preciso pensar em como, de fato, estas eram cuidadas, seria preciso *estar com* as crianças, nos termos de Florence Weber. Portanto, para tratar deste primeiro aspecto, foi necessário acompanhar de que modo as crianças experienciam o seu entorno, ou seja, como as crianças se lançam criativamente num determinado contexto particular (COHN. 2005).

Diante deste intento, retomo o momento do café descrito acima. Dia após dia, as crianças como sempre ficam em polvorosa perante o acontecimento do lanche. Certa tarde, um menino sentado ao longe mostrou a língua para mim e exibiu uma careta extremamente criativa. Do outro lado da mesa, o garoto me provocava com a caraça das mais esticadas. Sem pensar, retribui a comunicação com a devolução de uma careta e fiz isto com a lúcida preocupação de que os professores nada percebessem. Afinal, não poderia prejudicar a manutenção da ordem, quase sempre conquistada após uma chuva de lamúrias e ameaças. Além disso, minha presença não deveria atrapalhar os acontecimentos corriqueiros da instituição, como fora acordado desde as primeiras conversas com a diretora. Mas a devolução da careta partiu de um impulso fugaz e ignorou qualquer problematização do gesto. Após a retribuição da careta, o menino riu ainda mais e Nataly me acordou para a existência de um lugar especial; a possibilidade de *virar criança*: “Olha! A tia virou criança”, disse Nataly, toda iluminada, para as demais crianças sentadas em fileira.

Pois Jéssica já havia marcado – em seu destaque ao “café puro que só os adultos podem tomar” – a existência de um lugar “para os adultos” e de outro “para crianças”. A cada conversa estabelecida com as famílias e com pessoas que ficam com as crianças estes dois mundos opostos e evocados constantemente nas narrativas, de vez em quando, colidiam em incessante confronto. Assim, o desafio estava colocado, o

interesse no cuidado de crianças exigia também um esforço compreensivo acerca destes universos que ora se apartavam, ora colidiam.

Entretanto, a relação com as crianças pode ser apreendida a partir do que os outros dizem sobre estas, a partir de narrativas que em geral falam sobre um intenso trabalho que as crianças dão, do amor eterno e natural que as crianças exercem, das irritações advindas do convívio e de todo um conjunto de estados e afetos enunciados como inerentes às relações com crianças. Lembremos que em boa parte da sociologia de inspiração durkheimiana o apagamento das crianças nas análises caracterizava um modo específico de produzir o conhecimento. Conhecimento este pautado no estudo dos fenômenos relativos ao “indivíduo padrão”; homem, adulto, branco e ocidental.²⁴

Assim, a experiência de *liberdade* atribuída às crianças trazia estas como uma das principais realizadoras de cuidados. Aqui, se crianças são o motivo do desvelo, elas também “olham” crianças em casa. Se crianças criam confusões, elas também criam soluções para famílias atarefadas de trabalho. As crianças possuem um *grande* lugar, apesar de seu tamanho *menor*. Redundante seria falar em “agência da criança” ou criança “como ator social”, quando parece nítida a forma pela qual as crianças interferem e reinventam o conjunto de relações estudadas.

Portanto, o texto que se segue busca pensar a operação dos cuidados *sobre e a partir das* crianças. Se as crianças não são apenas receptáculos de cuidados, busco entender quais são os rebatimentos de um universo de cujos cuidados estas participam ativamente. Ao mesmo tempo, busco refletir em torno do lugar atribuído às crianças e do lugar circunscrito para os adultos. Pois segundo as proposições nativas, uma instância reverbera na outra. Existe um lugar dado às crianças, bem como, existe um

²⁴ Digamos que nesta fase das ciências sociais a infância ainda não se apresenta como um objeto digno de estudo. A criança é, pois, representada na rubrica da infância e considerada como um ser em devir, “pessoas em vias de formação” (SIROTA. 2001:9). Para Régine Sirota a sociologia da infância de língua francesa se afirma como campo de estudos oposto à visão inglesa do *future being* na qual o ente criança subjaz como compósito de socialização institucional. Com a chamada sociologia interacionista e a emergência do conceito de ator social, os processos de socialização são matizados sobre um novo prisma. Destacam-se também as contribuições dos historiadores, em especial o trabalho de Phillip Áries (1973) e sua consequente desnaturalização da infância, bem como o interesse em questões cotidianas. Não podemos esquecer-nos das influentes vozes da sociologia da família e da escola, que indubitavelmente deslocam a criança para o centro de algumas reflexões. Os estudos na sociologia da educação se valem expressivamente de métodos etnográficos (neófitos ou não) para focar na produção da criança ao invés do aluno. A criança que participa ativamente de seu meio e não apenas reproduz papéis ganha o senso-comum acadêmico. Para uma noção dos trabalhos de língua inglesa e francesa nesta área ver: SIROTA. (2001) e MONTANDON (2001).

lugar abalado e perturbado pelas crianças. Assim, creio que as relações experienciadas insinuam um movimento incessante e incômodo entre o lugar dos adultos e o lugar das crianças. Creio que o lugar das crianças e o lugar dos adultos são cotidianamente resignificados no deslocamento e no embate entre registros distintos. Para isto, proponho um olhar em torno destas territorialidades moveáveis, que como tal exprimem claramente alguns pressupostos de ação. E será acerca destes pressupostos que o capítulo que se segue busca tratar.

Para pensar os pressupostos presentes na relação com as crianças, proponho uma leitura dos *contextos relacionais*. Trata-se de planos de análise e interação com as crianças pelos quais optei por levar a sério a relação entre estas. Portanto, os *contextos relacionais* falam de momentos cotidianos com as crianças, são lugares físicos, mas, sobretudo, são relações que as crianças experienciam no cotidiano. Nesse sentido, este capítulo apresenta o itinerário feito por crianças e estas rotas incluem, basicamente, as casas, a creche, a rua, o morro e as festas à noite.

Os ganhos da moral e a disciplina.

“Eu amanhã quero ir à praia, mas se eu quiser vou ter que acordar às seis, porque tenho escolinha de manhã e depois tenho que arrumar a casa, então eu vou acordar cedo pra fazer isso e poder ir pra praia. É muito ruim arrumar casa, eu odeio! Minha irmã arruma durante a semana e final de semana sou eu. Quer coisa mais chata que arrumar a casa? Você arruma e logo depois já está tudo bagunçado!”

Karoline, 8 anos.

“Para agravar a situação, o intelectual acadêmico, urbano e ocidental tende a encarar os assuntos do dia a dia como entediantes: são os pratos a lavar, as crianças a alimentar, as prateleiras que é preciso espanar. Nós desprezamos estas tarefas, que gostaríamos de ver cumpridas com a maior rapidez possível e, de preferência, por outros!”

Joanna Overing (1999:84).

Jenifer é a mais velha de três irmãs. A menina tem onze anos e não vê a hora de sair da ONG, pois segundo ela aponta, “aqui só tem criança”. Jenifer cursa o quarto ano de uma escola pública estadual do bairro e seu lazer principal consiste em postar fotos

novas no Orkut. Por este motivo, ganhar uma câmera digital de natal é um dos sonhos de Jenifer, mas por enquanto ela se contenta com a câmera de seu celular “xingling”.²⁵ Jenifer é negra e tem o corpo “desenvolvido”, como define seu pai, o que quer dizer seios feitos, bumbum expressivo e altura além da média. A menina preza pela brevidade e quando fala vai direto ao ponto. Lacônica, Jeniffer é dona daquele silêncio que diz mais do que qualquer palavra. Jenifer acompanhou boa parte do desenvolvimento da pesquisa e na primeira vez em que li o rascunho para ANPOCS em sua presença, ela exclamou; “Meu Deus! Como você fez tudo isso de cabeça? Tá doido! Olha estas fotos! Que morro feio!”.

Mas vamos em frente com seu cotidiano corrido. Logo pela manhã, Jenifer acorda por volta das sete horas, prepara o café, se arruma para a escola e apressa suas irmãs para que façam o mesmo. As meninas, Jaqueline de oito anos e Jassiene de seis, vivem grudadas. As três garotas vão à escola pela manhã, caminham para a ONG à tarde e no final do dia, por volta das cinco horas, retornam para casa. Sempre unidas.

Em casa, a menina “faz tudo”, como ela explica. Durante os diversos momentos em que estivemos juntas pude acompanhar sua rotina de perto. Jenifer lava louça, faz comida, varre o quintal. Também são de sua responsabilidade as atividades de faxina: lavar banheiro, passar roupas e arrumar a casa. Jenifer ainda ensina os deveres da escola às irmãs mais novas e de vez em quando repreende ambas quando estas fazem bagunça; “desce daí, senão você vai cair!” ou “essa menina é louca, quantas vezes já falei para não mexer no fogão!”, alerta a garota enquanto passa roupa.

Outras crianças vizinhas de Jenifer também são responsáveis por tarefas domésticas e contam de seus feitos com expressiva exemplaridade. Ao explicar o motivo de não poder sair no sábado, Jenifer justifica para sua amiga: “É que de manhã tenho que arrumar a casa”. A amiga Jéssica compreende e responde que durante aquela semana ela também fez o mesmo.

No início da relação com as crianças questionei-as sobre suas respectivas percepções acerca das atividades em casa e estas afirmavam que gostavam de “arrumar tudo”. Segundo as crianças não havia problema algum em fazer o serviço doméstico.

²⁵ Nome dado ao aparelho de telefone falsificado.

Lembravam que ao lavar roupas se divertiam com as bolhas de sabão: “é bom lavar roupas, a gente faz espuma”. Ressaltavam que, quando arrumam a casa, podem *ganhar moral* com os pais e que gostam, sobretudo, de estar em uma casa “limpa”, o que significa viver em uma casa organizada e arrumada. A aparente leveza atribuída aos afazeres domésticos sugeria que o contínuo de tarefas realizadas não constituía qualquer fardo ou empecilho na vida das crianças e, apesar do que poderíamos supor, estas não se incomodavam com suas extensas listas de demandas domésticas.

Mas até quando esta impressão se sustentou? Vejamos melhor. Com o decorrer do tempo a sensação de tranquilidade atribuída à feitura das tarefas domésticas se perdeu. Fabíola, mãe de Jenifer, trabalha como empregada doméstica. A mulher cozinhava maçãs do amor para a festa junina do morro e, enquanto anunciava seus planos, Fabíola disse a sua filha que esta teria que *ficar com* as irmãs: “Preciso que você fique com as meninas no sábado e domingo; vou trabalhar, vender as maçãs”. Em tempo, Jenifer logo estampou sua inquietação e, com o semblante visivelmente irritado, quis saber quando suas irmãs poderiam “ajudar também”. Seu argumento defendia que as irmãs estavam crescendo e que assim como ela poderiam “se virar sozinhas”. Jenifer prosseguiu afirmando que não aguentava mais tanto trabalho e que não via a hora de as irmãs arrumarem a casa também.²⁶ A face ambivalente e árdua das obrigações com a casa e com as crianças ganhara expressão.

Na casa ao lado, uma situação similar ocorre. Jéssica tem sete anos de idade e em sua casa é ela quem faz a comida, varre a casa, lava o banheiro e arruma as roupas. Jéssica também frequenta a ONG mencionada e quando finda o horário da instituição, a menina ainda busca seu irmão de quatro anos na creche e sobe de volta para casa no alto do morro. Jéssica tem cabelos pintados de louro, pintados por ela mesma e, toda magrela, diz que cuidar de criança “dá muito trabalho”. Jéssica explica que seu irmão Jonatas é “chato e pirracento” e com grande conhecimento do concreto ela resume: “Você já viu coisa mais chata do que arrumar uma casa e a criança vir e zoar tudo? Fico revoltada!”. Jéssica é filha de Bianca, que, assim como Fabíola, também é empregada doméstica. A menina se orgulha de fazer um ótimo bolo de banana e mostra com certa

²⁶ Cláudia Fonseca (2007) destaca como tendência nos estudos contemporâneos sobre famílias experiências que ressaltam mutuamente tanto as manifestações de apoio, ajuda e de solidariedade, como os conflitos e tensões derivados do intenso convívio familiar. Jurema Brites (2007) em seu estudo sobre as relações entre empregadas domésticas, patrões e suas crianças examina o sentimento de ambivalência que atravessa estas relações.

ostentação a larga queimadura que tem na perna esquerda: “isso aqui eu queimei ano passado, quando estava passando café”.

Sabe-se que o trabalho doméstico feito por crianças é parte do conjunto de obrigações familiares relativas aos cuidados da casa e de crianças, como mostraram Irene Rizzini e Claudia Fonseca (2002). Na referida pesquisa muitas meninas declararam gostar de cuidar de crianças, o que na proposta das autoras, “é coerente com o estereótipo feminino”. No nosso caso, apesar de as crianças se envolverem carinhosamente com o cuidado dos irmãos, primos e vizinhos, muitas crianças demonstraram irritabilidade explícita em realizar estes cuidados.²⁷

Para “trabalhar fora” na casa de outras famílias, as mulheres adultas evocadas compartilham os serviços domésticos com suas filhas. A carga de trabalho compartilhada por mães e filhas atende a *pragmática do cotidiano*; alguém tem que fazer o serviço de casa e boa parte deste é feita pelos filhos. Nesse sentido, as crianças não se apresentam apenas como meras receptoras de cuidados, mas em justaposição, se situam como produtoras de cuidados. Logo, o universo empírico estudado apresenta uma expressiva presença de crianças na realização das atividades domésticas e no cuidado de outras crianças. Esta inflexão, longe de ser banal, possui uma relevância maior do que podemos supor, já que durante a realização destes cuidados obrigatórios, com a casa e com as crianças, os limites do que é considerado para uns e para outros, mais uma vez, vêm à tona.

Flávia tem três filhos e trabalha como cozinheira da creche. Flávia é casada e explica que em sua casa os filhos aprendem a *disciplina* desde cedo. Entre os interlocutores, a *disciplina* consiste em saber se comportar no mundo e respeitar as regras decididas pelos adultos. A *disciplina* é um valor e um tipo de comportamento que devem ser transmitidos para as crianças, uma vez que é obrigação dos pais transmitir e ensinar disciplina aos mais novos. A *disciplina*, portanto, não se restringe apenas ao cumprimento de horários, à feitura dos deveres de casa ou à ingestão de certos alimentos como verduras e legumes. No contexto estudado, a *disciplina* está

²⁷ Devemos apenas esclarecer que a pesquisa de Fonseca e Rizzini examina a presença de meninas no trabalho doméstico. Entretanto, a pesquisa aponta que uma das contingências para a entrada das meninas no emprego doméstico diz respeito a figuras nas quais o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são pensados como um fazer natural.

estritamente relacionada ao aprendizado primeiro das atividades domésticas, do zelo pela casa e das pessoas.

“meus filhos já fazem tudo: o maior arruma os quartos e varre, Yasmim lava a louça quando chega do colégio, eles que arrumam as roupas deles, tomam banho sozinhos, se penteiam, a minha filha lava a própria calcinha no banho, é porque o pai ensinou, imagina? Vai pra casa de uma amiga e vai jogar a calcinha no chão suja? Com os fundos pra cima? O pai dela fala e ela lava a própria calcinha. Tem que ver meu menor, de três anos! Bota o banquinho e lava uma louça; esse dias falei que ia botar no *youtube* pra verem a criança lavando louça, lava direitinho. Quem disse que não consegue fazer? Faz, sim.”.

Desde cedo. Mas afinal o que é cedo mesmo? Este seria um termo passível de problematização, uma vez que, entre os interlocutores, uma criança que está na creche já pode se encarregar do cuidado dos irmãos e da casa. A experiência lança às crianças a responsabilidade com o doméstico, com as pessoas e com os objetos, noção que deve ser incorporada o quanto antes. Como Flávia sugere, a ideia de “capacidade”, geralmente acompanhada de todas as discussões sobre crianças, é totalmente relativizada, não encontrando qualquer lugar para se apoiar.

E o que as crianças ganham com as responsabilidades e com a disciplina? Vejamos. Por realizar diversas tarefas, Yasmim tem *moral* com sua mãe Flávia, um respeito atualizado cotidianamente. Cíntia Sarti (2003) escreve sobre a moral dos pobres, um construto intrínseco à esfera familiar. Entretanto, a *moral* à qual nos referimos não pertence somente ao aspecto familiar; esta se fabrica no campo individual e reverbera nos eixos da vizinhança, das amizades e também da família. A *moral* se traduz no respeito adquirido como recompensa pela realização das atividades em casa e na atualização contínua da posição do “bom filho”. Logo, os “bons filhos”, dotados de *moral*, são identificados e avaliados pelos familiares através de situações cotidianas e de acordo com a grade de tarefas e atitudes que são esperadas das crianças. Ao empreender as tarefas domésticas de cuidado da casa e das crianças é possível *ganhar moral* com a coletividade das relações. Os ganhos da *moral* consistem na permissão para ficar na rua à noite brincando com os amigos, em ganhar dinheiro, presentes almejados (em geral, roupas e celulares), gozar de respeito com os adultos e, em última instância, ser considerado um *bom filho*, que quer dizer uma criança que dificilmente nega ajuda aos pais, que é responsável e, sobretudo, consciente de suas obrigações com a casa e com as crianças.

Marshal Sahlins (1965), em texto clássico sobre as trocas, estabelece um quadro analítico em torno de múltiplas reciprocidades. Em seu esquema, a relação entre filhos e pais seria a única livre de retribuição, na qual os constrangimentos do retorno seriam obrigatórios somente quando o filho atinge a vida adulta e os pais se tornam velhos, dignos de cuidados. No contexto apreciado, vemos que as crianças precisam retribuir aos pais ainda quando crianças e tal retribuição se faz através das atividades domésticas e do cuidado de outros. Portanto, a *moral* constitui um indicativo da reciprocidade entre filhos e pais.²⁸

Desde a obra seminal de Phillip Ariés (1978), vê-se descortinada a separação entre o mundo das crianças e o dos adultos, no qual o sentimento da infância foi uma das claras expressões desta apartação. Em “Pricing the priceless child: the changing social value of children”, Viviana Zelizer (1985) aprofunda reflexões em torno do valor social das crianças. No contexto norte-americano, após as décadas de 30 e 40 observa-se progressivamente a sentimentalização da vida da criança. Entretanto, isto apresenta desdobramentos distintos entre as classes médias e as trabalhadoras. Na primeira, a criança figura como centro de decisões familiares, alvo dos projetos adultos, da educação compulsória e como ente em potencial expansão financeira e profissional. No segundo plano, nas classes trabalhadoras, a criança se constitui como membro ativo da reprodução social, realizadora e mantenedora das atividades domésticas, de cuidado da casa e das pessoas. Em suma, temos de um lado a “criança improdutiva” e do outro “a criança útil”, conforme Zelizer define. E segundo a autora:

“In many cultures, between the ages of five and seven, children assume a variety of work responsibilities – caring for younger children, helping with household work, or tending animals. In rural China today, for instance, researchers found children as young as five or six helping to feed the family fowl, clean the house, and prepare meals” (1985:5)

²⁸ Digo que a moral não é somente de natureza familiar baseada em diversas situações de campo. A carga individual de respeito advinda da moral foi-me elucidada quando soube que havia *ganho moral* com os *frentes* do morro, uma interlocutora anunciou perante um grupo de gente; “é... Você está com *moral* no morro; ontem, quando você estava passando, os meninos falaram: Ó! Deixa ela trabalhar; ela tá fazendo pesquisa com as crianças”. A condescendência dos demais ouvintes transmitia o recado; o trânsito perambulante no território estaria previamente consentido, bem como a ciência do que eu vinha fazendo estaria aprovada. Em justaposição, o comentário dirigido pelos *frentes* do morro sugeria o romantismo atribuído às crianças: é permitido transitar livremente pelos becos, pois tem-se a companhia das crianças, pessoas gratuitamente carismáticas. Estar com as crianças é, portanto gozar, de legitimidade especial, o que indica o status das crianças como bens coletivos, estes seres que todos olham e por que todos se interessam. (FONSECA, 1995. 2002)

Todavia, se contextos diferentes se aproximam dada a sua semelhança, ao mesmo tempo estes mesmos contextos guardam profundas diferenças. No Morro do Palácio, o lugar das crianças não é somente preenchido com o trabalho, mas as crianças conciliam diferentes performatividades; elas precisam realizar a carga de trabalho doméstico mencionada e, além disto, precisam incorporar a demanda moderna, na qual as obrigações escolares e a expectativa de futuro promissor compõem suas obrigações. Este é um aspecto importante para pensar diferentes registros de ação em encontro. Por isto, prometo retomar este ponto ao final do capítulo.

Caminhadas de crianças.

“Pras recalcada pode fazer biquinho.
Nosso estilo envolvente instiga o seu novinho.
As arararuta gosta de admirar.
Copia que é moda, eu quero ver superar.
Se elas fala mal,
Aceito numa boa.
É recalque, é inveja da minha pessoa.
Falar que sou metida já é natural.
Mas só quem me conhece sabe minha moral.
Amizade, sincera posso conquistar.
Falsidade, a inveja, vejo no olhar.
Se eu sou o que sou não dependeu de tu.
Se for pra me criticar, então vai tomar no oh!”

Funk de Renata Cristina.

Em termos estreitos a proposta de Sigmund Freud denomina o recalque como um fenômeno da ordem do inconsciente, fundamental ao equilíbrio das estruturas psíquicas. (FREUD. 1997). Todavia, na melodia cantarolada acima e nas narrativas das

crianças o recalque não passa de inveja alheia. A referida música é um dos funks preferidos cantados nos passeios pela rua. Passeios bem comuns e feitos entre crianças.

Moacyr é pai de duas meninas e suas filhas vão sozinhas à escola. O trajeto percorrido inclui a travessia de quatro quarteirões que separam a escola e o morro. Moacyr sente-se desconfortável com esta situação e por diversas vezes falou do sentimento de desleixo atribuído às crianças que andam sozinhas na rua; “Eu já pensei sobre isto; devem achar que nossos filhos são largados, mas para pra pensar: se a gente for levar eles todos os dias em tudo que é lugar, não tem trabalho, entende? O bagulho fica doido!”. Pouco se sabe sobre a carga de tensão com que estas famílias têm de lidar cotidianamente. Quando crianças andam sozinhas na rua, as famílias se liberam da tarefa de conduzi-las e ganham tempo; no entanto, é preciso conviver com a angústia sempre presente nas caminhadas feitas por crianças.

As caminhadas são extremamente temidas pelas famílias: “Não gosto que minhas meninas andem na rua”, diz Fabiana, mãe de três filhas. “Não gosto que fiquem largados”, reforça Bianca, mãe de duas crianças. Ambas, porém, justificam que, se as crianças não fizerem assim, não há como chegar à escola e conseqüentemente não há como trabalhar.

Para Michel de Certeau (1994), as caminhadas são atos de interferência e interação com o lugar, ao mesmo tempo em que exprimem um conjunto de relações com o fenômeno da Cidade. No clássico “A invenção do cotidiano”, existe um convite aberto para pensar as relações criadas com o espaço, instância que nunca deve ser tomada como entidade fixa e acabada, mas sim como um ato criador e de realização. Para de Certeau, caminhar é acessar um plano relacional que envolve uma “produção de uma geografia de ações” (1944: 177). As caminhadas estabelecem e recriam percursos, constituindo experiências de ação com escolhas, receios e improvisos. Nesse sentido, proponho olhar para as caminhadas das crianças, visto que durante o andar as crianças exprimem a forma potente como se apropriam do urbano, ao mesmo tempo em que descortinam e reinventam os limites daquilo que é considerado “para crianças”.

Sendo assim, diz-se que as crianças andam sozinhas, mas é bem verdade que estas estão sempre acompanhadas de outras crianças. O gregário se realiza na companhia de outros, ameniza o peso emocional do andar sozinho e fortalece o sentimento de segurança entre as mesmas. Em geral, o caminhar se faz junto, ou seja,

entre crianças. Contudo, em menor escala, há crianças que realmente andam sozinhas e sem companhia de outrem. A idade destas varia de 6 anos para cima, não por acaso, uma vez que com esta idade, as famílias não contam mais com a creche pública em tempo integral.²⁹ Os maiores são responsáveis pelo grupo. Quando caminham, as crianças relembram feitos e situações vividas nos recantos do bairro. Ao atravessar a rua, as crianças procuram dar atenção aos carros, embora, como elas próprias dizem: “sempre tem um engraçadinho” que sai correndo na frente, desafiando o trânsito. Em geral, são os meninos que agem assim e quando o fazem, são repreendidos pelos demais com histórias de outros amigos que foram atropelados, ou quase. As repreensões das crianças incluem diversos xingamentos e os mais utilizados são: *cabeção*, *debiloide*, *gay*, *transtornado*, *comédia*, *recalcado*, *crackudo* e *zica*.³⁰ Os xingamentos sempre são proferidos em tom jocoso e na maioria das vezes a “zoeira” entre crianças não intenta humilhar, embora raramente a humilhação aconteça.

Enquanto andam juntas, as crianças cantam muitas músicas “em bonde”; o repertório é repleto basicamente de funk, munido de uma sequência generosa de *proibições* ou músicas “românticas”, segundo as meninas definem. A cantoria é potencialmente sonora e atrai olhares de todos os tipos; por diversas vezes foi possível perceber estranhamentos e receios de pessoas passando, que ora se afastavam, ora atravessavam a rua rapidamente como guiadas por um instinto de proteção. A imagem de crianças, em sua maioria negras, cantando alto na rua e vestidas com uniforme de escola pública parece repelir quem assiste à cena.

Contudo, além das diversões em grupo, as crianças sabem que a rua guarda seus riscos e perigos. Dos meninos, não escutei nenhum relato de risco, porém em relação às garotas é comum ouvir histórias contando de “tarados”: “Tem um homem lá nas Sendas (supermercado) que fica mexendo com a gente; ontem a gente foi lá comprar comida e

²⁹ Lembremos que a creche pública integral é um importante dispositivo de mobilidade adulta entre as classes populares, em especial, com maior expressividade para as mulheres. Como indica Bila Sorj (2004: 578), “o acesso a creches e pré-escolas ainda é bastante limitado”. Para Sorj, a creche, enquanto um dispositivo de conciliação entre demandas do trabalho e da família, é significativo e apresenta “repercussões importantes no aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, na renda e na ampliação da jornada de trabalho. Esse impacto positivo ocorre, em geral, em todas as classes sociais. Mas são as famílias mais pobres as que mais se beneficiam do mecanismo quando comparadas aos grupos de renda superior.”

³⁰ *Zica* quer dizer agouro, coisa ruim, inveja, olho gordo, azar.

ele fica por trás das prateleiras e aparece e faz assim (passa a língua na boca), e fica olhando assim (olha com cobiça), sabe?”, explica Jaqueline, de 9 anos.

Como referido anteriormente, muitas vezes as crianças são liberadas da escola mais cedo por motivos de ausência de seus professores e quando isso acontece, resta esperar o horário de entrar na instituição. Sentadas na estreita soleira do portão, algumas meninas já presenciaram muitas investidas masculinas e contam situações (muito comuns) nas quais homens passam falando “sacanagens”, como na seguinte ocasião narrada: “Ontem um japonês passou do outro lado da rua e ficou tirando fotos nossa, a gente gritou, gritou e o tio Anderson veio lá de cima e correu atrás do cara, e fez ele apagar as nossas fotos”, conta Renata, de 7 anos. Muitos homens param de carro e assediam as meninas fazendo elogios ou passando cantadas: “é que aqui tem muita criança, aí os homens fazem isso”, explica Jéssica, com doze anos. Nestas situações as crianças costumam reagir, algumas fingem que não escutam, outras ignoram, a maioria fala alto, grita e sai correndo. As meninas quase sempre não se deixam intimidar e explicam que “ficar quieta é pior”.

Nas festas do morro, em noites de baile funk ou de forró, a presença de crianças é constante. Aqui, noite e crianças não se apresentam como propriedades antagônicas. Além de pular na cama elástica, sempre presente nas festas, as crianças maiores preferem dançar e zoar o baile: “Adoro quando tem baile funk, a gente fica acordada até tardão” diz Jackeline, toda feliz em transpor o horário de dormir. Durante o dia, as meninas passam o dia inteiro na expectativa e gostam muito de se arrumar vestindo a melhor roupa. A melhor roupa, por sua vez, deve ser decotada e justa, porque assim “todo mundo olha e sabe que a gente está chegando, o baile para!”, conta Flávia, de treze anos.³¹

³¹ Vale a pena sublinhar que, em geral, a estética relativa às formas, cores e tamanhos das roupas usadas pelas meninas é apreendida pelo senso-comum como puramente sexualizadas e classificadas como “sexualidade precoce”. As roupas curtas são apropriadas de forma pejorativa, como ícones de sensualidade, prazer e exibição de atributos corporais. No entanto, ao observar o gosto das meninas em relação ao vestuário, uma outra noção de estética fora-me apresentada: o corpo emerge como lócus de poder e este poder deve ser exibido, a roupa curta é bonita porque mostra o corpo e quando mostra “todo mundo olha”, como diria uma interlocutora. Sendo assim, o poder que a roupa curta carrega não corresponde apenas ao conteúdo meramente sexualizado, mas sugere, em maior proporção, a visibilidade do sujeito, pois mostrar o corpo através da roupa curta é mostrar poder perante os homens e as mulheres, uma vez que o corpo estetizado gera visibilidade.

No decorrer do baile, o ponto alto da festa é dançar no meio das rodinhas de gente, nas quais as meninas e meninos esbanjam malemolência e desenvoltura. Outra fonte de diversão garantida consiste em zoar os *crackudos* que perambulam no ambiente: “Olha lá aquele *crackudo*! Olha a cara dele!” (gargalhadas). Com gestos lentos e aleatórios, os *crackudos* dançam fora do ritmo, cantam fragmentos desconexos, olham inertes e fixamente para um lugar qualquer e acabam servindo de diversão às crianças que passam horas apreciando a alucinação alheia provocada com o uso do *crack*.³²

Durante os bailes funks muitos homens armados cruzam a festa. As crianças e principalmente os meninos sabem reconhecer e diferenciar um calibre 38 de um 44. As crianças também emitem opiniões sobre drogas e conhecem os “produtos” vendidos na “boca de fumo” do morro. Elas discutem sobre o uso de drogas e sobre as implicações do comércio local. “Meu pai às vezes fica doidão de pó! E vai trabalhar e tudo!” diz Igor de 10 anos; “minha mãe reclama que meu pai fuma mais de dois maços numa noite. Ela fala pra ele pra *fumar um*, que é melhor, faz menos mal.”, diz Franciely rindo com alusão ao cigarro de maconha feito por sua mãe.

As crianças também conversam muito sobre “pegação, ficar e namoro”. Classificações que exprimem a manifestação dos vínculos afetivos e sexuais. Sabe-se que a separação entre sexualidade e infância é uma das características da criança moderna (FONSECA, 1995). Entretanto, as crianças contam histórias de beijos, esfregas e roçadas com amigos, primos ou irmãos. Estes atos são presentes ainda quando pequenas, entre três e cinco anos, mas como elas dizem, nessa época é diferente: “Porque a gente fazia de sacanagem, não era por amor e nem por vontade, sabe?”, diz Tainá de 10 anos. Em geral, as crianças começam a “ficar” por volta dos oito anos de idade, tempo em que muitos dão “o primeiro beijo”.

Leo, de oito anos, conta sobre a namorada da escola que ele “beija muito na sala”. Pergunto a Leo quais são os lugares em que ele namora e o menino responde que

³² *Crackudo* é o apelido dado à pessoa que fuma o *crack* (substância psicoativa), no entanto o termo *crackudo* é também um nominativo para celebrar ou depreciar relações; utiliza-se o termo para cumprimentar as pessoas, para zoar ou fazer piadas como no caso acima, ou seja, o crackudo também é um apelido dado para aqueles que não fazem uso de crack.

“é quando a turma tem educação física, a sala de aula fica vazia e a gente combina de se ver lá”. Os lugares de exercício da sexualidade se referem às casas, quando as famílias não estão, à escola e principalmente aos becos. Tanto que é muito comum se referir aos namoros que ocorrem no beco de fulano, no beco de ciclano.

As crianças consomem horas refletindo sobre como devem se relacionar com as pessoas de que gostam. Calculam gestos, formulam táticas de encontro e criam jogos de sedução, sempre com a sagaz preocupação para que as famílias não descubram. Wesley escreve um bilhete para Larissa contendo: “Você foi a novinha que conquistou meu coração”. Larissa não sabe o que fazer, pois gosta mesmo é de Bruninho. “São muitos meninos querendo ficar comigo e eu fico confusa”, diz a menina de dez anos. No dia em que foi encontrar com Bruninho no beco, sua mãe a chamou e ela não pôde comparecer; “agora ele não quer mais ficar comigo, porque todo mundo achou que eu dei bolo nele e que ele foi bucha”.³³

Outras situações falam das tensões de âmbito afetivo e sexual entre meninas e meninos. Melissa conta que “perdeu sua virgindade” com doze anos e lembra que sua primeira vez foi “horrível”:

“A minha primeira vez foi com o Danilo; eu tinha doze anos, a gente estava no baile, daí eu tava chapando, né? Ele também tava me dando bastante cachaça; daí ele falou, vamos ali que eu quero te mostrar uma coisa, e eu falei: o quê? E ele falou, vamos! Eu sabia que ele ia querer fazer alguma coisa... A gente chegou na casa dele e ele me levou pro quarto, ele começou a me alisar e eu não queria, daí eu disse pra ele que não queria fazer aquilo, e ele falou: ah não, agora, você vai, e me empurrou na cama, e ficou em cima de mim e transou comigo... Eu tenho um nojo dele... E olha, isto já tem dois anos, a gente se fala sabe? Mas é só assim: oi, Danilo, oi, Melissa. Meu outro namorado, este meu ex, meu segundo cara, ele foi muito respeitador, esperou mesmo, sabe, a gente só transou depois de três meses, na hora até saiu sangue, mas era dele, eu falei para ele que estava saindo um sangue; quando ele olhou era dele; daí ele falou, vamos pra casa, tenho que ir embora... eu não sabia que acontecia isso, de sair sangue em homem também, deve ser que dizem que tem um fio, né? Depois eu falei pra ele: você era virgem; ele disse não; eu falei você era, ele disse não, no outro dia ele me disse, posso te contar uma coisa? Eu disse que podia; e ele disse: eu era virgem sim! Eu comecei a rir, daí ele disse: Viu? Tá vendo! Por isto que não tinha te contado!”

A preocupação em esconder os namoros e “ficadas” dos familiares diz respeito à fofoca e à moralidade local. Como as crianças esclarecem os familiares, em alguns

³³ Bucha é sinônimo de mané, otário ou bobo.

casos até permitem que as crianças namorem, mas recomendam que isto não ocorra com ninguém da localidade e do entorno. Como Melissa explica:

“Os meninos são muito safados, às vezes você não faz nada com eles e eles falam que fizeram tudo; eles também já querem ir logo no créu. Já querem ir furando logo! Por isto que meu pai fala que eu até posso namorar, mas que não seja ninguém aqui do morro, porque senão fica isto, todo mundo comentando e falando”.

A exogamia nesse sentido é preferível visto que os familiares intentam evitar a fofoca e o “disse me disse” entre moradores e amigos. Entre os familiares existe um relativo consentimento no namoro entre as crianças maiores, a partir de doze anos; contudo, o namoro não deve conter penetração, uma vez que, nestes termos, a relação sexual instaura a possibilidade da concepção. A maioria dos familiares prefere que os filhos não pensem em namoro, já que, segundo estes, as crianças têm muito o que fazer antes de namorar; “têm que trabalhar, estudar e crescer”, como diz Murilo, pai de Melissa.

Vozes de crianças. Vozes de adultos.

“O namorado da minha avó é meu padrinho; a minha avó tinha um outro namorado que morreu e ele não era o meu avô. Minha avó trocou de namorado, quis ficar com esse de agora, que ela gostava mais. Mataram ele. E sabe quem matou ele? Foram os índios. Os índios chegaram lá em casa e mataram ele, entraram devagarinho, eu corri e me escondi, fiquei escondido embaixo da cama e o índio enfiou a flecha assim, no peito dele. A minha avó gritava, falava não... (Ruan simula a avó chorando e faz uma pequena pausa até recomeçar) O índio mora longe daqui, mora lá na oca, você sabia? O nome da casa dele é oca. Eles vieram porque meu avô guardava uma coisa que é segredo, que eu não posso contar, ele guardava uma arma... (coloca a mão na boca) e a polícia não pode saber, por isso ele morreu”.

Ruan.

Nosso Profe. de latim, Mestre Aristeu, era magro e do Piauí. Falou que estava cansado de genitivos, dativos, ablativos e de outras desinências. Gostaria agora de escrever um livro. Usaria um idioma de larvas incendiadas. Epa! O Profe. falseou-ciciou um colega; idioma de larvas incendiadas! Mestre Aristeu continuou: quisera uma linguagem que obedecesse à desordem das falas infantis do que as ordens gramaticais. Desfazer o normal há de ser uma norma.

Manoel de Barros. (2008: 96)

Enquanto eu fazia anotações sentada na escada da creche, Ruan anunciou que me contaria uma coisa. A “coisa” contada acima pelo menino de seis anos mistura

parentesco, troca de namorados, índios, morte e polícia. O encantamento do fragmento reside em seu amor imprevisível seguido do desfecho trágico. Ruan ainda terminava de contar a “coisa”, quando foi interrompido por uma professora: “Que tanta besteira você está falando pra ela, hein, Ruan? Para de inventar história e vai agora pra sua sala!”.

Ruan quase sempre circula pelo ambiente da creche. O fato é visto como um problema porque: “As crianças não devem ficar soltas e Ruan e Samara vivem soltos”, diz a diretora. É verdade que Ruan circula entre a cozinha, a secretaria, o pátio e as escadas. O menino gosta de brincar com as crianças, porém sempre que o consegue, parece preferir permanecer ao lado de algum adulto. Enquanto as professoras arrumam a sala para passar de uma atividade para outra, Ruan quer sempre ajudar, e quando deixam, ele auxilia na organização dos objetos. Ruan também gosta muito de ouvir histórias e aprecia particularmente o livro da “Ameba”. No livro preferido de Ruan a Ameba é uma entidade que vive sozinha e cansada da tristeza resolve conhecer a felicidade. A Ameba, portanto, divide-se em muitas outros pedaços que se tornam amigos e amigas uns dos outros, afastando de vez a solidão. Ruan diz que a história é bonita “porque a ameba não é uma só”.

O garoto é um problema para as professoras da creche, pois, como é ressaltado, ele “não obedece e nem se comporta”. Nas reuniões de “formação continuada” muitas horas são dedicadas a resolver os problemas postos pelo menino.³⁴ As professoras se queixam inúmeras vezes com a assistente social e a pedagoga da Fundação de Educação que Ruan “bate muito nos amigos, não aceita ficar na sala, não respeita as regras e tampouco as professoras”. Ademais, outro assunto polêmico envolvendo o menino diz respeito a certo dia no qual, segundo as professoras, Ruan teria “arriado as calças de Samara”. As professoras sussurram sobre o feito, uma vez que o tema da sexualidade infantil é de difícil aceitação na instituição e tratado, em grande parte, como tabu. As professoras justificam a atitude de Ruan explicando para as técnicas que este comportamento certamente deriva de casa: “Também, né? *Fulano* disse outro dia pra *Beltrano* que o pai dele deixa ele ver filme pornô em casa! Aí a criança fica deste jeito. Vê se pode! Deixar o filho ver pornô!”. Como aponta Sorj (*ibidem*: 265), o cuidado de

³⁴ A formação continuada é o nome da reunião mensal feita entre a equipe da creche e a equipe da fundação de educação com o objetivo de planejar e avaliar as ações realizadas.

crianças é “um dos eixos de julgamento moral da família”. Contudo devemos lembrar que as famílias não são as únicas impactadas pela moralidade do cuidar, igualmente aos familiares, as crianças e professoras atualizam diariamente este grande repositório moral.

As atitudes de Ruan seriam ainda prejudiciais aos seus dois irmãos, que também estariam “se tornando crianças impossíveis” devido à “influência negativa” do irmão. Aliás, o tema do *se tornar* é assunto garantido e privilegiado em muitas discussões referentes às crianças. Discursos de prevenção à criança que pode *se tornar* algo indesejável são revestidos de forte determinismo e essencialização. No contexto estudado a ontologia do *tornar-se* corre muito longe daquilo que Deleuze e Parneut (1998: 18) discorreram sobre o tema: “A questão: O que você está se tornando? É particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda quanto como ele próprio”.

Ana Paula é a mãe de Ruan e trabalha em uma padaria do Bairro. Ana Paula sai de casa cedo para trabalhar e deixa os três filhos na creche. O Pai de Ruan faz entregas para uma loja de festas e igualmente a sua esposa trabalha durante grande parte do dia. A prima de Ruan tem 16 anos e é responsável por pegar as crianças na creche e ficar com os três irmãos até a chegada dos pais em casa. Aos sábados o casal também trabalha e, sendo assim, os irmãos também ficam sob os cuidados de Alice, que recebe uma *ajuda* de 100 reais para ficar com os primos. Ana Paula conta que Ruan é uma criança muito *responsável*: “ele fica muito sozinho em casa porque nem sempre minha sobrinha pode ficar com eles. Ruan é atentado, sim, mas também tem muito cuidado com os irmãos e sabe se virar muito bem em casa”.

Ruan gosta de ficar com sua prima em casa e diz que Alice faz muitas coisas: “ela apronta nossa janta, pega a gente na creche, brinca com a gente, deixa a gente fazer bagunça, mas depois a gente arruma, corta laranja, arruma a casa, ela faz tudo”. Em recente encontro, Ruan exibia rindo um corte na palma da mão feito enquanto preparava um lanche em casa.

Na creche os feitos de Ruan são apropriados como “questão”. As narrativas apresentam um Ruan que deixou de ser criança: “esse menino é triste, responde de igual pra igual e só faz o que quer”, lamentam as professoras. Os comentários não inspiram a

docilidade passiva comumente atribuída à condição de criança, ainda que o referido imaginário se reitere nos trabalhos pendurados no mural e nas fotos da instituição. Decerto, Ruan virou um caso e, como tal, extrapolou os muros da creche, de sua família, da vizinhança e chegou até ao gabinete da Fundação de Educação na Prefeitura de Niterói. A coordenadora da “Educação Infantil” na Prefeitura já conhece Ruan: “Já discutimos muito o caso desse menino nas reuniões”, e desabafa durante um encontro inesperado fora da creche.³⁵

Na poesia de Manoel de Barros, “desfazer o normal há de ser uma norma”. A invencionice trazida pelo autor lembra as intervenções de Ruan. Parece que Ruan se trata de um *outsider* conforme discorre Howard Becker. (2008). E por escapar às classificações normativas impostas por outros, tudo aquilo que o garoto realiza é apropriado como desviante, mas, “se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele”. (*ibidem*: 24). Logo, cabe expor a miríade de regras e normas presentes e atualizadas àqueles que as realizam. Portanto, vejamos quais são os valores que atravessam as relações entre crianças, professoras e avaliadoras.

Entretanto, saliento que minha proposta não consiste em refletir sobre a instituição em si. Penso que a creche enquanto unidade física e territorial opera como uma matriz relacional constitutiva de cuidados entre profissionais, famílias e crianças. Durante o trabalho de campo percebi que o tempo de convivência na creche não se constituía como esfera separada das relações experienciadas além desta. As situações vividas na creche não representam um domínio à parte e importam à medida que os interlocutores enunciam e atribuem sentido a esta.³⁶ A creche enquanto lócus de fofocas, dramas e tensões fornece um denso fórum de discussão para as famílias, seja nos reclames do *jeito* de cuidar das crianças, no cotidiano dos filhos, nas brigas, má

³⁵A referida coordenadora do programa “Criança na Creche” da Prefeitura de Niterói é também professora da faculdade da educação de uma universidade pública.

³⁶ Marylin Strathern critica as etnografias produzidas na Melanésia que abordam os rituais masculinos e femininos como esferas distintas da vida social. Em sua concepção tal pressuposto abriga duas suposições; a crença em domínios estanques à organização da vida social e sua “extra-realidade”, e a “suposição antropológica corrente de que a dominação das mulheres deve ser do interesse dos homens. Os domínios não são apenas adjacentes uns dos outros, mas são também englobantes”. (STRATHERN. 2006: 163)

alimentação, horas dormidas no “descanso”, reclamações de professoras. A creche, portanto, se impunha como um lugar de atravessamento das socialidades familiares, de vizinhança e de amizade a que tanto havia me dedicado em experienciar. Fato muito compreensível, uma vez que se trata de uma creche comunitária circunscrita num campo relacional fortemente territorializado; as professoras são moradoras do lugar, pais e mães são vizinhos uns dos outros, as famílias se conhecem e muitas são amigas, ou inimigas; logo, as relações da creche têm forte impacto no contexto destas conectividades. Por toda esta constelação vale sublinhar que a creche se reveste como eixo elementar de cuidados, e suas relações falam um pouco sobre a noção de criança presente no contexto estudado.

Aceitando as relações do campo, passei a considerar os ocorridos da creche como material de reflexão. Por este motivo cabe discorrer sobre o modo pelo qual um aluno passou da posição de criança e *se tornou um caso*. O menino alcançou a posição de *outsider* através de inúmeros eventos sequenciais e diversas narrativas cotidianas. O *caso Ruan* exprime claramente o cruzamento de registros distintos: a autonomia x autoridade e a liberdade x mobilidade. Vejamos, assim, de que modo estas noções adquirem sentido nas relações de cuidados das crianças.

Por isto, rumo à conclusão deste capítulo, abordo o encontro de registros distintos. Estes registros se referem ao ponto de vista das crianças sobre os cuidados e sobretudo aos valores operados por aqueles que são autorizados a cuidar das crianças. De um lado, temos, a rigor, os professores e a respectiva moralidade da obediência. Do outro, temos os avaliadores, munidos da concepção moderna de autonomia, na qual “cuidar também é educar”, segundo a própria equipe define.³⁷

Ainda motivada pelas palavras de Becker, não podemos esquecer que as professoras e as avaliadoras operam como empreendedoras morais informadas por distintos registros. Para as professoras, a noção de educação corresponde à obediência arbitrária às regras impostas pelos adultos. As professoras se envolvem com tarefas de cuidados compulsórios, como banhos, dar comida, fazer atividades em sala, pentear cabelos, arrumar mochilas, organizar os materiais. Durante a feitura da “rotina”, percebi por diversas vezes a impaciência e a irritação das professoras em ter que passar de uma

³⁷ A premissa “cuidar é educar” consiste no estabelecimento de princípios de especialização da educação infantil. Isto envolve, por exemplo, o debate acadêmico e profissional que defende a educação como ciência. Sobre estes aspectos ver Sônia Kramer (2006).

tarefa para outra.³⁸ Mesmo em minha presença o sentimento de irritação não acompanhava nenhum esforço em ser evitado. A atmosfera revelava assim uma certa inocuidade de constrangimentos. Devemos, contudo, olhar para a forma de lidar com as crianças, este lidar com, se explica através das trajetórias pessoais e da própria noção de criança que figura no contexto pesquisado.

Lorraine diz: “Tia Rosa passa a toalha espetando”. A menina de quatro anos se refere ao momento em que Rosa seca as crianças após o banho. Sozinha e apressada, Rosa banha cerca de quinze crianças no lavatório, uma de cada vez. E não foi raro acompanhar a exaustão de Rosa ao realizar o banho das crianças. Em outro momento, a professora Joana manda Gustavo cumprir o círculo pontilhado de lápis, mas Gustavo está ocupado em desenhar nas bordas da folha. Joana insiste dizendo que o menino deve cobrir os pontos. Gustavo continua desenhando bolinhas nas margens. Joana segura os punhos de Gustavo e puxa-os para baixo. O menino, que segurava um lápis na mão, se machuca com a escoliação da puxada e começa a chorar. Já fatigada, Joana justifica: “Este menino chora à toa; ele não era pra estar na minha turma; elas fizeram de sacanagem, porque ele atrasa os meus alunos que já estão adiantados”.

Na hora do “descanso” a professora Janaína reúne as crianças na sala e anuncia a hora de dormir; algumas crianças relutam contra o sono e se reviram nos pequenos colchonetes.³⁹ Felipe, “a criança que não dorme”, segundo as professoras, não consegue cochilar e está em movimento no colchão. Janaína alerta com a voz entre os dentes; “Eu já falei que é pra dormir; vira pro lado e dorme logo! Vira e dorme. É pra dormir”. Depois de muito relutar, a criança dorme, quase na hora de acordar novamente.

Sobre a hora do “descanso”, lembro de certa vez em que estava conversando com uma mulher na porta de sua casa. Esta mulher é também professora da creche e mãe de duas crianças e, enquanto conversávamos, um adolescente que passava me cumprimentou. Mais tarde, em outro momento, este adolescente me disse; “É; você estava conversando com uma professora que me botava muito medo!”. Insisti naquela observação e o menino explicou que a dita professora chamava “o fantasma do pânico” para fazer as crianças dormir. Questionei-o sobre a tal aparição e ele explicou que

³⁸ Rotina é o nome dado às tarefas diárias executadas pelas professoras.

³⁹ Descanso é o horário em que as crianças devem dormir.

quando as crianças insistiam em ficar acordadas, uma máscara branca e de olhos pretos surgia na porta. As crianças, assustadas, ficavam quietas e algumas acabavam dormindo. Em outro dia, aproveitando uma deixa involuntária, retomei o assunto com as professoras da creche e elas confirmaram a história do fantasma. Disseram que “antigamente” era assim mesmo, mas que hoje em dia era diferente.

Ainda na rotina da creche continuemos no *jeito* de educar as crianças. Matias, de três anos, está desenhando em pé com o corpo debruçado na mesa. Rosa pede para o menino sentar enquanto desenha. Matias parece nem ouvir e continua desenhando em pé. Rosa repete o pedido e Matias continua seu vaivém entre a mesa e a estante de objetos; a cada ida à estante ele troca de giz de cera. Seu desenho é um arco-íris. Rosa quer que o menino faça o desenho sentado e pela terceira vez chama a atenção da criança: “Eu falei pra você sentar; acho que você é surdo... Pelo visto você não sabe o que é ficar sentado!”. Matias enfim se senta.

As professoras se esmeram em ser respeitadas, em manter a organização dos objetos e das crianças. O *jeito* de educar concerne em respeitar as regras elaboradas e decididas pelos adultos. As regras, contudo, giram em torno da execução das atividades de sala, dos horários para dormir, para acordar, para brincar no pátio, para desenhar “certo”, para ouvir a história na hora “correta”. Devemos expor também um pouco das condições laborais em que as professoras se encontram. A creche funciona em regime integral, quer dizer de 8 horas da manhã até as 17 horas, das segundas às sextas-feiras. O dia se divide em dois turnos: manhã e tarde. Cada turno possui uma professora responsável. As turmas têm cerca de quinze crianças. A creche possui três turmas divididas por idade, de 2 a 3 anos, de 3 a 4 anos e de 4 a 6 anos, totalizando aproximadamente 45 crianças. Cada turma possui uma professora responsável e uma professora auxiliar; no entanto, devido a cortes de financiamento, as professoras da tarde permaneceram sem auxiliar durante todo o ano, ficando, cada uma, responsável por quinze crianças. Em relação à formação profissional das professoras, a maior parte das mulheres cursou o ensino médio. Três professoras ingressaram recentemente no curso de pedagogia em faculdades privadas. A equipe é basicamente composta de mulheres e um professor homem.

Por outro lado, as professoras estão sob a avaliação da equipe da Fundação de Educação, que por sua vez também possui o seu *jeito* de tratar as crianças e de concebê-

las. Como se o hiato entre os feitos das crianças e das professoras não fosse suficiente, existe ainda o terceiro elemento relativo às avaliadoras da creche. A equipe do “Programa Criança na Creche” realiza encontros mensais com as professoras. Estes encontros têm por objetivo “aperfeiçoar a prática, ouvir as professoras em suas dificuldades e estreitar a relação entre a fundação e as creches comunitárias, dentro do padrão da educação de qualidade”, conforme me explica uma das avaliadoras.⁴⁰

Durante minha temporada na creche tive a oportunidade de acompanhar alguns destes encontros e de conversar com as avaliadoras. Em algumas situações, inclusive, fui solicitada para dar minha opinião em relação a alguns casos, ainda que explicasse o motivo de minha presença na creche. Em um dos encontros de avaliação, as professoras deviam preencher um questionário, marcando com giz de cera verde para “está bom”, amarelo para “pode melhorar” e vermelho para “precisamos pensar”. As duas equipes (avaliadoras e professoras) estão sentadas nas pequenas cadeiras, munidas com os questionários. Antes de começar, a coordenadora explica que ninguém precisa ficar constrangido em responder “certo ou errado” e que qualquer dúvida acerca das questões será esclarecida. Ela ressalta que o objetivo do evento não é punitivo, mas antes visa à melhoria do trabalho realizado na instituição. A coordenadora lê em voz alta, pausadamente, como num ditado de alfabetização, cada tópico da avaliação. As professoras apresentam dúvidas ao longo dos enunciados e uma professora em especial não consegue realizar a atividade, ficando visivelmente envergonhada; ela é auxiliada em particular, posteriormente. Quando hesitam em responder, as professoras olham a diretora como quem procura confirmação para a dúvida na figura da chefia. As professoras parecem confusas e não sabem se devem marcar verde, amarelo, ou vermelho. A coordenadora observa a movimentação e reitera que a resposta é individual e livre.

Outro dia acompanhei uma dinâmica na qual toda a equipe, ao som de uma espécie de mantra, deveria circular livremente na sala e conforme um sinal dado pelas avaliadoras; as professoras deviam parar e dar as mãos umas às outras no lugar em que

⁴⁰ A Fundação de Educação é uma autarquia da Prefeitura de Niterói responsável pelo “Programa Criança na Creche”. O Programa prevê uma parceria com as associações de moradores. O Programa também é responsável pelo repasse de recursos financeiros e materiais para a creche. Estes recursos são geridos pela associação de moradores, que por sua vez possui uma ingerência na creche. Esta ingerência diz respeito a questões administrativas, de contratação de pessoas, de compra de materiais e de focos relativas à interação entre as pessoas que atuam em ambas as figurações.

havam paralisado. Um grande emaranhado humano com braços e corpos esticados se formou. Uma professora deveria soltar uma das mãos e começar a desatar todo o resto do nó de gente. Ao final do feito a socióloga explica: “Este era o objetivo, fazer com que todos juntos possam achar soluções para os problemas do dia a dia de trabalho; sem trabalho em equipe nenhum conflito será resolvido e o conflito faz parte das nossas relações”.

A equipe de avaliação tem em sua coordenação uma socióloga e o restante de psicólogos, assistentes sociais e pedagogas. Todas as técnicas têm especialização (lato-sensu) em educação e duas profissionais são mestres em universidades públicas.⁴¹ Parte da equipe é concursada no município e outra metade ocupa cargos comissionados. A gestora do programa “Criança na Creche” é professora na faculdade de educação de uma universidade pública. Em conversa com as profissionais da equipe, foi-me esclarecido que o trabalho realizado tem inspiração “construtivista” e visa à autonomia das crianças.⁴² As narrativas das avaliadoras anseiam por relações simétricas entre professores e crianças, nas quais o diálogo e o respeito mútuo seriam os pilares da

⁴¹ Está claro que existem diferentes perspectivas de lidar com as crianças. Pesquisas em Educação apontam a formação dos profissionais que trabalham com crianças como um dos elementos mais dinâmicos e complexos desta interação. Para Sonia Kramer as creches comunitárias, no Brasil, “foram incentivadas pelo UNICEF, a partir de 1979. A expansão deu-se na década de 1980, com os movimentos sociais (associações de moradores, grupos de luta contra a carestia, etc.). Atendendo ao dispositivo legal, passaram a ser assumidas pelas secretarias municipais de educação em 2002.” (34: 2006) No entanto, estas pesquisas ainda estão inspiradas em paradigmas que geralmente se apoiam em como as relações deveriam ser. As socialidades cotidianas são atravessadas por gramáticas normativas e especializadas, como os processos de escolarização obrigatória e o estabelecimento de critérios no trabalho com crianças, cada vez mais em crescimento. Tomemos como exemplo destas mudanças a constituição de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil publicadas pelo MEC, o FUNDEB, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL) e outras instâncias de regulação e especialização das infâncias, como os conselhos tutelares, os juizados especiais e centros de juventude. A educação infantil também se reveste como uma das metas do milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta polifonia normativa adensa o debate em torno dos direitos da criança em diversos espaços de poder. Lembremos a “maioridade do ECA” atingida em 2002 no país e também a adoção da carta internacional dos direitos da criança de 1987. Estas letras e dispositivos selam a passagem da criança para a condição de sujeito e à dignidade da pessoa. A doutrina da proteção integral implícita no ECA realiza a criança como prioridade da família, da escola e da sociedade.

⁴² O construtivismo tem inspiração em autores como Paulo Freire, Vygotsky e Piaget. A ideia de *autonomia* também deriva deste postulado e preza por relações simétricas entre adultos e crianças, nas quais as crianças são pensadas como protagonistas do processo de aprendizado, como seres plenos e capazes de interagir com os processos de cognição. O construtivismo também é uma corrente responsável pela ênfase na contextualização das condições sociais e históricas das crianças no seio de aprendizado escolar.

interação. A criança, conforme sempre é entoadado, “deve ser considerada como uma pessoa”.

Liberdade x Mobilidades. Autoridades x Autonomia.

Com base nas discussões contemporâneas na antropologia da criança e na sociologia da infância, proponho uma pequena conclusão sobre este capítulo. Parto, entretanto, da virada epistemológica que deixou para trás a concepção de cultura adquirida e a conhecida assimilação de papéis bem características da antropologia dos anos 70 e da onda estrutural-funcionalista. Naquele tempo, a criança, “fruto de seu meio”, tratava-se de mera reprodutora de papéis e a ação social, dada de antemão, pelo próprio sistema que a define. Portanto, as instâncias de socialização constituem o espaço mais aprazível para observação de comportamentos e atitudes “infantis”. Deste postulado extrai-se que as interações e práticas conformam um somatório de competências adquiridas, de modo que estas mesmas práticas são responsáveis pela inserção e o lugar da criança em seu determinado contexto. Tais premissas apresentam a criança como receptáculo de cultura, reprodutora de papéis e projeção do adulto futuro e posterior ao ente em desenvolvimento. Estes modos de conceber a criança ou o estudo sobre crianças circunscrevem, em maior ou menor medida a ação dos sujeitos pesquisados, dentro de um raio de previsibilidade visto que se conhece “o sistema e suas relações”. De um lado, a cultura é inculcada e de outro, as instâncias de socialização são o lugar privilegiado para observar conjuntos sociais.⁴³

Para Clarice Cohn a referida virada epistemológica está concretizada de modo exemplar na revisão dos conceitos de Cultura e Sociedade na disciplina, capaz de alterar os modos de perceber fenômenos em suas diversas manifestações. A ideia de Agência e a ênfase em potencialidades relacionais permitem superar antigos pressupostos disciplinares, quase sempre encarnados em totalidades e sistemas. Isto certamente recai, em especial, sobre o binômio indivíduo\sociedade e o lugar das relações em suas multiplicidades ganha magnificação. Ainda nesse sentido, tomo as declarações de Pierre

⁴³ São referências clássicas deste período os trabalhos de Margaret Mead, Ruth Benedict e Rad-Cliffé-Brown.

Boudieu acerca do termo Juventude. Para o autor, tal enunciado versa acerca de classificações mutáveis e dinâmicas produzidas de acordo com contextos de confronto e interação entre velhos e jovens. Se Juventude ou, podemos acrescentar, Criança, operam como cortes etários de fundo organicista, as relações em torno destas categorias desvelam segmentaridades que escapam a definições apriorísticas. Além de uma questão básica, porém não menos importante, de poder, como sugere Bourdieu, a Juventude, ou qualquer classificação geracional pode encobrir escalas e fabricações de diferentes ordens em diferentes esteiras de acontecimentos.

Dizer, portanto, que as crianças têm “liberdade” reveste, por um lado, um *jeito* criança particular de um profundo romantismo, no qual, todas as ações empreendidas por estas estariam livre de repreensões e obrigações. As crianças gozariam de uma extasiante liberdade e por conta deste *expertise* singular estariam mais preparadas para o mundo. A liberdade credita uma espécie de *mana* às crianças, de modo que outras crianças que vivem em contextos de maior restrição não possuem. O outro lado da acepção de *liberdade* sugere que as crianças perderam o traço inato da ingenuidade, “A sinceridade e a inocência das nossas crianças” diria a televisão e as plataformas políticas em narrativas etéreas. Frente à candura perdida resta, portanto, o resgate das ações salvacionistas, como a da ONG, que de uma forma ou de outra cumpre um papel importantíssimo na vida dos familiares trabalhadores. A terceira camada da *liberdade* não esconde sua carga pejorativa, nas quais crianças soltas, livres, que vivem “largadas”, são depreciadas pelo entorno, que guarda suas crianças em casa. Porque, como lembra Adriana Vianna, cuidar também é guardar.

Conhecemos a oposição clássica feita por Roberto Da Matta (1991) entre casa e rua. Entretanto, casa e rua não se tratam de entidades substantivas, uma vez que a própria noção de rua não é autoevidente (nem a de casa), mas antes, construída. Desta forma, os lugares por onde as crianças transitam são significados e reelaborados a partir de inúmeras noções, incluindo aí a de intimidade e pertencimento, como fica explicitado a partir da categoria de *pedaço* desvelada por Magnani (1998). Para o autor, o *pedaço* opera como uma espécie de mediador entre a dicotomia produzida por Da Matta. O *pedaço* é aquele espaço intermediário onde as pessoas que “se conhecem” se encontram e partilham um lazer em comum. As ideias de “sujeira” e de “falta de regras” são abstraídas mediante o reconhecimento de outros sentidos presentes nos gestos de apropriação da rua. Lembremos também que, para Vogel e Melo, a rua representa

fascínio quando pensada a partir da perspectiva das crianças e adolescentes que a experienciam.

A existência da criança na rua também desafia o entendimento da casa como um lugar idealizado e elementar de convívio, como muitos ainda diriam, de “socialização”, pois não nos esqueçamos de que é também nas casas que muitas crianças entram em relação com o aprendizado das tarefas domésticas, o que para algumas crianças pode se revestir como uma experiência extremamente exaustiva, bem mais do que, talvez, caminhar à escola “na rua” e na companhia de outros que não os adultos. Nestes termos, a rua não será mais o lugar da “falta de regras”, mas, ao contrário, parece ser o lugar onde mais se produz a autonomia das crianças e não apenas a “negatividade”, muito comumente imputada às crianças que vivem ou transitam nas ruas, cidades e em tudo que é “fora” (RIZZINI e BUTLER, 2003).

Assim, em lugar de “liberdade”, eu diria que as crianças produzem e criam *mobilidades*. A *mobilidade* das crianças não se restringe à concepção meramente geográfica, mas pertence à apresentação de infinitas variações criativas durante a vivência no cotidiano. Trata-se de variações potentes que transitam entre registros normativos e regimes cotidianos. Nas casas vimos as obrigações com a limpeza, com o cuidado dos irmãos e com o doméstico. Os *ganhos da moral* garantem recompensas significativas que permitem às crianças criarem lugares de existência e de subjetividades; os álbuns exibidos meticulosamente no Orkut, os cremes e tratamentos de cabelo para amansar fios “rebeldes”, os mp3 como objetos de desejo e os melhores *proibições* que podem então ser compostos e cantados em rodas de crianças e bailes à noite.

Ainda nas casas, as obrigações com os deveres escolares, a frequência compulsória na escola e as demandas familiares de ascensão escolar e profissional recheiam os objetivos das crianças. Filhos que devem “crescer para estudar e trabalhar”, conforme reforçam as narrativas adultas em diversos momentos. As mobilidades ainda se adensam nas ruas, em passos caminhados, onde as crianças conhecem o morro, o bairro, as quitandas, mercados, os trajetos dos ônibus. Um mapa urbano e afetivo feito de lembranças e sentimentos se desdobra nas narrativas das crianças: “foi ali, na pedra da Boa Viagem que o Pedro quebrou o braço e a gente correu pra ajudar”. Lugares silenciados ganham voz e sentimento: “homens tarados que mexem com a gente, sinto

nojo”. Carros perigosos inspiram o cuidado ao atravessar as ruas, e são mãos de crianças que seguram outras pequenas mãos ao caminhar. Noções de economia são discutidas e negociadas: “lá, naquele mercado que tudo é caro”. Escolas “melhores”, colégios particulares, figuram como utopias em horizontes distantes: “queria estudar neste colégio, olha como ele é bonito.” O encontro da diferença ganha substância na experiência de alteridade, “Este colégio só tem menina de cabelo liso”. Foram as primeiras palavras das meninas no dia em que fomos buscar minha filha na escola. Mobilidades estas capazes de construir a um só tempo a autonomia do concreto, feita entre crianças, entre apropriações de coisas e espaços de que até então só adultos poderiam se incumbir.

E se engana quem lança olhos de compaixão às crianças. As crianças demonstram no dia a dia a intensa criatividade diante da vida. Poderia citar inúmeras situações para exemplificar esta afirmação, mas creio que no campo da linguagem as crianças realmente dão lugar a muitas outras ideias. O escracho relativo às “zoações”, as transformações que operam na norma cultas do português e os “proibidões” cantados ao andar na rua, indicam crianças inventoras de novas palavras, novos conceitos e imagens. Um dia em que me encontrava chateada e moída, as meninas me consolaram com o melhor dos remédios: “Não liga pra estas recalçadas não, elas são tudo tribu”. Imediatamente quis saber o que seria “tribu” e elas responderam: “é tribufu!”. Meu cansaço foi embora.

Entretanto, na creche a invenção das crianças incomoda e perturba justamente porque é diametralmente distinta do registro da autoridade exercido pelas professoras. As professoras (lembramos que estas também são mães, tias, avós) desejam ensinar as crianças a ser “responsáveis” em sala de aula. Ora, as crianças exercitam a responsabilidade intensamente durante o cotidiano. Elas passam, lavam, esperam adultos em casa, cuidam da rede de parentesco e olham, inclusive, os bebês. As crianças criam alternativas para dar conta de um estado de pouca cobertura dos serviços públicos, num país onde a demanda por cuidados pagos e especializados cresce progressivamente.

A pretensa autonomia moderna desejada nas bem intencionadas e intelectualizadas avaliadoras não consegue penetrar facilmente na multidão das trajetórias populares em seus múltiplos e delicados *jeitos* de educar e criar. Faíscas e

embates surgem aqui e acolá nas discordâncias de posturas entre umas e outras, enquanto as crianças continuam querendo correr fora das salas, desenhar nas bordas e ouvir histórias “fora da hora”. O valor da autonomia elaborado no bojo das discussões da educação fala sobre a construção de princípios de interação com as crianças que levem em conta suas expectativas e desejos. A autonomia que as avaliadoras buscam transmitir na creche considera as crianças como sujeitos de seu próprio conhecimento. Mas, levando em conta o modo que as professoras pensam as crianças, a autonomia ainda soa estranhamente artificial. O aspecto refratário desta interação é compreensível, uma vez que as próprias professoras são também infantilizadas nas avaliações empreendidas; são os questionários para marcar com giz de cera, dinâmicas alienígenas, vozes pausadas e vagarosas para facilitar a compreensão de pessoas que conseguem escutar e enxergar muito bem. Tudo poderia ser apontado como um “problema” de comunicação. Como diria Claudia Fonseca:

No caso da intervenção educativa, por falar em geral a mesma língua pátria (nesse caso, português) que seus “clientes”, o educador nutre a ilusão de estar se comunicando bem. Mas o antropólogo trabalha a base da premissa de que o processo comunicativo não é tão simples assim — que, em muitas situações, por causa de uma diferença em faixa etária, classe, grupo étnico, sexo ou outro fator, existe uma diferença significativa entre os dois universos simbólicos capaz de jogar areia no diálogo.

Portanto, como indica Fonseca, a questão da comunicação se refere também aos modos distintos de se conceber e de se pensar as crianças. Mais areia recai nas alteridades. Em termos de produção de uma autonomia, podemos afirmar que são as crianças em seu cotidiano, em suas mobilidades e em relações concretas que parecem produzir a autonomia tão aspirada na concepção construtivista da academia. A autonomia do concreto é experienciada na sequência e na realização da pragmática do cotidiano, mediada apenas por crianças e vivida longe dos ambientes normativos e institucionais. A autonomia das casas, da rua, dos becos e das situações costumeiras e de intimidade é simplesmente abafada quando as crianças cruzam os portões da escola, da creche e da ONG.

No início deste capítulo cheguei a mencionar a existência de um universo adulto e outro de crianças. Baseado nos contextos relacionais, no entanto, procuro mostrar que as crianças reinventam estes universos e limites demonstrando que os lugares de uns e de outros são transformados e realocados segundo os feitos das crianças. A agência

nesse sentido não se retém pelo tamanho, capacidade ou idade, mas pela potência presente nas relações. Lembremos de Jéssica, Jenifer e Ruan, crianças que, conforme diria Bourdieu (1983), estão “nem lá e nem cá”, operam entre mundos e transitam entre margens intersticiais. Apesar de se apresentarem como um problema na vida dos adultos, enquanto produtoras de cuidados, as crianças acessam planos de decisão e escolhas capazes de provocar reflexões em torno do ambiente em que vivem. Não são apenas receptáculos de cuidados, mas produzem respostas sólidas às corridas agendas trabalhadoras e adultas. Podemos pensar naquele estado “between and betwixt” de que nos fala Victor Turner (2008: 47); contudo, este não se reveste como uma passagem liminar, alheia às categorias da vida social, mas consiste no exercício permanente de intensas performatividades no cotidiano das crianças. Levar à creche, colocar o irmão para dormir, cozinhar e manter a casa dentro dos padrões de limpeza e organização compõem o glossário de ações feitas por crianças. Retomando o argumento norteamericano de Zelizer, não se trata nem de crianças “improdutivas” nem de “crianças úteis”. Não sendo totalmente uma coisa nem outra, a ontologia não encontra lugar para se fixar e as crianças seguem reinventando o cotidiano em uma profunda mistura de limites, disciplinas, *mobilidades* e autoridades. Se por um lado o cenário narrado produz crianças “responsáveis”, dado o contato obrigatório e contingencial com a *pragmática do cotidiano*, por outro lado, os espaços institucionais e normativos em que as crianças convivem instauram a produção de infâncias, de “menoridades”, nos termos de Adriana Vianna (2002). A tensão entre o universo normativo e a *mobilidade* cotidiana se atualiza no vaivém entre contextos. A inconveniência das crianças que respondem de “igual para igual” exprime a perturbadora simetria; é quando a primazia dos velhos sobre os jovens sofre seus abalos. O desafio à moralidade da obediência compõe o estado de consumo das energias familiares e normativas no encontro diário e incessante dos distintos regimes de pensamento. A mobilidade das crianças resolve os problemas de todos, mas incomoda porque não consegue resistir à assimetria que atravessa crianças e adultos em sua existência.

Por que foi necessário expor o itinerário das crianças? Porque é preciso indicar que o cuidado destas não se restringe às casas, ou a uma unidade doméstica, classicamente como a concebemos, tampouco, este cuidado também não se polariza somente entre as instituições formais, na forma da creche ou da escola. O cuidado também se faz na rua, nas caminhadas, nas soleiras das instituições, nas brincadeiras

pelo morro. Não advém somente de adultos, mas é vivida também entre crianças, expressivamente provedoras de cuidados. As crianças não se encontram guardadas, olhadas freneticamente por alguém, mas se distribuem em vivências e em mobilidades urbanas e domésticas. São crianças distribuídas e partilhadas. E só é possível entender o cuidado quando compreendemos qual é a percepção que se tem da criança neste contexto. Apenas quando acompanhamos as noções de criança que atravessam as relações é possível se aproximar dos pontos de vista que matizam o cuidado. Entretanto, a noção de criança se reparte em distintas dimensões e é somente quando estes registros concorrentes aparecem que podemos ter uma breve ideia do que significa o cuidado para estas pessoas.



3. O gênero do cuidado.

Um par desfeito e a criança “pipoca”.

Proveniente de uma cidade do interior norte-fluminense, Márcio chegou a Niterói para fazer o curso de Geografia na faculdade. Como habitual entre os estudantes que migram para a cidade com esta finalidade, Márcio alugou um quarto num pensionato universitário. Sem muita demora, o homem se incorporou ao circuito de bares e festas noturnas presentes no entorno da universidade. Entre o lazer e as aulas no *campus*, ele conheceu a mulher com quem mais tarde teria um filho.

Débora e Márcio viveram uma “paixão avassaladora”, como os amigos recordam. Reconhecidos como um casal “diferente”, a união do par representava uma ruptura com fronteiras sociais e materiais existentes. Márcio prosseguia com sua formação universitária através do auxílio familiar, e Débora, moradora do morro e há muito tempo distante da rede de parentesco, mal havia completado o ensino fundamental.⁴⁴ Para os amigos de ambos o casal fornecia um expressivo conteúdo diferencial, concretizado na alteridade de classe, de moradia e de capital cultural. A narrativa da “diferença” existente entre ambos era esboçada, ou pelos amigos, ou pelo próprio casal. Contudo, em meio às diferenças recorrentemente explicitadas nas apresentações do casal, ambos viviam uma relação apaixonada e estável. Tornavam-se mais próximos com o decorrer do tempo e a partir de inúmeras manifestações sentimentais.

Tão estável que a decisão de morar juntos no pequeno apartamento comprado por Márcio se consolidou meses depois. O homem possuía uma reserva em dinheiro (fruto de um antigo emprego) e com a ajuda dos parentes paternos conseguiu comprar um pequeno apartamento próximo à universidade. Segundo as duas narrativas recordam, tudo corria bem até o momento em que Débora suspeita de uma gravidez e o rumo dos amores e estados afetivos começam a se alterar.

⁴⁴ Aliás, a trajetória de Débora nunca contou com redes de parentesco; a mulher foi criada num “orfanato”, como ela recorda. Ela não tem lembranças de sua família biológica e cresceu boa parte da vida em instituições de abrigo do Rio de Janeiro. Débora saiu de “casa”, ou seja, da instituição de abrigo, com dezoito anos de idade após atingir a maioridade. Desde sua saída ela morou em diversas favelas do Rio de Janeiro, até se fixar no morro do Palácio. A mulher conta que, quando tinha 21 anos, descobriu o endereço de sua mãe biológica e buscou conhecê-la, mas os encontros não foram suficientes para estabelecer qualquer elo afetivo, de modo que Débora preferiu manter a *distância*: “não tem nada a ver, eles não têm nada a ver comigo”.

Marcio relembra que a relação passou a degradingolar diante da gravidez não planejada. Os atritos e discussões tornaram-se constantes na rotina do casal e tudo que anteriormente não se configurava como problema passou a se revestir como tal; a alteridade de classe, o capital cultural assimétrico, a relutância acerca da continuidade da gravidez partilhada por ambos, as críticas à gravidez inesperada oriundas dos familiares de Márcio. A problemática maior gravita em torno da gravidez “inesperada” e do impacto que um filho representa na vida de ambos, “Eu não pensava em ter filho tão nova; sabia que criança daria trabalho pra mim e eu não estava acreditando”, conta Débora. Da parte de Márcio ele conta: “A gravidez caiu como uma bomba: estava na faculdade, começando a vida e simplesmente não estava pronto”.⁴⁵

Juntos sob o mesmo teto, sem muito demora tudo parecia se deslocar com a notícia da concepção. A relação atravessada pelo amor, romantismo e alegria passaria a exprimir um conflito tão avultante quanto a criança que estava por vir. Porém, aos poucos, gestos de convencimento em torno da gravidez se reforçam. Débora se lembra do dia em que fez o exame de ultrassonografia e que, ao ouvir o coração da criança batendo, não teve dúvidas quanto à continuidade da gestação. Ela, que não pensava em ter filhos, diz que naquele momento sentiu-se encorajada e motivada para “encarar a aventura”. A mulher sabia que não iria ser fáci, mas, em sua opinião, preferia ter um filho a fazer um aborto, uma vez que tanto o procedimento quanto a ideia da interrupção da gravidez a amedrontavam.

Da parte de Márcio, o aborto parecia resolver a situação, uma vez que ele não se sentia “preparado para ser pai” e tampouco o desejava. Porém, Márcio não quis contestar nem impor uma resolução que em sua opinião caberia à mulher:

“nunca insistiria pra ela abortar, apesar de achar melhor: não queria ter filhos, mas também não seria o fim do mundo levar adiante, e no final das contas a decisão acaba sendo dela, porque ela é que teria que fazer o aborto e carregar este trauma”.

⁴⁵ A relação com Débora é anterior ao período do trabalho de campo e se inicia no ano de 2005. Conhecemo-nos há cerca de seis anos. Fomos apresentadas por uma amiga em comum e nossos filhos ficaram amigos. Desde então, tive a oportunidade de eventualmente acompanhar diversos momentos da trajetória da mulher. Durante o trabalho de campo Débora foi viver em Búzios e deixou a criança com o pai: assim, tive a oportunidade de conhecer Márcio, de quem até então só ouvira falar de nome. Conheci Marcio de forma ocasional, através de seu filho; todas as minhas conversas com ele se deram na pracinha enquanto nossos filhos brincavam. Desta forma, o material apresentado aqui trata de um período de seis anos, idade que a criança tem hoje. A trajetória de Débora já havia chamado minha atenção, porém, foi no momento em que tive acesso às narrativas de Marcio que decidi incorporar ambas as trajetórias nesta pesquisa.

Assim, motivados por diferentes razões, a decisão pela gravidez acabou sendo acordada por ambos, que concluíram que “o que estava feito, solucionado estava”. Com essa frase Márcio inaugura a decisão quanto ao futuro da gravidez. Entretanto, o casal resolve pela separação; avaliam que um filho não é motivo para manter duas pessoas unidas e que não possuem “amor suficiente” para permanecerem juntos. Ambos pactuam a seguinte combinação; Débora ficaria morando na casa comprada por Márcio e o homem iria se mudar. Débora ficaria com a criança; seria, portanto a mãe quem se ocuparia dos cuidados diários com o filho. Márcio sairia de casa e deixaria, como sua parte no assunto, a casa para o seu filho viver com sua ex-namorada. Visitas ao filho e pensão alimentícia foram inclusos no combinado, tudo feito através de conversas e dissensos calorosos relativos aos valores e às exigências de alguns *bens de cuidado* para o bebê; no entanto, dada a vontade de se verem “livres um do outro”, como recorda Débora, o arranjo encontrado caiu como a melhor saída. A mulher fica com o filho e o homem sai de sua casa recém comprada. O acordo não deixa de transmitir a ideia de uma compensação por uma espécie de “acidente”. De um lado, mulher, casa e criança, e do outro, homem e rua.

O menino Caio nasce e antes de completar um ano de idade a criança passa por uma cirurgia no coração: um tipo de perfuração nas vias respiratórias impede o menino de viver uma vida “normal”. Todo o processo de cuidados, incluindo o diagnóstico, o tratamento, a cirurgia e o pós-operatório foram viabilizados por Débora e suas redes de conhecimentos pessoais; a amiga que conhece um médico, a senhora da padaria sensibilizada com o estado da criança doa os remédios, os vizinhos levam a criança de carro para as consultas em hospital distante no Rio de Janeiro.

Nesta temporada, Márcio está *distante* e pouco aparece devido ao trabalho como professor recém-formado: ele acabara de conseguir emprego como professor em dois colégios particulares. Apesar da casa deixada pelo *ex*, Débora vive em condições de pobreza; durante quatro anos corridos após o nascimento do filho nunca conseguiu um emprego.⁴⁶ Os únicos trabalhos que lhe oferecem são de faxineira ou empregada doméstica, contudo a mulher conta que nunca se adaptou à rotina do emprego

⁴⁶ Adianto que, *Ex-mulher*, *ex-marido* e *ex* são termos utilizados pelos interlocutores para se referir à pessoa com quem terminaram a conjugalidade, o namoro ou um caso. Também é comum que estes se refiram ao *ex* como “o pai dele” ou “a mãe dela”, demarcando com clareza a sobrevivência da racionalidade para com os filhos e não mais à afetividade-sexual entre os *ex-pares*. É interessante notar que não existe o antípoda do termo *ex-mulher*, excluindo, por imaginação, um *Ex-homem*.

doméstico: “trabalhar em casa de família é um saco, não gosto, não sei cozinhar e também das vezes que tentei fui maltratada porque acham que você é qualquer um”. Negra, alta e esguia, Débora tem seu rosto enfeitado por “tranças afro” e em todo o tempo que eu a conheci viveu do dinheiro ganho através do trabalho de seu filho em propagandas de televisão.

Caio foi identificado na rua por um agente de comerciais infantis, que rapidamente inseriu o menino no mercado das propagandas com crianças. O encantamento experienciado na realização dos comerciais das empresas “TIM”, “OI” e grandes grifes de roupas infantis, fizeram, ainda que de forma efêmera, o menino ser reconhecido como “uma estrela” na creche em que estudava. Por protagonizar comerciais e *outdoors* com o jogador de futebol Ronaldo, “o fenômeno”, Caio gozou de reconhecimento entre os amigos da creche e dos familiares dos amigos. O pagamento recebido com as aparições do menino na TV e em revistas variava em quantia e regularidade; por isto, mesmo com o recebimento de uma soma razoável, que podia chegar ao valor de até R\$ 3.000.00, com o passar dos meses o dinheiro se perdia com as contas da casa, remédios, comida e roupas. Ainda assim, Débora e Caio sobreviviam meses com ajudas de amigos, que sempre davam comidas, roupas para a criança e até mesmo brinquedos, como lembra uma amiga da família: “o menino é muito querido”.

Neste momento, Caio cruzava seu quinto ano de vida. A relação entre Débora e Marcio passou a se estruturar a partir do conflito. Confrontos em torno do dinheiro não dado à criança eram o mote dos encontros, quase sempre perpassados por xingamentos e acusações. Trocas de ofensas e recordações do passado eram acionados como bombas durante as discussões. O clima espinhoso, as palavras ferinas e a raiva sentida por ambos não deixava dúvidas aos olhos do entorno que acompanhava o desenrolar, tratava-se mesmo de uma “guerra”. Como professor do ensino médio, Márcio vivia chafurdado em dívidas, nunca conseguia dar o dinheiro combinado na data certa e quando pagava, sempre faltava uma parte considerável.

O valor da pensão era de R\$ 300,00 e foi acordado após muitos debates fervorosos, que explicitavam a dificuldade em valorar o trabalho de cada um, homem e mulher, bem como estabelecer o preço do cuidado de uma criança (ZELIZER. 1994). Débora, por sua vez, se via extremamente cansada com as ausências financeiras e afetivas do pai do menino. “Se fosse só o dinheiro que ele não comparece, mas você vê,

nem pra ficar com o menino ele presta. Não dá atenção pro filho. O Caio infelizmente não tem um bom pai”. A narrativa reúne, a um só tempo, a demanda por afeto e dinheiro, que a cada temporada se acumula num repositório profundo de dívidas e mágoas.⁴⁷

Por outro lado, Márcio não consegue conciliar o pagamento das contas do menino com o aluguel no bairro de Santa Teresa e suas contas pessoais. Na intenção de reduzir gastos, Márcio passou a requerer seu apartamento de volta, pois se não precisasse pagar o aluguel ele teria dinheiro para transferir ao seu filho, como ele explicou. Assim, Débora deveria arrumar um lugar para morar, uma vez que o apartamento não era seu. A notícia da exigência da mudança deixa a mulher plenamente perplexa com a “falta de sensibilidade” do *ex*; contudo, nada impediu que o rapaz voltasse para o seu apartamento, ainda que Débora tenha apelado diversas vezes para o bem-estar da criança. “Eu disse a ele que não teria onde morar com o filho dele, mas ele quis a casa e não se importou”. Sem ter onde morar, Débora consegue um pequeno quarto em uma ocupação na delgada e comprida Rua Passo da Pátria. O pequeno quarto reserva comprimento suficiente para acomodar o tamanho de uma cama de solteiro e mais algumas roupas e objetos pessoais encostados na parede descascada e nua. Porém, mesmo com a mudança, Márcio continua *distante*, tanto no dinheiro como no *contato*. Assim, por conta das constantes perturbações sofridas, a mulher abre um processo na justiça contra Márcio. Após seis audiências e muitas discussões o juiz define o valor de 20 % do salário do homem, o que resulta na quantia mensal de R\$ 290,00, menos do que Débora recebia quando longe da judicialização da intimidade. Além da pensão alimentícia, Débora também abre um processo relativo ao apartamento do *ex*, porque, segundo ela, agora só lhe resta uma alternativa: “cair pra dentro”. Assim, seu advogado, com base no reconhecimento da “união estável”, requer direitos sobre parte do apartamento em que Débora viveu. Entretanto, o juiz não reconhece a causa e Márcio, que já havia recuperado seu apartamento, agora goza de total estabilidade da lei. Débora “perde” duas vezes, no registro cotidiano e na Justiça.

⁴⁷ Economia e afetividade se mesclam e se confundem de forma intensa. Esta é mais uma das preocupações presentes no trabalho de Viviana Zelizer e importante no sentido de que expõe dilemas de gênero nos cuidados. Como aponta Federico Neiburg: “como poner un precio a lo que no tiene precio” (NEYBURG e LUZZI. 2009:5).

Em síntese, Débora continua a viver de “bicos” sazonais com propagandas infantis feitas pelo filho e um emprego como garçõnete duas vezes por semana num bar noturno do bairro. Contudo, os trabalhos do menino são cada vez mais raros, conforme o seu crescer, a criança se mostra menos disponível e receptível nas gravações e sessões de fotos, o que leva tanto as agências como Débora a desistir do empreendimento paulatinamente. Débora segue cuidando do menino diariamente: é ela quem o leva para a escola pública, em Icaraí, de ônibus, é ela quem o leva nas consultas médicas, ela é a responsável pela feitura da comida e pela orientação nos deveres de casa.

Para trabalhar à noite, Débora sai de casa e passa uma corrente com cadeado no portão, bem como orienta seu filho para que não abra a porta para ninguém. Caio, hoje com sete anos, está acostumado a ficar sozinho em casa e diz que não se sente só, pois adora ver televisão. A televisão a cabo é uma profunda companheira do menino, que assiste sem piscar, como em hipnose, aos programas da *Disney* e *Cartoon Network*. A televisão acaba operando o cuidado da criança, uma vez que é em sua companhia que o menino se afasta da solidão e se mantém entretido, ao mesmo tempo em que Débora se sente menos angustiada. A ocupação onde Débora vive possui “gato de TV a cabo” e por este motivo a criança tem acesso à rede de canais da televisão fechada.

O tempo passa e Débora recebe uma proposta para trabalhar em Búzios em uma grande creperia; além do emprego noturno, a mulher também é chamada para trabalhar como caseira na residência de dois estrangeiros, o que pode lhe proporcionar mais um salário e moradia gratuita. A luta por emprego sempre estivera presente na narrativa de Débora e cansada de não ter dinheiro e das condições precárias de moradia na ocupação, ela resolve dar Caio para os parentes do *ex*: “estou cansada, esgotada, não tenho tempo pra mim; cuidar de Caio me toma toda, vai ser difícil, mas não vejo outra solução; preciso trabalhar, fico muito presa por causa dele, porque fazer as coisas pra ele me toma todo o tempo”. Após ruminar durante meses acerca de sua decisão, em reunião com Márcio e sua família, a mulher anuncia aos presentes que não ficará mais com Caio. Débora expôs suas dificuldades ao longo de todos aqueles anos para conseguir alimentação, moradia, reclamou de falta de tempo para si, das dificuldades em conciliar sua temporalidade com a rotina da criança, e de “dignidade” como ela coloca. Débora expôs a necessidade de pensar sobre a sua vida e que, pela primeira vez, seria preciso “correr atrás” de seus desejos pessoais, como fazer o curso de costura e customização que tanto almeja. Enquanto os parentes se vêem consternados com a situação, a irmã de

Márcio faz uma espécie de defesa em meio ao julgamento coletivo de todos e recorda das inúmeras vezes que Débora dedicou seu tempo à criação do menino. Desse modo, a tia de Caio decide assumir os cuidados do menino durante um tempo e depois de mais algumas conversas foi acordado que toda a família ajudaria na criação, através da compra de roupas, da doação de dinheiro, das despesas com o colégio e do pagamento de assistência médica mensal. Inicia-se o circuito de circulação do menino, assim Caio sai de Niterói e vai morar com sua tia paterna e seu marido no Méier, mudando de escola pela quarta vez. O parentesco prático é ativado (WEBER. 2005), os avós paternos passam a ajudar financeiramente nas despesas do menino e o pai de Caio também se integra ao fluxo de cuidados através das visitas ao filho na casa da irmã. Até o marido da tia de Caio passa a constituir-se como uma das referências nos cuidados, uma vez que passa a fazer parte do cotidiano do menino.

Cerca de quatro meses após essa resolução, a tia de Caio engravida e delega ao seu irmão, pai do menino, que fique com ele, uma vez que agora ela estaria ocupada com seu próprio filho. Logo, após sete anos do nascimento de seu filho, Márcio passa a cuidar do menino diariamente. Mais uma mudança ocorre, Caio passa a viver com seu pai em Santa Teresa, trocando também de residência e colégio.

Atualmente, Márcio não cansa de reiterar seu amor e consideração pelo menino e diz que “graças a Deus, agora tudo vai ficar bem”. Márcio critica as decisões da *ex* em relação à educação dada ao garoto (o excesso de televisão, a moradia na ocupação, a escola pública) e lamenta o tempo perdido: “nunca quis ficar todo este tempo sem estar próximo dele, é que eu não tinha condições, sabe? Mas, fazer o quê, né? Ela cansou de ser mãe, agora ele está comigo”. Márcio se esmera em conciliar o trabalho de professor com os cuidados do filho, diz que por conta deste encargo teve de abrir mão do emprego de educador nos finais de semana que tanto lhe servia. Márcio também lembra que seus gastos mensais aumentaram, uma vez que agora ele precisa pagar uma empregada doméstica para *ficar com* seu filho em casa enquanto ele está no trabalho. Porém, segundo o homem, a cada novo dia “as coisas vão melhorando”. Caio sente saudades de sua mãe e entende a decisão tomada por ela: “Minha mãe fez muito por mim; ela precisa de um tempo pra trabalhar e conquistar as coisas dela”.

Com gênero.

Penso que o crepúsculo deste casal ilumina o esforço e os constrangimentos em torno do compartilhamento do cuidado de uma criança. Situações de separação podem oferecer ideias acerca dos cuidados, pois, apesar do fim do conteúdo sexual-afetivo entre os pares, outras relações emergem daí. A conjugalidade se finda, mas, por vezes, a parentalidade permanece, e as relações anteriormente experienciadas tendem a se reelaborar sobre outras regras, normas e moralidades (Grzybowski e Wagner. 2010: 77).

O desenrolar da trama supracitada nos fala do modo como uma mulher mobiliza forças para sair do lugar *natural* atribuído aos cuidados e ao feminino.⁴⁸ O movimento feito por Débora quer forçar uma relativa mutualidade no exercício dos cuidados. Portanto, um jogo de poder é orquestrado na partilha dos cuidados e na busca de condições minimamente igualitárias. Por outro lado e de modo relacional, também perseguimos como um homem se investe, progressivamente, dos cuidados. Como, aos poucos, um homem passa a realizar ações até então incompatíveis com um determinado padrão de masculinidade, buscando conciliar sua mobilidade, emprego e cuidados do filho.⁴⁹ Vemos de que modo a moralidade relativa à mulher que se afasta dos cuidados de uma criança se atualiza nos julgamentos das redes expectadoras e participantes da trama. “Até hoje não acredito que ela teve esta coragem” diz a melhor amiga de Débora. “Ela sempre foi maluca”, diz a avó de Caio. “Não se faz isto; como se consegue viver assim?”, diz outra colega.⁵⁰

Certamente o homem também está sujeito às críticas coletivas, ao longo do crescer de Caio; a ausência do pai é frequentemente marcada por amigos e conhecidos, contudo, todas as menções são finalizadas com o tom da conformidade; afinal, parece prevalecer que, nestes assuntos, a *distância* dos homens é concebida com maior tolerância.

⁴⁸ Diversos trabalhos apontam para a forma como os cuidados são pensados como atividade natural e feitos por mulheres. Ver ROSALDO (1995), BILA (2007). COSTA (1998), MELO (2009)

⁴⁹ Sandra G. Unbehaun examina discursos que ressaltam a emergência de um “novo homem” ou do sentimento de paternidade característicos da modernidade. Neste arcabouço, supostas novidades de comportamento corroboram para um maior engajamento de homens e cuidados, mudanças nas relações de trabalho entre homens e mulheres seriam uma das reconfigurações mais influentes nesse sentido. Contudo, a autora ressalta que é preciso reter o contexto no qual estas pretensas mudanças ocorrem. Estes contextos são, em especial, o das camadas altas e médias, no qual a escolaridade, o compartilhamento de tarefas domésticas, as teorias acerca da pedagogia, os valores individualistas e o etos psicanalizado conformam a cosmologia igualitária. O conjunto destas ideias se encontra amplamente explorado nos trabalhos de Luiz Fernando Dias Duarte (1995) Gilberto Velho (1985), Tânia Salem (1989) e Maria Luiza Heilborn (2004).

⁵⁰ A referência à avó de Caio é indireta, pois parte do que Débora me contou. Já as narrativas das amigas de Débora são diretas e partem de momentos em que tive contato com estas.

Ainda que homens e mulheres estejam sujeitos a expectativas e moralidades distintas, a ressonância mais impactante no quesito do estigma recai, contudo, na ideia do feminino e da maternidade como símbolo maior das obrigações de cuidados com as crianças. Lugar este, que as ações de Débora em diversos momentos começam a questionar. A assimetria relativa ao gênero não poderia ser mais saliente.⁵¹

Quando mulheres se afastam dos cuidados, um campo de ideias, ora tendenciosas, ora especulativas se aglomera. No primeiro capítulo, por exemplo, vimos Carmem, mãe de Jackeline, a mulher que “deixou” sua filha com a mãe, ou, que teve sua filha “tomada” pela avó. Carmem diz que durante muito tempo teve pesadelos com o fato de não ter se responsabilizado pelos cuidados da filha e conta que só conseguiu viver uma vida “normal” depois que passou a fazer terapia, através da indicação de uma patroa. Em outra ocasião, durante uma festa no morro, outra interlocutora desabafa: diz que depois de ter deixado seus dois filhos com o pai, em São Paulo, nunca mais conseguiu “ter paz”:

“não que eu quisesse cuidar deles, eu não queria mesmo, porque não me vejo com a vida que tinha antes, eu não me dava bem com o pai deles, brigávamos muito, mas a culpa de ter deixado eles com o pai deles me persegue até hoje; tem dias que não consigo levantar da cama, fico o dia todo chorando, me sinto errada, me sinto devendo”.

Em se tratando dos construtos de gênero, durante todo o trabalho de campo não encontrei nenhuma narrativa de sofrimento masculino associada a não cuidados de criança com tamanha carga de intensidade. Ao contrário, recorde, por exemplo, a

⁵¹ Maria Luiza Heilborn utiliza a teoria de Louis Dumont acerca dos valores hierárquicos presentes em sociedades não ocidentais e afirma que a assimetria constitui as relações de gênero. Para Heilborn, a condição ontológica de assimetria do gênero se explica na passagem natureza e cultura, visto que o masculino parece figurar, na maior parte das sociedades, como valor englobante. Diferentemente de Gayle Rubin, a autora não atribui a assimetria de gênero à troca de mulheres e evoca a passagem cunhada por Eduardo Viveiros de Castro sobre essa hipótese: “O que efetivamente se troca nos sistemas de aliança são propriedades simbólicas, direitos, signos, valores, por meio de pessoas”. Heilborn retoma também as ideias de Françoise Héritier acerca da valência diferencial entre os sexos, cuja sustentação, também ancorada no plano lógico decorrente da passagem natureza \ cultura, dispõe o feminino e o masculino como polaridade desproporcional, na qual o feminino representa o polo menor (HEILBORN. 2004). Outro aspecto recuperado por Heilborn se refere também ao lugar da reprodução biológica entre os humanos contido na teoria de Héritier, uma vez que esta instância estabelece diferentes “ordens de gênero” e figura como “a marca elementar da alteridade”. Para Heilborn, estes seriam os pilares de justificação da base assimétrica do gênero.

ocasião na qual um homem comenta que havia acabado de conhecer um filho “perdido” e que o rapaz, hoje com 22 anos, morava em outro Estado. O homem dialoga sobre o ocorrido durante uma feijoada entre amigos e parentes. Em escuta, os dois amigos presentes na conversa iniciam uma breve divagação acerca dos filhos que tiveram com *ex-mulheres*, pois os mesmos também têm quatro filhos com quatro mulheres diferentes. Os homens falam acerca da prole numerosa às gargalhadas e salientam o quanto apenas os filhos das últimas relações afetivas tem maior *contato* com os mesmos. Nas três situações todas as crianças nascidas *ficaram com* as mães. Um dos homens registrou todas as crianças, porém, como ele define: “nunca fui de cuidar”; outro disse ainda que, por causa dos quatro filhos “espalhados pelo mundo” vive sem dinheiro, pois “é muita gente pra dar pensão”. O homem que conheceu o filho perdido lamenta que agora está “fodido” por causa da exigência de mais uma pensão alimentícia e conclui bem alto no meio da roda: “filho é igual às casas Bahia: você faz de graça, mas paga prestação a vida toda”. É inegável a existência de um peso maior do trabalho do cuidado sobre as mulheres; contudo, as narrativas acima atualizam a ideia existente entre homens, dinheiro e cuidados. Não se trata de reificar a figura do provedor, tampouco, a do “chefe de família”, mas sim de dar conta da associação entre cuidado masculino e dinheiro. O cuidado masculino compósito ao dinheiro se atualiza em dois sentidos: em trabalhar *fora* e, portanto, “produzir” e em dar o dinheiro para o sustento da criança na forma da pensão, e, portanto cuidar.

Todos os comentários são feitos às gargalhadas, com descontração e até mesmo zombaria. Em suma, as narrativas não carregam remorso nem culpa, mas, sim, comicidade. Porém, é verdade que a zombaria quanto aos filhos perdidos pode ser entendida como a narrativa mais aceitável mediante o grupo, uma vez que o reconhecimento público da *distância* não é tarefa fácil. Assim como, para as mulheres que deixaram seus filhos com outros, a única narrativa plausível e aceitável parece ser a do sofrimento.

A mesma descontração emocional não ocorre com as mulheres; enunciadas como “loucas” ou “insensíveis”, as mulheres que não cuidam de seus filhos impactam fortemente o imaginário coletivo. Estes atos, contudo, podem ser pensados como gestos de ruptura como os padrões de cuidados hegemônicos que quase sempre associam o feminino às obrigações com crianças. Logo, sabemos que o gênero apresenta variações, sendo matéria porosa. Como ressalta Michele Rosaldo, o gênero deve ser apreendido num incessante compartilhar de sentidos (ROSALDO. 1995). Depende menos de

atitudes isoladas e mais da matéria relacional que atravessa os agentes. O gênero se observa na alteridade e isto implica assumir, como demonstrou Gayle Rubin, que as relações humanas são generificadas.⁵²

Lembram a Vanusa? A mulher que, após a separação, botou o marido para fora de casa e conseguiu se apropriar do barraco do *ex*. Diferentemente de Débora, Vanusa legitimou o descrédito do “pai sumido” garantindo a posse do patrimônio. Acredito que o peso do enunciado “marido e mulher”, de que Vanusa era tributária antes da partida de seu marido para o Ceará, conferiram legitimidade para ela na luta pelo barraco na justiça, status este que Débora não possuía, já que durante todo o tempo, o casal, mais jovem e menos fiel às convenções de casamento, se apresentavam como “namorados”, termo de menor proporção no gradiente das relações afetivas contemporâneas. Mesmo com a existência da criança, gênero, cuidados e patrimônios foram transacionados de formas totalmente distintas. A primeira mulher ficou com pensão e barraco e a outra teve de sair de casa e cuidar de seu filho, ora sozinha, ora com ajuda intermitente da rede de amizades. Disso podemos reforçar a ideia de que homens e mulheres transacionam o imaginário relativo ao gênero de diversas formas e em diferentes momentos da vida. Assim, o Gênero não corresponde apenas aos homens e mulheres, mas em imaginários acerca dos construtos feminino e masculino, não excluindo daí os fluxos de dinheiro, crianças, coisas, objetos e patrimônios.

Vanusa soube reivindicar o barraco do *ex* desmoralizando o “pai que sumiu” na justiça. A mulher quase sempre se impôs na relação com seu *ex* e ressalta, de modo muito ilustrativo, que “batia muito no marido”. A posse do barraco também pode ser pensada como uma apropriação daquilo que tornaria “o pai de seu filho” um provedor. Assim, é evidente que a construção do gênero não é estável; por isto, não pretendo me ater à forma como o gênero se constrói, mas sim, para o modo pelo qual *o gênero se*

⁵² Em artigo influente para o conjunto das críticas feministas, a autora sustenta que a formulação de Lévi-Strauss referente à troca de mulheres é problemática porque obscurece relações subjacentes aos sistemas de parentesco. Na proposição de Rubin a troca ultrapassa o aspecto do parentesco (tomado como expressão simbólica de interditos, convenções e obrigações) e contém relações entre homens e mulheres traçadas por um inexorável aspecto generificado. Para Rubin, a troca de mulheres engendra um conjunto de relações relativas às sexualidades, nomes, linhagens, direitos e sujeitos que dizem respeito a homens, mulheres e crianças em suas relações de poder. Sendo assim, a troca de mulheres não diz “somente” sobre o parentesco, mas implica na generificação de relações. Sobre este derivado se justapõe as convenções de matrimônio e os cânones em torno da sexualidade, a rigor, a exegese feita por Rubin, quer refletir em torno da opressão das mulheres e sobre a centralidade da heterossexualidade objetivada na formulação das teorias de Lévi-Strauss e Freud (RUBIN. 1995).

atualiza a partir dos cuidados. Meu foco não será na construção do gênero, mas em suas incessantes atualizações e sentidos atribuídos. Pretendo fazer isto confrontando perspectivas acerca dos construtos, masculino e feminino, jogando assim, uma ideia contra a outra e assumindo um movimento muito semelhante ao dos agentes em suas interações cotidianas, quando os mesmos aludem ao imaginário povoado por “coisas de homens” e “coisas de mulheres”. Em algum momento, talvez, atavismos a materialidade anatomofisiológica e a corporalidade estetizada podem surgir; entretanto, por aqui, não vamos tratar destas associações, até porque elas não fazem parte do conjunto de questões esboçadas durante a interação com os interlocutores. Se mulheres e crianças estão comumente engajadas, e esta espécie de “dado” se exprimiu fortemente durante todo o trabalho de campo, também foi possível observar o encontro de masculinidades e crianças. Portanto, para dar conta do conteúdo relacional, vejamos em que condições estes encontros se produzem e que sentidos eles operam nas relações experienciadas.

O argumento que associa mulheres às crianças, como forma de expor o tempo que elas passam desigualmente comprometidas com determinadas tarefas e hierarquias de gênero é importante; contudo, devemos evitar sua dimensão tautológica e evidenciar as variações e transações de masculino e feminino no cuidado das crianças. Assim, acredito que é importante dar lugar a idéias que possam operar uma desnaturalização destes cuidados, e uma dessas estratégias aponta basicamente para fazer aparecerem os homens nos cuidados, terreno esse quase sempre enunciado como eminentemente das mulheres.

Quando os homens incomodam.

“Estava claro para qualquer observador que o único vínculo que a unia a cada uma de seus pais era o fato lamentável de ser ela um veículo fácil para o rancor deles, uma xícara de porcelana, pequena, mas funda, boa para misturar ácidos cortantes”.

“Pelos olhos de Maisie”. Henry James

Em “Pelos olhos de Maisie”, um clássico da literatura norte-americana, Henry James se envereda entre os dramáticos caminhos decorrentes do divórcio. A trama exprime a forma pela qual uma criança passa a compartilhar dois lares e outras tantas referências afetivas. Como num escrito sobre a derrocada da família “nuclear” rumo às

“recompostas”, o autor nos apresenta o lugar da criança em meio ao compartilhamento dos cuidados. A ideia contida é clara: Criança-veículo. Todavia, fora a natureza literária presente no romance, existe algo para se reter aqui, pois, como aponta Cristina Lobo, “sem crianças não existem recasamentos” (2009:54).⁵³ Portanto, o foco aqui não se dirige às situações de separação de casais, mas em como essas separações alteram rotinas de cuidados; sendo assim, quero introduzir a forma como um interlocutor iniciou sua disputa em torno dos cuidados da filha após a separação de sua *ex-mulher*. A referida dinâmica expõe situações relativas ao gênero dos cuidados.

O casamento durou cerca de sete anos e se desfez porque Marisa se apaixonou por outro homem.⁵⁴ A “traição”, como Rodolfo denomina, alterou a vida de todos os envolvidos, inclusive de Julia, filha do casal. Com a dissolução da conjugalidade, a primeira decisão tomada por ambos foi vender a casa em que moravam. Marisa foi morar com o novo namorado e Rodolfo voltou a viver na casa dos seus pais. Júlia seguiu com a mãe. Ambos resolveram regularizar as visitas da criança e a pensão alimentícia na justiça, de modo que Rodolfo obteve o direito a visitas quinzenais para *ficar com* a filha. Tudo estava estabelecido; no entanto, Rodolfo lembra que passou a se incomodar com o *jeito* que sua filha era tratada no novo lar.

“Primeiro que ela passou a apanhar, coisa que a mãe dela não fazia, mas daí sempre tinha uma explicação, depois, não sei por que motivo eles decidiram trocar a Júlia do colégio que ela adorava e tinha todos os amigos, e isto não foi bom pra ela; o outro colégio era bem melhor. Depois veio a história dela tomar esporro do outro (o novo marido da mãe) e depois veio esta coisa dela dividir quarto com o filho dele, que tem uns catorze anos. A minha filha tinha o próprio quarto dela na antiga casa, sabia? Não tem que dividir quarto com um... praticamente homem, que nem irmão dela é. E quem disse que ela tem que apanhar?”

Um montante de outros comportamentos perturba a percepção de Rodolfo acerca do cuidado da filha. A gota d’água consiste na mistura de pessoas que não possuem o mesmo sangue, e que, mais do que isso, trata-se do filho adolescente do novo marido da

⁵³ Cristina Lobo afirma que nas Ciências Sociais a definição acerca das famílias recompostas e do termo “recasamento” inclui: “os adultos e crianças de relações anteriores” (2009).

⁵⁴ Minha relação com Marisa, Rodolfo e Julia se deu a partir da creche. Na época do trabalho de campo os dois já haviam se separado e minhas primeiras conversas foram iniciadas com Marisa quando ela ia buscar sua filha no horário de saída. Com o passar do tempo conheci Rodolfo, com quem cheguei a realizar uma entrevista, além de inúmeras conversas. Outro lugar no qual pude conversar com Rodolfo algumas vezes foi no bar do morro, na ocasião do jogo do Bingo, um lazer que mobiliza diversas pessoas todos os finais de semana. E em relação a Júlia, devo indicar que a menina tinha seis anos de idade na época da pesquisa.

mãe, um “quase homem”, representando uma profunda ameaça ao convívio da menina, e ainda, no mesmo quarto, lócus máximo da intimidade. Assim, após um ano de separação, Rodolfo decide voltar aos tribunais para pedir a guarda da sua filha. Rodolfo diz que não tem tempo de cuidar da criança; mesmo assim defende que “pra tudo existe uma solução”. Rodolfo trabalha como segurança noturno e recebe dois salários mínimos. Quando está com sua filha em casa, ele conta com a ajuda de seus pais, que o ajudam na alimentação da menina, roupas, brinquedos e lazer com a criança, uma vez que Rodolfo e Júlia utilizam boa parte de seu tempo juntos indo ao cinema e à praia.

Marisa, mãe da criança, reluta em aderir à chamada “guarda compartilhada”. Rodolfo diz que isto se deve ao fato de que Marisa receberia um valor menor como pensão; afinal, se a criança se dividir presencialmente entre duas casas, o mesmo ocorre com o valor da pensão. Marisa não quer partilhar a criação da filha, a mulher sente-se aviltada com as pressões do *ex* e avalia que a insistência dele representa uma afronta ao seu *jeito* de cuidar e sua auto-imagem como mãe:

“agora ele quer ficar com ela, mas isto tudo é porque eu não quis mais ficar com ele, entende? É pra me atingir, porque, imagina, não precisava disto, ele está fazendo terrorismo na cabeça da criança, dizendo que ela não precisa passar por isto. Por isto o quê? Eu sou uma ótima mãe, todo mundo sabe. Olha pra menina e veja como ela é feliz”.

Marisa diz que a motivação de reivindicação dos cuidados da filha, por parte do *ex*, se dá por causa do remorso que ele sente em decorrência da “traição”. Do outro lado, Rodolfo não cansa se de manifestar afetividade para com sua filha. Presentes, passeios e diálogos são elementos que compõem a interação entre eles. A menina se percebe como tendo que escolher um “lado” frente à disputa do ex-casal e todas as vezes em que seu pai a deixa na casa da mãe para uma nova semana, ela cai em prantos, “sinto saudades do meu pai”, ela explica. A afirmação é reiterada a cada momento em que Julia exprime sua preferência para com o pai, ainda que ame muito a mãe, como a criança pondera. Rodolfo reclama que Marisa “queimou seu filme” na creche da criança e salienta que ali todos pensam que ele é “um ogro” e ela é “a anjinha”. Mas o homem não desiste e faz de tudo para “proteger” sua filha. Como ilustração ao seu empenho, ele se lembra de situações nas quais *ficar com* sua filha forjou uma espécie de luta, a exemplo das idas ao banheiro do shopping.

Existem determinados lugares extremamente marcados por gênero; poderíamos citar a escola, a creche, entre outros, porém, um destes territórios emblemáticos consiste

no ambiente do banheiro. Explico-me: algumas assimetrias de gênero quanto aos homens nos cuidados foram explicitadas a partir do banheiro e de todo um conjunto de elementos partícipes desta orbe de intimidades. Rodolfo conta do desconforto vivido no ambiente durante passeio com sua filha:

“Na maioria das vezes quando ela era menor eu pedia licença para entrar no banheiro das mulheres, batia na porta, falava com licença e entrava. Uma vez uma mulher me perguntou o que eu estava fazendo lá, e eu disse que estava levando minha filha ao banheiro, ela disse: bota ela aí pra fazer no ralo. Eu disse: faz você no ralo! Ela disse: Mas isso aqui é um banheiro de mulher, você não pode entrar, é o nosso direito, leva ela no banheiro de homem. A senhora quer que eu que faça o quê? Minha filha também tem o direito de fazer xixi e não vou levar ela no banheiro de homem... Hoje em dia fico esperando do lado de fora porque a Júlia está maior, mas fora as vezes que entrava com ela, eu pedia para alguma mulher levar e ficava de guarda do lado de fora. As únicas vezes que não precisei fazer isso é em banheiro de shopping, que tem banheiro infantil, que todo mundo pode entrar. Sair com filha menina para rua já te leva a pensar em como vai ser para ir ao banheiro”.

A situação parece falar sobre os chamados “direitos das minorias”, na qual a condição de simetria entre os “diferentes direitos” parece inconciliável. “Quem tem mais direito? A mulher ou a criança?”, emenda Rodolfo, ilustrando de modo brilhante, em uma só frase, a polêmica do particularismo. Porém, fora estas indagações, talvez não por simples coincidência, outro homem conta de seus constrangimentos nos cuidados da filha no mesmo ambiente. João vive enfrentamentos homéricos com a ex-mulher por conta do *jeito* de cuidar da criança. João diz que quase não tem tempo para *ficar com* a filha, motivo pelo qual sofre muitas críticas da ex-mulher; porém, João diz que, quando pega sua filha para *ficar com* a criança, sua ex-mulher “enche o saco” em relação à limpeza, à administração de remédios e à intimidade:

“Quando fico com minha filha no final de semana, às vezes a mãe dela reclama que ela veio sem tomar banho, que ela está toda zoada, toda suja. Mas olha só: foi ela que me proibiu de ajudar a Tainá tomar banho; ela disse pra mim que era melhor que eu não fizesse isso, que deixasse a menina tomar banho sozinha e me proibiu principalmente de lavar ela, tanto que desde então eu passei a deixar que ela se limpe sozinha também, acho melhor até; desde cedo lá em casa ela se limpa sozinha. Esses dias estávamos com uma amiga lá em casa e minha filha quis tomar banho com esta minha amiga; eu não deixei e minha filha ficou chateada e ficou chorando, rolou um clima até, minha amiga não entendeu direito, mas se eu não dou banho nela, também não vou deixar ela tomar banho com ninguém, não é? Mesmo sendo mulher e por mais que seja uma amiga”.

Banhos, banheiros, limpeza e intimidade são assuntos controversos nos cuidados das crianças e mobilizam desafetos entre homens e mulheres. Este conjunto se adensa ainda mais quando acoplado às masculinidades.⁵⁵ A questão pode ser compreendida na chave da produção de subjetividades, ou seja, na forma como o componente masculino parece macular o bom cuidado das crianças num plano imaginário. Porém, este medo é muito concreto, ainda que paire no silencioso campo dos não ditos. Existe muita desaprovação com o sumiço dos pais, no entanto, em algumas situações, existe grande desconforto quando estes resolvem se aproximar. Recordo que, dentro da equipe da creche pesquisada, apenas um homem, com a função de pedagogo, incorporava o grupo. Em conversa com a diretora, esta me explica que o pedagogo era a única pessoa da equipe que não se ocupava do banho das crianças:

“aqui na creche decidiram que fulano não daria banhos nas crianças, as mães e os pais em separado, aos poucos, foram tocando nesse assunto comigo, uns mais diretos, outros nem tanto, até que em reunião foi decidido que seria melhor que fulano não desse banho nas crianças; acho que é melhor mesmo”.

Sobre a presença de homens na educação infantil, Benedito Medrado ressalta uma série de ansiedades relativas à conduta dos “homens cuidadores”. Por um lado, os receios recaem sobre o medo do “abuso sexual”, e por outro existe também a associação entre homossexualidade e homens cuidadores, em alusão a uma clara ameaça de feminização do homem que adentra a arena dos cuidados (MEDRADO. 2001: 155). Parece que esse medo não está circunscrito apenas à creche, pois foi evidenciado também através de algumas falas em tom confidencial ou comentários discretos feitos por algumas interlocutoras: “dizer que fico tranquila quando ela está com o pai é mentira, sabe por quê? A gente não deve confiar em ninguém; o mundo está tão violento que até do pai eu desconfio”. Outra interlocutora assume sua “neurose” como ela se define: “prefiro ser neurótica do que confiar; eu falo pra fulana (a filha) que ela não deve sentar no colo de nenhum homem, nem fazer coisas que não tem vontade, falo pra

⁵⁵ Instigada por estas questões, indaguei interlocutoras com filhos homens sobre as idas aos banheiros públicos. Algumas afirmaram que por vezes ao levar os meninos para os banheiros femininos, as crianças se negam, estranham, ou sentem-se envergonhadas em entrar em “banheiro de mulher”. O episódio parece se revestir antes de tudo como cômico, e não como ameaçador. Assim, nenhuma interlocutora se disse constrangida ou perturbada com o acontecimento, já que para as mulheres o receio explicitado acima não corresponde, não se espera que mulheres “abusem” de crianças em lugares de intimidade. Este medo é claramente associado ao masculino.

ela que se alguém botar a mão na vagina dela é errado, que ninguém pode fazer isto, nem o pai dela, nem primo, nem ninguém”. O intento em apartar e distanciar corpos masculinos e corpos de crianças se refere ao medo iminente do “abuso sexual” e da “pedofilia”, atribuídos pelos interlocutores à “maldade humana”.

Se, por um lado, existe uma fantasmagórica linha de criminalização e de propagação imagética da pedofilia, por outro lado os discursos em torno deste evento mostram o que “não pode ser mostrado” e falam, em algum momento, sobre a sexualidade entre crianças e, igualmente, entre aqueles considerados jovens e velhos. Por isto, em muitas casas com *homens distantes* as mulheres ressaltavam o “lado bom” que pode ser extraído da ausência destes, referente ao medo de maus-tratos dos filhos na casa de outrem. Além disso, estas passagens não deixam de salientar o modo como a sexualidade masculina figura como um tipo de força animal, desvelando uma potência sexual enunciada como quase que incontrolável no gênero masculino (OLIVEIRA, 2004).

Assim, paira a ideia de que o homem não consegue “cuidar direito”, reforçada por narrativas nas quais estes não conseguiriam executar determinadas atividades com êxito, ou do *jeito* correto. É nesse aspecto que a dimensão do gênero se acopla às diferentes normas exercidas por homens e mulheres no regime cotidiano (SINGLY, 1993). Tanto Singly quanto Daniel Welzer-Lang (2004) discorrem acerca das diferentes noções sobre “limpeza” e “sujeira” partilhadas entre homens e mulheres, tentando perceber que, além da dimensão do gênero, outra instância significativa se revela e que corresponde às diferentes regras pertinentes às socialidades domésticas.⁵⁶ Tal “conflito de normas” explorado em especial por François de Singly é percebido em diversas situações cotidianas; uma interlocutora diz que seu filho, sempre que fica com o pai, não toma os remédios; outra avó reclama que o pai de seu neto não conversa com o menino quando ambos estão juntos e que a criança cansa de chamar o pai para obter atenção. Uma criança me conta que não gosta de ficar na casa do pai porque este não sabe cozinhar: “lá não tem nada pra comer; um dia comi até ração de gato, estava com fome (risos)”. Estas situações dissertam sobre uma aparente incompatibilidade entre cuidados

⁵⁶ A teoria de Singly, contudo, deve ser aproveitada a partir do nosso contexto, pois não podemos esquecer que sua obra trata do universo francês contemporâneo; mesmo assim, acredito que seu conceito pode ser torcido para jogar luz em nosso contexto, uma vez que estamos tratando de normas que falam sobre como as pessoas se organizam diante da hierarquia e do igualitarismo. Sobre conjugalidade e regras de convívio, ver também Jean-Claude Kauffmann (1992).

de crianças e homens, porém se referem ao campo de cálculos, atitudes e afetos que compõe o que é (in) suportável ou (des) agradável na gestão da proximidade cotidiana.

Quando questionadas sobre os motivos pelos quais um homem não “cuida direito”, as mulheres respondem que os homens são “frios”, “esquecidos”, “distraídos” ou muito “ocupados”. E ainda saliento que nenhuma mulher ou homem recorreu à idéia de Natureza para justificar esta enunciada incombinabilidade. A noção essencialista de atributos e competências inatas não corresponde às categorias acionadas pelos interlocutores.⁵⁷

Homens *duros* e Mulheres *moles*.

Homens são evocados positivamente no sentido do exercício da autoridade para com os filhos. Em relação à educação e aos *jeitos* de tratar as crianças, os homens são aludidos devido ao melhor uso e exercício da autoridade. Uma interlocutora esclarece: “esta aqui (a filha) é outra quando está perto do pai; parece mágica, ela escova os dentes, come a comida toda, arruma os brinquedos, o pai não se mata de tanto pedir não, ela faz na hora. Fico admirada: é como se fosse outra criança que está ali”. Muitas foram as pessoas que disseram que filhos obedecem aos homens apenas “com o olhar”. E em duas casas nas quais as crianças eram cuidadas pela mãe as mulheres disseram chantagear os filhos com base na imagem do pai.

“Várias vezes, durante o nervosismo, já ameacei meu filho dizendo que ele ia pra casa do pai, se não fizesse o que eu mando; ele sabe que lá a vida dele é outra, até prometi pra mim mesmo que não faria mais estas ameaças, porque um dia ele ficou muito tonteado e disse que nunca iria querer morar com o pai, porque o pai dele obriga ele a comer tudo no prato, porque o pai dele é chato. Meu filho reclama que quando vai pra lá tem que ver o jornal nacional, porque o pai dele não abre mão da televisão. É só eu falar pra ele que vou falar pro pai dele das merdas que ele apronta que ele treme, ele chega soluçar”.

⁵⁷ Lembremos o trabalho clássico feito por Nancy Chodorow. A autora, interessada em processos estruturais de socialização e inspirada na psicanálise de Freud, pensa que a base para diferença de gênero reside na chamada primeira infância; meninos e meninas se diferenciariam enquanto tal através do relacionamento com a mãe: os primeiros seriam constituídos pela separação, perda e desvio pelo afastamento da pessoa de confiança, a “mãe”. As meninas, desde pequenas estariam atreladas à figura materna, o que acarretaria uma tendência identitária a “tomar conta do outro”. Repousa aqui o tom essencialista que associa identificação imediata entre pessoas por conta da disposição anatomofisiológica do “ser mulher”. (CHODOROW. 1978)

Homens também são enunciados como mais eficazes no controle da sexualidade das filhas mulheres, até porque são eles que estão mais sujeitos à vergonha advinda do reconhecimento público do exercício da sexualidade das filhas, ao passo que as mulheres não se ocupam desta tarefa com tanta dedicação.⁵⁸ As narrativas sugerem que filhos “dão muito mais respeito” aos pais. Tanto que entre os interlocutores é muito comum ouvir referências às mulheres como *moles* e os homens como *duros*. A oposição *mole* e *duro* foi acionada por diversas vezes para explicar uma maior *moral* dos homens para com os filhos e o descrédito das mulheres com as crianças no sentido da autoridade. Na perspectiva dos homens as crianças os respeitam mais por conta da dureza ao passo que não respeitam as mulheres porque estas são *moles*, presas fáceis em meio à inventividade exercida pelas crianças.

Entretanto, em relação ao uso da força física, a exemplo de surras, batidas e palmadas, são as mulheres que empreendem estes gestos, enquanto que, da parte dos homens, não acompanhei nenhum que batesse nos filhos.⁵⁹ Um adendo deve ser feito: não quero afirmar com isto que homens são mais eficazes em controlar as crianças. A relação das mulheres com as crianças também é extremamente marcada por um grande exercício de poder e autoridade. Por muitas vezes presenciei a forma como mulheres impõem sua *moral* com os filhos, e fazem isto muito bem, inclusive! No entanto, as narrativas salientam qualidades de gênero diferenciais, nas quais os homens aparecem como potencialmente mais exitosos neste assunto. Outro interlocutor ajuda a esboçar as diferenças de gênero no lidar com as crianças:

“Pra ela está sempre tudo bem; ela não briga com as meninas pra nada. As meninas não respeitam ela. Às vezes a gente acaba brigando por causa das meninas. Ela até briga comigo porque eu me preocupo com as meninas, porque eu dou esporro, falo mesmo, aí ela fala: Você parece que gosta mais

⁵⁸ Lembremos, por exemplo, o trabalho de Pitt-Rivers (1988). O lugar da honra entre os homens se constitui como elemento fundamental no sentido de que, no contexto estudado pelo o autor, a ação da mulher coloca em jogo a honra do homem.

⁵⁹ As palmadas são enunciadas como atos de significado educativo, pois, é com esta idéia que as mulheres explicam o motivo de as crianças apanharem, seja para “aprender”, ou para saber “se comportar”. Assim, apesar de incluir o uso da força física, as palmadas representam gestos educativos. Ressalto, contudo, que surras e palmadas são objeto de acirrados debates entre os interlocutores, pois a maioria destes não aprova as pessoas que batem nos filhos. Muitos condenam estas atitudes e fazem referência ao “Conselho Tutelar” e aos “direitos das crianças” como ameaça a pais e mães que “mal-tratam” os filhos. Em geral as palmadas são toleráveis; no entanto, as surras, verdadeiras sessões de bofetadas, são muito discriminadas por aqueles que as empreendem. A maioria prefere não começar a bater, pois pode-se “perder a cabeça” durante o momento de *nervoso* ou *fúria*, e o que era para ser uma breve palmada pode virar uma surra com sequelas indesejáveis.

delas do que de mim? E eu falo, mas é mesmo! E concordo, porque elas que são a minha família, não é mesmo? Elas são minhas parentes. Minha família são minhas filhas, ora, e ela fica pra morrer. (risos) Eu falo pras meninas que na hora de educar, o bagulho não é assim não, vocês não tem vontade o tempo todo, e sempre. Um dia fui brigar com Joyce (filha de nove anos) e ela ficou triste, chorando no canto. A mãe dela ficou falando pra eu conversar com ela; quando cheguei pra conversar ela disse assim: é, você grita comigo e agora pede desculpas é? E sabe o que eu fiz? Eu saí e me recolhi, nunca mais pedi desculpas! Quando a gente briga com filho tem que manter porque senão perde a moral. Eu fico em cima mesmo, tem reunião lá no X (instituição socioeducativa) que eu vou e resolvo as coisas; eles falam que Fabíola não faz nada, que ela fica rindo.”

Em conversas com Lauro, homem reconhecidamente “presente” no cuidado do filho entre a vizinhança e amigos, o homem novamente reapresenta a questão elaborada acima. Lauro afirma que briga muito com a mulher quando o assunto é a imposição da *moral* e a *moleza* da mulher:

“Eu brigo com ela porque ela não... O Ramon não obedece ela, eu não sei se é porque eu sou mais chegado com ele, de fazer as coisas com ele, de escovar dentes, de dar banho, de trocar roupa, chamar ele pra comer, e ela não tem isso... Se o Ramon tiver ali, “Ramon vem tomar banho!” Ele fala que não vai, aí quando eu falo “Ramon, vem tomar banho!”, ele já vem caladinho só de olhar. Se ele estiver fazendo alguma coisa errada, só de olhar ele já fica na dele, e com ela não: com ela, ele já bate o pé, já responde; aí eu falo, você tem que impor sua moral pra cima dele: você tem que mostrar pra ele que quem manda é você; se você chamar a atenção dele, e ele te responder e você deixar por isso mesmo, não é porque ele é uma criança que ele não vai entender. Entende sim; você brigou com ele, ele bateu o pé e você não repreendeu, deixou por isso mesmo. Ele vai fazer isso quantas vezes for necessário; quando ela sai com ele na rua, ele faz pirraça com ela; comigo ele não faz, já com ela ele faz; ela diz: aí não vou sair mais com Ramon, porque ele fez escândalo na rua; aí eu falo pra ela: é nisso que eu converso com você: você tem que impor sua moral dentro de casa, que quando for na rua não precisa passar por estas coisas, comigo ele não faz isso.” Lauro.

A mesma dureza atribuída aos homens, e como vemos, muito reificada pelos próprios, é exemplificada no âmbito da proteção das crianças. O cuidado da criança também recai sobre os homens no sentido da segurança da criança frente ao comércio de drogas local. Fábio me explica que tem brigas constantes com sua esposa nesse sentido:

“Agora eu estou trocando e aumentando o portão, vou subir o muro também porque não dá mais; aquele dia parece que eu estava prevendo, saí de casa e falei pra Cristina: não deixa as meninas na rua. Foi dito e feito: aconteceu aquilo (invasão): aí, tiro na máquina de lavar, na parede, vagabundo no

quintal. Eu falei pra elas: se for sair, tranca as meninas em casa; pronto: passa a chave, mas ela não fez, então agora quem vai tomar atitude sou eu: comprei um cadeado.”

Fábio

A intensa proximidade com o comércio de drogas local produz inflexões específicas quanto ao cuidado da criança no contexto pesquisado, de modo que existem rebatimentos singulares na vida das pessoas nesse sentido. Assim, os homens aparecem novamente como os melhores protetores das crianças. O cuidado das crianças renova assim as ideias de “força”, “proteção” e “segurança” acopladas ao masculino. Fábio, homem muito *apegado* ao filho, sempre se indis põe com a mulher por avaliar que a esposa deixa o filho muito *solto*. O filho *solto* é aquele que anda na rua sozinho e entre amigos, que brinca na área do morro, tem presença frequente nas casas vizinhas e que, em suma, exerce a “autonomia do concreto”, como vista no capítulo 2. Os filhos *presos* dizem respeito às crianças que permanecem a maior parte do tempo nas casas, guardadas, sob os olhares das redes de cuidados e sob o maior controle. Logo, filhos *soltos* são uma preocupação para quem convive diretamente com o comércio de drogas e nesse sentido, Fábio briga muito com sua esposa por avaliar que ela deixa o filho *solto*. Fábio recorda o dia em que, ao voltar do trabalho, viu seu filho Ramon brincando na rua:

“Teve uma vez que meu filho ficou com a minha cunhada que mora até aqui na frente da creche; eu estava trabalhando e minha esposa deixou ele lá com ela, e eu vi ele sozinho ali na rua. Aí ele me viu e subiu na moto comigo e eu levei ele pra casa. Quando eu cheguei perto de casa, duas blazer da polícia lá em cima: fiquei bolado, aí na mesma hora liguei pra minha esposa, dei um esporro nela e perguntei pra ela: Cadê o Ramon? Cheguei em casa agora, e Cadê o Ramon? Ramon está com a Priscila (a cunhada). Você tem certeza? Ela disse: tenho; eu deixei o Ramom lá com ela. Eu disse, olha eu cheguei agora do trabalho, encontrei o Ramon lá na frente da creche, sozinho, peguei ele, subi, quando chego aqui na porta de casa e tá cheio de polícia e se sai um tiroteio nesse morro aqui? Essa criança na rua solta. Aí acontece uma coisa dessas: o culpado vão ser os pais, a polícia não vai querer saber que estava com fulano, beltrano. A responsabilidade é dos pais; eu até falo com minha esposa: tem seu filho, cada um que crie seu filho. Ramom não pode ficar solto. Quando a gente tem que resolver nossas coisas, a gente tem que procurar fazer isso, durante o horário que o Ramom está na creche, no horário que ele está na creche, aí sim, a gente pode sair e resolver nossas coisas; mas chegar e deixar o Ramom na casa da sua irmã pra fazer não sei o quê, a sua irmã não cuida nem dos filhos dela, vai cuidar do nosso? Desde esse dia ela não deixou mais ele lá; acabou.”

O episódio deu fim ao compartilhamento de cuidados entre mulher e cunhada por conta da divergência do marido. Homens muitas vezes interferem nesse sentido, quando avaliam que os cuidados, ainda que executados por outros, não estão correspondendo a certos critérios de segurança. Novamente, a situação renova o campo das regras e normas familiares como referido acima. O fato da intromissão dos homens nos cuidados afeta muito a opinião das mulheres, pois, na perspectiva destas, para que se possa interferir na forma como uma criança é cuidada é preciso que se participe ativamente do circuito de cuidados. É preciso atualizar constantemente o *contato* para acessar a *moral*, via de excelência para interferir na vida de outrem. E, como vimos, a *moral* advinda do cuidado decorre do *contato*.

E no suposto lugar de excelência das mulheres, o “reino dos afetos”, alguns homens também se fazem muito *presentes*. Apesar dos discursos de incompatibilidade, homens reinventam o lugar “desajeitado” ou *distante* atribuído a estes. Ronaldo cuida intensamente das duas filhas. O homem trabalha como porteiro no bairro de Boa Viagem; contudo, faz questão de pegar e levar as duas meninas na creche e de levá-las ao pediatra sempre que pode.

“sou eu pra tudo mesmo: banho, comida, remédio, levar ao médico, sou eu que tenho que estar de frente mesmo, porque se deixar com a mãe, ela não faz não... Eu trabalho de plantão, um dia sim, um dia não e elas tomam muito atenção minha, essa aqui (criança) fala muito, fala sem parar, tem que trocar ideia com ela. Isso é coisa de mulher, né?”Ronaldo

Ao buscar confirmação sobre certo padrão feminino, o homem rapidamente descarta tal construto e logo em seguida Ronaldo afirma que nunca foi “machista” e que a experiência da “criação” lhe ensinou que as tarefas domésticas e de cuidados com crianças devem ser compartilhadas por todos, homens e mulheres, confirmando uma clara alusão à cosmologia igualitária.⁶⁰

⁶⁰ Sandra G. Unbehaun fala dos discursos que ressaltam a emergência de um “novo homem” ou do sentimento de paternidade característico da modernidade. Neste arcabouço, supostas novidades de comportamento corroboram para um maior engajamento de homens e cuidados, mudanças nas relações de trabalho entre homens e mulheres seriam uma das reconfigurações mais influentes nesse sentido. Contudo, a autora ressalta que é preciso reter o contexto no qual estas pretensas mudanças ocorrem. Estes contextos são, em especial, o das camadas altas e médias, nas quais a escolaridade, o compartilhamento de tarefas domésticas, as teorias acerca da pedagogia, os valores individualistas e o etos psicanalizado conformam a cosmologia igualitária. O conjunto destas ideias se encontra amplamente explorado nos

Quando as mulheres saem no prejuízo.

“Não creio que eles jamais tenham a mesma sensação de lutar contra o tempo ou de terem de coordenar as atividades com uma passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são principalmente as próprias atividades, que, em geral, têm o caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos aos quais as atividades devem se conformar com precisão. Os Nuer têm sorte.” (EVANS – PRITCHARD. 1993: 116).

A citação acima opera num sentido abstrativo e serve apenas como reflexão introdutória à questão do tempo. Quando Evans-Pritchard discorre sobre o tempo entre os Nuer, ele nos oferece uma outra noção do tempo até então desconhecida na literatura antropológica da época. O tempo adquire sentido a partir das relações interpessoais e com o entorno. A temporalidade Nuer não é concebida como um contínuo imperioso, linear e arbitrário, mas antes, se desdobra afetivamente nos acontecimentos e nas atividades cotidianas, ou “ecológicas”, segundo definição do próprio autor. O tempo surge como experiência inédita, de modo que o autor declara num tom quase libertário: “Os Nuer têm sorte”.

Já em outro contexto, Joana Overing expõe a forma pela qual os Piaroa dedicam seu tempo para as atividades cotidianas, tudo se passa com um considerável alinhamento entre autonomia e a dedicação aos costumes, e faz com que a autora afirme: “A ênfase que os Piaroa põem no cotidiano e nas atividades diárias não é trivial, mas sim o produto de uma poderosa filosofia social, altamente igualitária” (OVERING. 1999: 85). Estas distintas experiências com o tempo, e sobretudo com o tempo cotidiano, permitem exprimir algumas considerações sobre o lugar do tempo nos cuidados e de como esta experiência é especialmente generificada no contexto pesquisado.

O tempo figura como questão importante, pois se passa muito tempo envolvido com filhos e crianças; como dizem os interlocutores: “criança toma tempo”. A criança aparece como o grande gargalo do tempo, cuidar *toma* o tempo, e este tempo “tomado”,

trabalhos de Luiz Fernando Dias Duarte (1995), Gilberto Velho (1985), Tânia Salem (1989) e Maria Luiza Heilborn. Portanto, creio que este engajamento não se sustenta somente entre as camadas médias e altas, mas se apresenta, ainda que com menor expressividade, também entre os segmentos dos trabalhadores.

por sua vez, parece ser eclipsado. Assim, mesmo com sua grande existência, o tempo do cuidado é obscurecido de diversas maneiras, e, sobretudo, quando é contrastado com outras atividades consideradas como trabalho. Trabalhar *fora* faz mais sentido enquanto trabalho do que cuidar, atividade que muitas vezes se passa “dentro”. As pessoas reconhecem o fazer, a carga e a quantidade do trabalho de *casa*, ou, do trabalho de “dentro”; mas são as atividades de *fora* que adquirem maior visibilidade. Portanto, as atividades de *fora*, sem dúvida alguma, são consideradas como “trabalho”, porém as atividades de cuidados *lutam para ser* reconhecidas e se legitimar enquanto tal.

Para ressaltar o caráter laboral dos cuidados, boa parte do raciocínio da economia neoclássica formulou que estes se tratam de trabalho “reprodutivo” (MELO, 2009). Porém, como explica Florence Weber, tal binômio (produção\reprodução) define os cuidados como atividade produtiva, aquela que não gera valor. Assim, tal binarismo classifica o trabalho doméstico - domínio englobante dos cuidados – como aquele que não gera valor de mercado. Não gerar valor de mercado parece ser uma das características para denominar aquilo que tem (e o que não tem) caráter mercantil, elemento extremamente valorativo das relações sociais e da premissa utilitarista, segundo os mesmos postulados das ciências econômicas.⁶¹ Assim, Florence Weber enfatiza que, se o cuidado se dedica à reprodução de pessoas, ele se atém ao domínio da continuidade da vida. Nesse sentido, o binômio produtivo\reprodutivo é pouco criativo no sentido de capturar a dimensão dos cuidados no contexto das relações contemporâneas.⁶²

⁶¹ As considerações sobre o lugar do binômio produtivo\reprodutivo nas relações de cuidado foram conversadas com a professora Florence Weber na ocasião do seminário “Novas perspectivas em etnografia da economia: modalidades de troca e do cálculo econômico” ocorrido, nesse ano no âmbito PPGAS\MN, Brasil. Florence Weber comenta que tais categorias são fruto da racionalidade filosófica que opõe a vida social em lados opostos e impenetráveis.

⁶² Divisões de todos os tipos agem no sentido do fracionamento da vida. Como ressalta Susan Okin estas divisões estão muito presentes desde os escritos de Rousseau e Hegel, que apartaram família e Estado como domínios separados e dotados de princípios diferenciados. Outra divisão análoga é a idéia do chamado domínio “doméstico” como distinto do “público”. Deste raciocínio decorrem outros binarismos: “Público/privado” é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não doméstica e vida doméstica. Nessas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas. A diferença crucial entre os dois é que o domínio socioeconômico intermediário (o que Hegel chamou de “sociedade civil”) é na primeira dicotomia incluído na categoria de “privado”, mas na segunda dicotomia é incluído na de “público” (OKIN, 2008: 308).

Desta forma, opto por seguir na questão do tempo, pois é o elemento tempo que aparece nas narrativas como a parte desigual no tocante ao gênero. O tempo parece figurar como a marca fundamental da assimetria de gênero nos cuidados. As narrativas acionam a temporalidade feminina como sendo definitivamente mais marcada e comprometida com os cuidados. E este é o grande “prejuízo” das mulheres; a forma assimétrica que estas se engajam nos cuidados das crianças em relação aos homens.

Entre os interlocutores o tempo vigora como algo muito precioso, uma vez que, com a presença do elemento criança, o tempo adquire um novo sentido, e tal dado afeta homens e mulheres de maneira distinta. Logo, a ideia é tentar conferir um raio de inteligibilidade entre tempos distintos. Tempos de quem *fica com* uma criança em relação ao tempo de quem não fica. Tempos de homens e de mulheres no lidar com o tempo da criança, pois, olhando novamente o binômio “trabalho reprodutivo/produtivo” a partir do material de campo, podemos dizer que o cuidado da criança “rouba tempo” do trabalho produtivo, aquele que agrega valor. Por isso, o tempo de *ficar com* a criança é considerado um tempo “gasto”.

A questão, portanto, atravessa o tempo que a criança “toma” e que não é facilmente mensurado. Entretanto, se o tempo não é calculado, podemos dizer que este tempo “gasto” é quase sempre qualificado: basta olhar com a devida atenção para as narrativas em torno do sacrifício feminino e da *moral*, categoria esta que exprime os ganhos de autoridade derivados do tempo dispensado nos cuidados. Portanto, com base nas narrativas sobre o tempo “tomado”, podemos nos perguntar: Como é que se pensam tempos com cuidados? Em que medida as pessoas enunciam e qualificam o tempo do cuidado como um “tempo perdido”? Lembrando que as narrativas sobre o “tempo perdido”, “gasto” ou “sacrificado” são narrativas majoritariamente femininas, portanto, que outros elementos fazem parte da enunciação sobre este tempo “gasto”. Como se dá esta economia generificada do tempo “ganho” e do tempo “perdido”?

Como tentativa de resposta a esses questionamentos, é necessário começar a dizer que a experiência do cuidado da criança parece intensificar a criação de três tempos distintos, o tempo da luta, de “correr atrás”, expresso na realização do trabalho *fora* de casa, o “tempo para si”, que consiste na diversão e no autoinvestimento, e o “tempo para o outro” que diz respeito aos cuidados das crianças, doentes e velhos. É, portanto, na perspectiva dos cuidados que se estabelece um divisor “tempo para o outro” e “tempo para mim”, quando de fato, se trata de um trinômio de fundo.

Mas, vamos nos ater ao tempo no qual se tem em conta um outro. A experiência, portanto, instaura e atualiza a bifurcação entre dois tempos, que podemos chamar de um *tempo individual* e um *tempo dedicado*. Individual porque se refere a todos os momentos da vida nos quais as pessoas buscam realizar projetos pessoais que dizem respeito ao trabalho, ao lazer, aos estudos, ao exercício de relações afetivas e sexuais, a exemplo de namoros, casamentos e do curtir a noite. Por outro lado, o tempo *dedicado* se refere à dupla acepção da palavra, tanto no sentido do “empenhado”, evocando trabalho, como no de “entrega afetuosa” ou “destinado a outrem”, aludindo alteridade e prazer. O *tempo dedicado*, portanto, corresponde as tantas vezes de entrega ao fazer-atividade dos cuidados, um fazer que carrega trabalho e amor, mas que não é sempre lazer, pois o cuidado ora tem prazer, ora não tem.

Por isto, algumas trajetórias buscam a realização de projetos que gerem satisfação pessoal, como estudar, alcançar um emprego melhor, praticar uma atividade física, fazer determinado curso, organizar uma festa. E é nesse sentido que as narrativas femininas enumeram suas maiores dificuldades, nos interstícios entre o *tempo individual* e o *tempo dedicado*. Essas mesmas narrativas sobre fazer um curso e\ou ter um emprego melhor não deixam de estar conectadas ao caráter não produtivo do trabalho de cuidados. A ideia de um tempo “gasto” no cuidado em oposição ao tempo “investido” no trabalho *fora* aparece novamente nos enunciados.

É verdade que pessoas que têm filhos conseguem viabilizar o trabalho *fora* através de diversas maneiras e, sendo assim, mulheres e homens trabalham *fora* e conciliam com ampla ajuda da rede de amigos, crianças, parentes e vizinhos os cuidados dos filhos. É através de *ajudas*, pagas ou não, que os familiares compartilham os cuidados de diversas formas, liminares ou mais estáveis. Por isto, a questão do tempo implica um aspecto mais sutil, que é o da mobilidade das mulheres frente à garantia e ao alargamento do *tempo individual*.

Pois será no campo do lazer e dos estudos noturnos que as mulheres têm mais dificuldade em se afastar das crianças, em criar espaços de legitimidade para deixar seus filhos com outros e se distanciar do *tempo dedicado*. Nesse aspecto, as redes de ajudas parecem ser mais aprazíveis com os homens, até porque estes erigem com maior expressividade e estabilidade os seus respectivos circuitos de lazer, a exemplo da cerveja diária no bar, do baralho à noite e do futebol nos finais de semana. Os homens parecem ter o *tempo individual* já dado de antemão, já definido *a priori*. E, portanto, são

as mulheres que têm de cotidianamente operar através de inúmeros gestos o afastamento do *tempo dedicado*. Nesse sentido, a construção da autonomia frente à criança e a socialidade doméstica são uma força empreendida com maior expressividade pelas mulheres.

Vejamos um pouco mais sobre as angústias da temporalidade assimétrica. Uma interlocutora certo dia me encontra toda esbaforida; pergunto o motivo pelo qual ela se encontra tão agitada e ela me explica que havia acabado de terminar com o namorado:

“terminei com fulano, acabei de mandar um e-mail pra ele terminando tudo: ele reclamava que a gente não tinha tempo pra gente e que eu só dava atenção a minha filha, mas eu não tenho com quem deixar ela toda hora pra gente ficar junto. Até pra terminar não tive tempo pra encontrar ele! O pai dela, você sabe, pega só quando quer e minha família não fica mesmo. Foi só eu acabar de mandar o e-mail e minha mãe aparece lá em casa me cobrando que eu não ensino os deveres de casa pra minha filha direito... olha só! Não tenho tempo pra namorar, não; o jeito vai ser casar, mas quem disse que eu quero casar? Casamento pra mim já deu!”.

Janete.

A mulher cogita até mesmo um outro casamento como forma de garantir cuidados em consonância com um plano afetivo-sexual. Porém, em outra ocasião, ela duvida que a adesão à conjugalidade possa conciliar os seus dilemas, uma vez que em sua opinião o próprio casamento pode se configurar como outra “prisão”: “quando é o pai, a gente espera que cuide, mas com outro marido, não sei... ele vai fazer se quiser, né? Por isto tenho medo de casar de novo e arrumar outro problema”.

O impasse vivido se replica em outros lares. Ainda na época da pesquisa, acompanhei três casas nas quais as mulheres viviam no par “mãe\filho(s)”. Nas três casas as mulheres partilhavam uma forte obrigação referente ao convívio e aos cuidados dos filhos. Tais casas aparecem como mais prejudicadas do ponto de vista do “tempo perdido”. As três mulheres trabalham *fora* e recebem *ajudas* (em dinheiro) dos respectivos ex-maridos; entretanto, o dinheiro recebido nunca consegue pagar todas as despesas referentes às crianças. As mulheres, portanto, efetuam uma mistura dos “dois dinheiros” (dinheiro da mãe e dinheiro do pai) para sanar as dívidas das crianças, entre outras contas pessoais e da casa, pois na perspectiva destas, elas partilham do sentimento de prejuízo que está relacionado ao trabalhar *fora* em adição ao cuidado dos filhos durante mais tempo que os homens. Portanto, o dinheiro da criança também é das

mulheres, ou deve ser agenciado através da decisão das mulheres, pois são estas que se dedicam grande parte do tempo aos cuidados.

É nestes termos que um novo casamento se reveste como alternativa interessante, pois se tem com quem redistribuir o tempo, não dependendo somente das redes familiares, de vizinhança e de amizade. Nas três casas, apenas uma das mulheres compartilhava cuidados com uma amiga e vizinha, fato que a deixava muito emocionada, pois ela sabia que podia contar com sua amiga, que nas palavras dela era “uma quase-irmã”.

É também por este motivo que muitas mulheres não desejam ter outros filhos, pois associam crianças à dependência feminina: “Não sei onde estava com a cabeça quando quis ter filho; filho é uma prisão.”, diz uma interlocutora que tem dois filhos. Na mesma ocasião, outra mulher emenda: “não quero ter filhos de jeito nenhum; quero ser livre, inclusive de marido”. Momentos como estes não foram poucos e enunciam o *ficar com* como uma experiência de densa territorialização. Outras interlocutoras afirmaram com veemência que se arrependeram de ter mais de um filho e se consolam ao dizer que a existência de um irmão não é de todo ruim, pois *ajuda* na criação dos outros.

O mito do amor romântico não encontra qualquer eco nas narrativas, pois muitas interlocutoras associam o casamento à manutenção das casas, ao acesso a uma vida menos “apertada”, ao compartilhamento dos cuidados, como também ao encontro de um companheiro para viver a vida. Amor, dinheiro, tempos e cuidados se encontram compósitos nas relações cotidianas. Entre as interlocutoras, quando se vive sozinho “sem filhos” a pessoa tem mais condições de “correr atrás”, sendo portadora de maior mobilidade: “mas quando a gente tem filho, parece que precisa de marido”. É como se a existência da criança em si nunca cessasse de pedir a adição de outros membros, que no contexto pesquisado nem sempre recai nos parceiros afetivo-sexuais, mas também, na rede dos parentes, crianças, amigos e vizinhos. Assim, apesar do desejo de se ver “livre de marido”, como ressaltou Fonseca (2000) em sua etnografia na Vila do Cachorro Sentado é interessante notar a inversão presente na ideia acima; não se necessita de um homem para se ter um filho, mas se precisa do homem porque se tem o filho. É o filho que faz o homem, e não o contrário.

Outro aspecto referente à temporalidade feminina no cuidado se revela nitidamente quando os filhos completam seis anos e têm que sair do regime integral proporcionado pela creche. Acompanhei o verdadeiro drama de algumas mulheres na transição da creche para o colégio. O ensino fundamental público funciona em horário

parcial e este fato faz com que muitas mulheres deixem de trabalhar, ou que trabalhem menos, reduzindo significativamente seus salários e oportunidades, pois durante o horário da manhã, ou da tarde, estariam comprometidas com os cuidados dos filhos. É interessante notar que a opção “parar de trabalhar” só ocorre às mulheres. Nenhum homem deixou ou diminuiu a carga de trabalho “fora”, com a mudança dos filhos do regime integral para o parcial. Neste período a procura da rede paga de *ajudas* na vizinhança, com as amigas e entre os parentes se intensifica novamente, sendo possibilitada através do investimento misto em dinheiro e confiança.

A *mobilidade* das crianças nas ruas se expande; é neste momento que o movimento de ida à escola entre crianças ganha outras casas. Muitas crianças passam a se cuidar durante o tempo em que os familiares não estão em casa, como lembra a diretora da creche: “Aqui as crianças viram adultos em dois anos, porque quando elas fazem seis anos e saem daqui, trazem os outros irmãos para ficar aqui. E elas fazem isso sozinhas”. Logo, as famílias intensificam a transferência dos cuidados aos próprios filhos, como acompanhamos no capítulo 2.

Ocorre também que muitas mulheres deixaram de estudar na época em que tiveram filhos e são estas que procuram retornar aos estudos no horário da noite, quando a criança “deixa de ser um bebê”, conforme definição muito comum. A busca pela escolarização é expressivamente feminina, e nesse sentido são as mulheres que têm as maiores dificuldades em conciliar o trabalho com o estudar, uma vez que precisam deixar os filhos com alguém no turno da noite. As mulheres buscam estudar para ter “um futuro melhor”, o que significa a possibilidade de arrumar um emprego que exija o chamado segundo grau. As mulheres acreditam que podem alcançar melhores condições de trabalho através da escolarização.

Portanto, gestos de “não cuidados” parecem dizer sobre uma força de apropriação do tempo, do “tempo pra mim”. Como indica Márcio, o escândalo e a conseqüente reconfiguração dos tempos ocorrem quando uma mulher “cansa de ser mãe”. Toda a trajetória de Débora parece reivindicar o compartilhamento dos cuidados, e busca em diversos momentos um padrão igualitário relativo ao gênero. Contudo, mais do que uma chamada ao igualitarismo moderno, creio que gestos de não cuidados falam também sobre a desconstrução do cânone da maternidade e dos cuidados compulsórios que insistem em reverberar. A entrega dos filhos para os outros se trata de um

mecanismo de autonomia feminina e de acesso à mobilidade, ainda que na maioria das vezes essa entrega se estenda a outras mulheres e reforce a permanência do feminino no cuidado. Contudo, essa entrega não deixa de questionar radicalmente uma cosmologia na qual cuidados estão associados essencialmente ao feminino e de onde a maternidade figura como potente apanágio destes cuidados. Gestos de não cuidados são radicais porque abalam a um só tempo a obrigação pétrea que vincula mulheres aos cuidados de crianças. Portanto, o gênero dos cuidados descortina a velha tensão entre a autonomia e o *tempo dedicado*, presente tanto nos mecanismos de cuidados, quanto nas vivências de intimidade. A sobrecarga e o “sacrifício”, fruto do vaivém entre um lugar e o outro, é vivida, em maior parte, pelas mulheres, mas também pelas crianças e avós (homens e mulheres).

Por outro lado, quando os homens cuidam, existe todo um exercício para ser feito. Homens precisam operar sua legitimidade no cuidado, precisam resistir às pressões coletivas relativas a masculinidade que se desenha fora destes cuidados. A perspectiva de Rodolfo mostra as desconfortáveis situações vividas quando um homem resolve se aproximar dos cuidados; ora ele é acusado de se sentir-se traído, ora de ser um “ogro” por conta das atitudes impositivas na escola, ora de ser enxerido, por estar no banheiro errado, ora de “recalque”, por empreender atos de suposto ataque à *ex*.

De modo muito delicado, mas não menos importante, eles precisam reinventar a camada de medo e receio que se coloca frente à ameaça sub-reptícia do abuso sexual, dos maus-tratos e da proximidade corporal com as crianças. Esta distância dos corpos é um exercício que deve ser atualizado entre homens e crianças, e, sobretudo, mediada por outros, com olhos sempre vigilantes, já que cuidam. A distância dos corpos é desejável entre todos, porque ela representa menos insegurança num campo marcado por receios clandestinos e fantasias sexuais.

E quando os homens conseguem perfurar a espessa camada dos cuidados, eles esbarram ainda no conflito de normas domésticas, donde podemos visualizar os inúmeros rebatimentos de jeitos, sempre reversos e difusos, que elevam fronteiras significativas e desencadeiam absorventes cadências nas regras de convívio mútuo e de intimidade. Como sugere Oliver Schwartz (1990) ao pesquisar operários franceses, o desejo masculino de retirada e fuga, ou, à *distância*, parece ser o lugar mais aprazível para a expressão da vida, o lugar no qual se produz o afastamento das obrigações familiares, e, em nosso caso, das exigências implícitas nos cuidados. Uma face menos

cruel do lidar com o cotidiano dos cuidados e das normas domésticas seria possível. Assim, é possível se conectar a outras temporalidades, aos *tempos individuais*, aparentemente menos árduos e mais compatíveis com as exigências de manutenção das casas, do pagamento de dívidas e das intensas rotinas de trabalhos. É possível então se distanciar do *tempo dedicado* e se engajar menos do cuidado de outrem. Desta forma, um lugar mais confortável se torna possível, tendo em vista a densa territorialização que a existência da criança instaura e na qual as mulheres são aquelas que mais se debatem para efetuar um descolamento.

Portanto, *distância* é desterritorialização, ainda que para isto seja preciso conviver com o estigma da ausência. Apenas quando consideramos o estado de consumo destas energias, podemos entender a *distância*, e de igual forma compreender os gestos de não cuidados, tanto de homens quanto de mulheres. Como também é necessário considerar o investimento de afeto e sentimento presente nos cuidados, e o lugar de alegrias e ludismo que as relações com as crianças podem operar, pois é a partir do seu reconhecimento que as chamadas “proximidades” se realizam, e as expectativas em torno destas podem ser compreendidas, tanto no dinheiro, na atenção quanto na provisão dos objetos, pois em se tratando de cuidados é quase impossível dissociar aquilo que importa menos ou mais.

CONCLUSÃO.

É comum que nomes como Modernidade e Individualismo ou Sociedade e Cultura sejam correntes na esteira das discussões antropológicas. Muitas vezes os próprios antropólogos se perguntam até que ponto estas noções servem para falar dos contextos dos quais fazem parte. Em relação ao parentesco, por exemplo, são inúmeras as pesquisas que apontam para a existência de múltiplos laços e elos de convívio que desafiam os conceitos da Antropologia. São os filhos de criação, em “circulação”, os adotivos, os “pegos” pra criar, os dados, roubados e doados, até mesmo vendidos. Se pudéssemos divagar sobre uma cartografia imaginária dos cuidados, poderíamos ver vínculos, linhas e conexões quase sempre sendo quebradas, refeitas, misturadas. As famílias nunca foram tão compactas ou homogêneas como alguns quiseram crer.

Ainda no plano da digressão, pensemos no inumerável contingente de migrantes das regiões Norte e Nordeste, quando muitas mulheres e homens chegam às grandes cidades para *ajudar* uma família, uma casa ou alguém. As mulheres, em especial, chegam para cuidar de outras crianças ou de uma casa. Nesse “novo lar”, nas casas urbanas, algumas iniciam uma trajetória profissional como empregadas domésticas, membros “como se fossem” da família. A partir das *ajudas*, muitas crianças, meninas e meninos saem de suas cidades de origem e podem contar esta mesma história: a vinda para a Cidade para *ajudar* na criação de outras crianças ou da casa de outras pessoas. Estas trajetórias falam, entre outras coisas, de processos de cuidados. E é nesse sentido que estes processos desvelam itinerários que falam de deslocamentos migratórios e quiçá internacionais.

Cruzando as fronteiras e os limites da nação, imigrantes indianas, afro-caribenhas, mexicanas e brasileiras ultrapassam o território nacional para realizar o trabalho do cuidado no “primeiro mundo”, descortinando a chamada “reprodução estratificada”, conforme escreve Shellee Colen (1995). Lá, grandes empresas se especializam na terceirização do cuidado pago, a exemplo da expressiva rede de serviços de *nannies*, que exprime o lado significativamente “funcional” do cuidado no contexto norte-americano das grandes cidades. Manuais e revistas temáticas discutem como agir nessas relações “delicadas”, uma vez que se realizam na perspectiva da *proximidade* e denotam os melindres das relações humanas. Especialistas se dedicam a pensar sobre o desempenho de um serviço que se coaduna a zelo e afeto para uma

criança. Uma criança que certamente é um “filho” também. Muitos são os analistas que se empenham em estabelecer regras, direitos trabalhistas e procedimentos para tais relações de cuidados; entre nós, vê-se, por exemplo que esta preocupação está muito bem representada na perspectiva da educação infantil na qual “cuidar também é educar”, frase que opera como um verdadeiro mantra na filosofia construtivista e pressupõe que a educação enquanto um conjunto de técnicas não pode ser dissociada da relação de cuidado com o outro.

Não é à toa que durante a década de 80 diversos movimentos feministas norte-americanos denunciaram as políticas nacionais de “back to home”, nas quais mulheres que tinham filhos eram incentivadas a deixarem seus trabalhos para cuidar das crianças, na crença de que estas eram, sim, as legítimas cuidadoras, e que este cuidado não devia ser transferido, quer fosse para o Estado, ou para terceiros. Na França, como indica Florence Weber (2006), as políticas de creche integral possuem ampla cobertura nacional e a política de proteção social prevê auxílios financeiros para filhos que cuidam de seus pais idosos. Estamos falando de um governo que paga pelo cuidado familiar oferecido aos velhos. Diferentes formas das instituições de governo em lidar com o cuidado estão em debate. Cito os casos norte-americano e francês porque utilizei ambas as autoras, Florence Weber e Viviana Zelizer como interlocutoras para pensar o material de campo e as respectivas pesquisas advindas destes contextos. Os aspectos mencionados são perfeitamente compreensíveis quando se observa que a taxa de natalidade destes países só vem decrescendo e de onde se pensa até mesmo em auxílios financeiros para aqueles que desejam aumentar suas proles.

Cuidados também falam de relacionamentos interpessoais que podem ser gratuitos ou não, implicam dávidas e entrelaçam atividade econômica. Como Zelizer diria, durante muito tempo a sociologia econômica depositou interesse nos Mercados e Empresas e deixou à margem, os cuidados, trabalho este considerado classicamente como “fora do mercado” e que mesmo assim se associa a inúmeros planos econômicos, sociais, de gênero e familiares, para citar apenas alguns atravessamentos.

Os cuidados levantam a velha questão entre a oposição dos direitos e afetos, entre atividades pagas e obrigações sociais. Questão esta que encontra ecos nos confins da concepção moderna ocidental, no postulado do indivíduo versus sociedade, na qual o

amor enquanto relação social é frequentemente marcado em oposição às obrigações e constrangimentos, como descortina Viveiros de Castro e Renato de Araújo (1997).

Diante deste esboço reflexivo, nos perguntamos até que ponto a Antropologia pode excluir os cuidados como um eixo pelo qual se passam expressivas socialidades? Quando pensamos que redes de cuidados movimentam dinheiro, pessoas, cálculos e arranjos afetivos, seria o cuidado assim inteligível demais, tão claro como a água e demasiadamente cotidiano para que nada nele precise ser compreendido? De tão conhecido e familiar nada mais interessa saber sobre este? Como diria Joana Overing, não estamos falando apenas do comensal, mas antes o que parece estar em jogo são práticas pelas quais os relacionamentos se legitimam. E como vimos a partir do material apresentado, cuidados produzem legitimidades.

O contexto das periferias brasileiras, em especial, dos trabalhadores difere radicalmente dos parâmetros mencionados acima. Aqui, estamos diante de uma baixa e desejosa cobertura de creches e escolas e de uma lei muito recente que garante o tempo integral, como é o caso do FUNDEB. Vigoram altos níveis de desigualdade social, de modo que o território brasileiro conjuga na mesma cidade e talvez no mesmo raio urbano uma creche aparelhada com câmera 24 horas na qual uma família consegue acompanhar cada engatinhar de seu bebê pela tela de um *notebook*, e, ao mesmo tempo, casas e mais casas onde são as próprias crianças que cuidam dos outros bebês.

Aqui se alinha uma política de educação em constante “crise” e em transformação com uma sofisticada legislação em torno dos direitos da criança, dispositivo este que é modelo normativo para o mundo afora e que é conhecido por sua “vanguarda” e pioneirismo, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, como toda norma, este mesmo aparato parece ser incapaz de dar conta de processos de cuidados nos quais as crianças se veem como grandes protagonistas. Mais uma vez a incapacidade do “Direito” em acompanhar as relações cotidianas fica exposta.

Ao lançar a criança como titular de direitos e tributária da “doutrina da proteção integral”, como Adriana Vianna desenvolve, os cuidados exercitados nas casas podem facilmente ser pensados como lócus do trabalho doméstico infantil e sendo assim ser significado no terreno da criminalização. O que deixamos de pensar quando se objetiva tal experiência desta maneira? As práticas de cuidados das crianças no Brasil não

alcançaram seu apogeu de especialização; longe disto, elas ainda são feitas maciçamente através das redes familiares, de vizinhança, amizade e parentesco, muito marcadas pelo gênero. Se o interesse no *care* está consolidado na academia internacional, a exemplo dos instigantes trabalho de Florence Weber e Viviana Zelizer, isto não nos livra de examinar o nosso contexto e colocar em perspectiva de análise as nossas categorias.

As políticas de cuidados americana e francesa possuem formas de lidar com estes onde o Estado está presente de uma forma diferente da nossa. Os chamados estados de “Bem Estar Social” consolidam direitos como as creches públicas, integrais e gratuitas. Na França, os cuidados de 0 a 6 anos fazem parte da política de creches com ampla cobertura nacional. O trabalho pago do *care* nos Estados Unidos sofre alta especialização e terceirização. O debate fora daqui repousa em como conjugar e equacionar a socialidade do cuidado com as institucionalidades de qualquer política de atendimento. Defende-se, por exemplo, a ampla profissionalização destes cuidados. A discussão feminista americana e francesa, no entanto, não é mais sobre o caráter moral e legítimo dos cuidados, como Zelizer alude, mas se concentra em pensar em como o *care* pode ser pago, em como ele pode ser “ajustado”;

“O problema não está, dizem elas, no fato do dinheiro estar implicado e, sim, em identificar qual o sistema de pagamento que é utilizado na relação de *care*. Para que o *care* saia de seu gueto de marginalidade econômica, elas defendem vigorosamente sua fundamental significação econômica e seu conteúdo econômico variado” (ZELIZER, 2010: 389).

Definitivamente este não parece ser o nosso caso. O material de campo expõe sutilmente que tipo de ações públicas se conjugam com as socialidades de parentesco, vizinhança e amizade que atravessam os cuidados, a exemplo da creche, da escola e da instituição não governamental. Uma política de creches seja ela feminista, de educação, ou pró-criança e adolescente precisa considerar a atuação do “Estado”, bem como as socialidades cotidianas, lembrando que o parentesco, a vizinhança, a amizade e as crianças são constitutivas destes cuidados.

Viviana Zelizer comenta que a característica “polivalente” dos cuidadores expressa nos inúmeros informes das relações com as babás, enunciadas como “amigas”, “empregadas”, “ajudantes”, está relacionada à dificuldade em estabelecer o preço “justo” do cuidado. E por isto, entendemos seus baixos salários e a precarização das condições laborais em que estas trabalhadoras se encontram, muito exemplificadas nos ínfimos quatinhos destinados para tal e na polivalência mal qualificada deste trabalho (BRITES. 2007). Porém,

o problema aqui ainda não parece ser tanto de definição do preço “razoável”, mas antes de entender que o amorfismo relativo ao *care* é expressivo da mistura de propriedades pensadas como isoladas, o pagamento em dinheiro versus o favor, o amor versus a razão, o profissionalismo versus o afeto espontâneo e eletivo. Uma extensão de oposições se encontra muito nítida na categoria de *ajuda* presente praticamente em todas as narrativas de cuidados.

A *Ajuda* condensa o caráter híbrido dos cuidados. A *ajuda* é entendida como aquilo que vai ser feito com ou sem dinheiro, e com ou sem tanto carinho incluso. A *ajuda*, como diria Mauss é gratuita, porém nem sempre desinteressada. Portanto, como encontrar o preço, tanto nos Mercados, como no Estado, para as *ajudas*? É preciso enfatizar que, quando se encontram enunciados sobre amor e carinho nos cuidados, ou da quantidade de afeto que o Cuidado mobiliza, não estamos falando de nada tão bucólico quanto possa soar para alguns, tampouco de caridade, pois não podemos esquecer a dimensão agonística destas manifestações. Como diria Allan Caillé:

“O interesse se encontra duplamente presente e imbricado nessa ostentação simbólica de generosidade. Que é mais do que ostentação, aliás, uma vez que a traz à realidade. O interesse está no final do processo (e não no início, como quer o utilitarismo), pois a generosidade, se tudo correr bem (mas não há como ter certeza de que tudo correrá bem), acaba compensando. Sob outra forma, porém, encontra-se também no próprio cerne do processo inteiro, estruturado pela rivalidade agonística dos parceiros. O paradoxo suplementar é que essa rivalidade é, em si mesma, a condição da aliança e da amizade. (1998: 10)

Além disto, vale ressaltar que ao falar em amor e afeto não estamos descartando a ambivalência intrínseca às relações, ambivalência esta que, lembremos, deve ser empregada nos termos de Norbert Elias. Estamos assim diante da possibilidade de conjugar e conformar instâncias, aspectos e atravessamentos aparentemente distintos, ou, vistos como opostos e excludentes. Assim, o cuidado se inscreve na premissa da dívida de Mauss, na sua tríplice obrigação, dar, receber, retribuir, ou seja, nas assimetrias relacionais, pois a dívida repousa sobre a aposta assimétrica da relação em valor.

Caillé escreve sobre o (anti) paradigma da dádiva e demonstra como a visão do cálculo presente no pressuposto individualista e a totalidade do holismo com a ênfase na precedência da regras, constituem dois rivais, sendo obviamente dois extremos. Caillé escreve longas páginas sobre a referida oposição e ao discorrer sobre o caráter normativo da dádiva, o autor afirma que o postuldo do holismo\individualismo

desemboca no embate entre liberalismo e socialismo, que tem como seu derivado a oposição entre Estado e Mercado. Se fosse possível traçar um modelo da dádiva, este seria feito com base na mescla entre todos os outros, não privilegiando um contra o outro, mas tentando dar conta de um vaivém entre estes. Nesse sentido, é como se o cuidado fizesse parte das questões relativas ao (anti) paradigma da Dádiva cunhado por Caillé. É como se fosse um dos seus sentidos, pois os cuidados desafiam a oposição entre Mercado e Estado, Individualismo e Holismo, uma vez que, quando se pensa no cuidar questões como: entregar ao Mercado, ou, dever do Estado se elevam.

Seria este um “problema” de indivíduos isolados, ou do Estado e de sua ação? O problema seria o da falta do Estado? Seria este um problema de Mercado? Mas, afinal, quanto vale o cuidado? Quem pode ou não pagar por ele? O trabalho de campo indica que este “problema” não é nem tanto de um como o de outro, mas de ambos e tantos outros. Talvez seja preciso olhar e levar a sério as relações de interdependência, bem como as relações com as Políticas de Estado (educação, proteção social, infância e juventude) como o problema de Mercado, porque, afinal, estamos falando da falta de cobertura dos serviços públicos, a exemplo do drama da falta de lugar para deixar as crianças após os seis anos de idade, do desejo de pessoas “confiáveis” e “seguras” para deixar os filhos e, sobretudo, do emprego de dinheiro para transferir o cuidado a outrem.

Assim, acredito que, em certa medida, o desenvolvimento deste trabalho passa por esses questionamentos. Fiz uma aposta a partir do sentido que o material de campo se desdobrava para mim e sendo assim utilizei Parentesco, Criança e Gênero como entradas para pensar o *Ficar com*. Deste modo, considerando estas breves colocações, podemos reter os principais argumentos deste trabalho.

Quando olhamos o cuidado através do Parentesco, vemos que as categorias de natureza e cultura e biológico e social não são mais explicativas de tudo. Contudo, sabemos que a antropologia contemporânea já havia dado este importante passo. Porém, alguns obstáculos ainda surgem quando destas categorias decorrem as ideias de sangue, origem, inato, elaborado, direitos, normas e obrigações. É neste momento que a divisão trazida por Carsten – a oposição do dado em relação ao feito – a partir da atividade comparativa, ilumina o material de campo e faz aparecer outras noções relativas ao cuidado, como é o caso do *apego*, do *jeito* e do *contato*. Noções estas que falam de experiências de conexão, comensalidade, de interação, criação, de partilha de sentimento e relacionalidade. Nesse sentido, ao falar em cuidado, também estamos

dialogando com ideias acerca do parentesco. Um parentesco que se realiza, sobretudo, nas relações cotidianas.

A ideia do “dom” de cuidar presente nos informes sobre amizade, em especial, nas narrativas de Gabriela, onde o “jeito” aparece com expressividade é importante para pensar a profissionalização dos cuidados. Este “dom” se realiza através de uma carreira de cuidadora, a partir de uma trajetória. A amizade e o *apego* não explicam tal carreira, embora definam as escolhas dos que se beneficiam destes cuidados. A manipulação do dom e do *jeito* de cuidar são alguns elementos para a construção de uma ideia de “cuidador” que parece chave como forma de objetivar (em termos funcionais) a terceirização do cuidado para além dos discursos sobre dom e *apego*.

Quando o cuidado olha através da criança, o que fica? De volta ao seminal argumento de Ariés, vemos que a invenção da infância não se deu substantivamente por aqui. Crianças e adultos não se encontram tão separados assim. O projeto de modernidade com o ingrediente do sentimento de infância não se consolidou de forma tão harmônica. A criança compartilhada fala da grande comédia do indivíduo atomizado e fechado em si mesmo. A criança não está somente no vaivém entre escola e família, mas atravessa outros tantos planos de ação e contextos relacionais. As casas, bem como as crianças, são muito ilustrativas deste compartilhamento e da desconstrução do atomismo, porque carregam uma expressiva co-habitação e um montante de relações intergeracionais. Não serão famílias nem parentes tão isolados e independentes, mas, antes, interdependentes e relacionais. Todos se *ajudam* e todos se devem uns aos outros, de modo que a tensão entre o compartilhamento e o pertencimento é a tensão entre a hierarquia entre os que *ficam com* as crianças.

Pensando no que seria um “preço” do cuidado, vemos que a criança tem um preço, visto que se gasta dinheiro com ela, ao mesmo tempo em que se “gasta tempo” para cuidar dela e é nesse sentido que visualizamos que a criança, sobretudo, tem um valor, e é este valor que precisa ser negociado e discutido nas relações. É difícil, portanto, conciliar a relação entre o preço do cuidado e o valor da criança para os agentes. É verdade que a ideia do compartilhamento dos cuidados não é nova na Antropologia, a exemplo do ilustre trabalho de Claudia Fonseca, mas nos falta ainda pensar em como este compartilhamento afeta o lugar da criança e a noção que se tem desta. Espero que este trabalho forneça material para continuar esta reflexão.

Ao se apropriar da carga doméstica e de cuidados, as crianças experenciam o urbano, os *pedaços*, produzem decisões acerca do cotidiano, gerando uma autonomia do concreto muito próxima à ideia de autonomia entoada na concepção construtivista daqueles que avaliam os cuidados dados às crianças. A concepção de um “sujeito-ator” que não precisa ser mais cultivado ou ter sua identidade construída e determinada pelo meio é intensificada exemplarmente nos itinerários feitos pelas crianças. Porém, este sujeito que as crianças manejam e realizam será constantemente resignificado no próprio cotidiano, no engajamento dos problemas, dos dilemas e das alegrias experienciadas não apenas nas casas e na família – as chamadas “primeiras instâncias de socialização” –, mas se fará também a partir dos becos, caminhadas, *pedaços*, festas e mercados.

As formas de tratar as crianças e, portanto, de cuidar, dizem muito sobre a concepção que se tem sobre estas. De modo que a forma que as crianças se cuidam diz muito da autonomia produzida por estas. Vale ressaltar que a chamada autonomia do concreto é mediada pelos familiares, vizinhos e amigos, porque num certo sentido eles também operam através da obediência, da disciplina, da *moral* e do afeto o cuidado das crianças. Em consonância com esta nebulosa de concepções, ainda encontramos o conjunto dos direitos da criança que elevam os “menores” à condição especial de “sujeitos em desenvolvimento”.

A cena evocada no capítulo 1, na qual o menino Caio manipula seu “penguem” virtual pode ser pensada como efeito de um mundo globalizado, que aproxima realidades distantes e talvez, quem sabe, num delírio evolucionista, as torne até mais homogêneas; porém, ao contrário do que a cena faz supor, as crianças estão longe de partilhar uma mesma infância, trajando uma mesma roupa, partilhando as mesmas referências de parentesco, de cotidiano e de entorno, porque apesar de jogarem o “Clug Penguem” da Disney elas não estão aguardando o último lançamento de “High School Musical” nem pensam sobre qual será o próximo brinde do Mc`Donalds; as crianças do Morro do Palácio estão muito mais interessadas em saber se, afinal, a UPP (unidade de Polícia Pacificadora) vem ou não vem para a favela. A sociologia da infância indica a desconstrução de um “estado ideal” ou de uma criança “normal”, tão propagado na agenda política e institucional de diversos dispositivos (escola, família, instituições) e que veiculam um padrão homogêneo do ser criança, que como tal, deve estudar, crescer com a família de origem, e se possível, deve ser livre de responsabilidades (MARCHI, 2007: 121).

No tocante ao gênero, é interessante notar a forma como meninos e meninas veem-se igualmente comprometidos nos cuidados, de modo que é possível afirmar que entre as crianças existe uma divisão mais igualitária das tarefas de cuidados e da casa. Se não fosse assim, não teríamos os exemplos de Leo, Gustavo e Mateus, três meninos que se encontram fortemente engendrados em cuidados com outras crianças e com as casas.

E quando pensamos o gênero do cuidado, nome este que parafraseia o inspirador livro de Marilyn Strathern, vemos o que todos sabem: que as mulheres ainda são as principais cuidadoras dos filhos, mas que não é só isso; o gênero do cuidado demonstra experiências nas quais o *care* produz uma densa territorialização. O gênero permite não apenas desvelar “um conflito mútuo que se espelha perpetuamente” como diria a polifonia feminista segundo Strathern, mas também os embates entre as saídas e os encontros, entre as *distâncias* e *proximidades*. Quando o masculino resolve se misturar e fazer do cuidado um híbrido, ele desafia as premissas mais femininas sobre o cuidado legítimo e daí advem os inúmeros desconfortos que atendem pelo nome do receio, da ausência, do medo, do abuso e da incombinabilidade. Além da dimensão de gênero, vê-se ainda uma disputa muito similar à imagética da criança, que é o conflito entre autonomia e heteronímia presente nas normas familiares, donde a tripartição dos tempos expõe a ameaça e a dominação de um elemento que tem muito valor para as pessoas, que é tempo pra si e o tempo de “correr atrás”, num conflito intenso com o tempo para outrem, com o *tempo dedicado*. Não é que as mulheres não queiram ser tão cuidadoras como gostariam, nem os homens tão “desnaturados” como parecem. Todos, enfim, querem se apropriar de um tempo, de um tempo para si, já que este é valioso nas relações de ambos. É o tempo que o mercado exige, o tempo do trabalho *fora*. Nesse bojo de reflexões, o pagamento pelos cuidados dos filhos surge como um grande aliado. Muito preenchido pelo compartilhamento dos cuidados com os parentes, amigos e vizinhos, que por sua vez, não excluem o pagamento em dinheiro, a troca de presentes e de favores, destas relações.

A trajetória do casal evocado no capítulo 3 mostra o difícil empreendimento de conciliar o trabalho feminino sem uma rede de parentesco. Como os cuidados recaem especialmente sobre os encargos das mulheres, são estas que têm as maiores dificuldades do ponto de vista do tempo “perdido”. Isso se expressa, por exemplo, de modo muito nítido, no critério estabelecido pela ONG, que as crianças passam grande

parte do tempo, ali, para que os filhos possam ficar sob os cuidados destas: “é preciso que a mãe trabalhe”. A transferência dos cuidados para uma instituição precisa ser feita a partir do trabalho feminino, da exigência de um trabalho e, sobretudo da justaposição do trabalho *fora* com o de *dentro*.

Os homens buscam seu lugar na expressão do cuidado e contam de antemão com ajudas dos parentes. As casas com mulheres “sem marido” e sem redes de *ajudas* são as casas que mais apresentam dificuldades econômicas e materiais. Os avós exercem parte expressiva dos cuidados dos filhos e nesse ponto algumas diferenças de gênero tendem a se perder, pois tanto os homens quanto as mulheres se envolvem nos cuidados dos netos, não havendo diferenciação na transação de dinheiro e trabalho reprodutivo quando o cuidado é feito pelos velhos. Crianças são chamadas a cuidar de seus irmãos e, sendo assim, estas também possuem amplo valor econômico, elas revelam o trabalho reprodutivo que realizam, ao mesmo tempo em que eclipsam o trabalho de seus cuidadores, pois o cuidar não aparece na forma de produto, nem de objeto, mas sim na forma de pessoa. Ademais, as narrativas negam o caráter “natural” dos cuidados ao mesmo tempo em que sua naturalidade é especialmente generificada, pois ainda são as mulheres as mais prejudicadas com o “tempo gasto”, com o tempo dedicado, aquele em se tem em conta outrem.

Entretanto, os homens não se encontram tão distantes e alheios quanto o senso comum alardeia e não estão indiferentes às rotinas de cuidados e aos assuntos de intimidade, mas, ao contrário, parecem incomodar com sua *presença*, ainda que de modo diferente de quando estão *ausentes*. Sendo resignificados a todos os instantes como eternos camaleões mudando de cor, estes caminham por diferentes olhares de desconfiança, medo, julgamento, ameaças de homossexualidade e de excesso de *moral*. O medo da violência sexual possivelmente perpetrada pela potência masculina, opera a fantasia sexual da pedofilia, que encontra sempre conteúdo nas aparições dos “tarados” nas ruas, nas histórias sussurradas de tios ou de pais que abusaram ou tocaram indevidamente suas crianças. Histórias e acontecimentos repletos de interditos entre velhos e jovens e entre parentes. Para muitos homens, as únicas formas possíveis e legítimas de cuidar ainda se atualizam através do dinheiro, das pensões alimentícias, do cuidado mediado pelo mercado e feito a partir da *distância* e da fuga das obrigações familiares, porque estas territorializam itinerários que desejam e precisam, enfim, “correr atrás”.

BIBLIOGRAFIA.

APPADURAI, A. “Introdução: Mercadorias e a política de valor”. In: *A vida social das coisas, as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008 [1986]

ÀRIES, P. História social da infância e da família. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1973.

BARBOSA, A. C. R. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998. 178 p.

BARROS, M. de. Memórias inventadas: as infâncias. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

BARROS, M. L. (1987). Autoridade e Afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.Becker. (2008).

BECKER, H. S. Outsiders: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BILA. S. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. Cad. Pesqui. vol.37 no.132 São Paulo Sept./Dec. 2007

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores Cad. Pagu n.29 Campinas jul./dez. 2007

BORNEMAN, J. Cuidar y ser cuidado: el desplazamiento del matrimonio, el parentesco, el género y la sexualidad. 1997, Revista Internacional de Ciencias Sociales N° 154

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

_____. O senso prático. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CAILLÉ, A. Nem Holismo, nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998.

CARSTEN, J. After Kinship. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

_____. [ed.] (2000) Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship, Cambridge University Press, BISCSP 35801.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, M. C. e REZENDE, B. Claudia. Antropologia das Emoções. Série Sociedade e Cultura. FGV. 2010.

COELHO, M. C.. O valor das intenções: Dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2006 (especialmente capítulo três e quatro)

CHARBONNIER, G. 1989. Arte, linguagem, etnologia: entrevistas com Claude Lévi-Strauss, Campinas, Papyrus.

CHODOROW, N. 1978. The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender. Berkeley, Calif. : University of California.

COHN, C. Antropologia da Criança \ Clarice Cohn. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COLEN, S. Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian Childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. e RAPP, R. Conceiving the new world order: the global politics at reproduction. Berkley, University California Press, 1995, pp.78-102.

COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v.10, n.2, jun/dez. 2002.

CREED, G. “Family Values” and Domestic Economies. Annual Review of Anthropology 29:329-355. 2000.

DELEUZE, G. e PARNET, C. Diálogos. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998, 194p.

DELEUZE, G. Sobre o teatro. Um manifesto de menos; O esgotado \ Gilles Deleuze; tradução Fátima Saadi, Ovídio de Abreu, Roberto Machado – rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

DUARTE, L. F. D. 1986. Da Vida Nervosa (Nas Classes Trabalhadoras Urbanas). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq.

_____. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs.). Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. e GOMES, E. de C. Três famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. “Tempo e espaço”. Os Nuer. Editora Perspectiva, São Paulo, 1978.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”. In: Cadernos de Campo 13, Ano 14, USP, 2005.

FREUD, S. 1997. “O recalque”, Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmund Freud. Traduções feitas/modificadas por Verlaine Freitas.

FONSECA, C. L. W. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs.). Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. "Caminhos da adoção". 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. Ilha R. Antr., Universidade

Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, ISSN 2175-8034. 2003.

_____. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Cad. Pagu [online]. 2007, n.29

_____. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998.

GELL, A. Art and Agency: an anthropological theory. Oxford: Clarendon, 1998.

GERTZ, C. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85 - 107.

GRZYBOWSKY, L. S. e WAGNER, A. Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jan-Mar 2010, Vol. 26 n. 1, pp. 77-87*

GUEDES, S. L. Jogo de Corpo: um estudo da construção social de trabalhadores. Niterói, EDUFF, 1997.

_____. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. Cadernos do CRH (UFBA) Salvador, Bahia, n. 29, p. 189-208, 1998.

HEILBORN, M. L. Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário / organização e apresentação Maria Luiza Heilborn – Rio de Janeiro : Editora Garamond, 2004.

JAMES, H. Pelos olhos de Maisie \ Henry James; introdução e comentários de Christopher Ricks; tradução de Paulo Henriques Britto. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

KAUFMANN, J. C. (1992), La Trame conjugale. Analyse du couple par son linge, Paris, Nathan.

KRAMER, S. As Crianças de 0 A 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e \ é fundamental. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006

LAYTON, R. Art and Agency: A Reassessment. Robert Layton Source: The Journal of the Royal Anthropological Institute, Vol. 9, No. 3 (Sep., 2003), pp. 447- 464

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Ed anthropos, 1974.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1973]1993.

_____. "A família". In: SPIRO, M. et al., A família: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980 1956 . p. 7-45. Texto publicado originalmente em: Shapiro, Harry L. (ed.). Man, culture and society. Oxford University Press, 1956.

_____. As estruturas elementares do parentesco. São Paulo: Vozes, [1949]1982.

_____. O pensamento selvagem. Campinas: Papyrus, [1962] 1990.

LUZZI, M e NEIBURG, F. Prácticas económicas, derecho y afectividad en la obra de Viviana Zelizer. In: ZELIZER, Viviana. *La negociación de la intimidad*. Fondo de Cultura Económica: México; Buenos Aires, 2009.

LOBO, C. Parentalidade social, Fratrias e Relações Intergeracionais nas recomposições familiares. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 59, 2009, pp. 45-74

MAGNANI, J.G.C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MALINOWSKI. B. (1935), Coral Gardens and their magic. Londres: George Allen & Unwin, 1935.

MARCHI, R. de C. Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil. Florianópolis. Tese de doutorado. 2007

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974a [1923-1924], v. 2p 37-184.

_____. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: Mauss, M. São Paulo: Ática, 1979 [1921] p. 147-53. (Grandes cientistas sociais, 11)

MEDICK, H. and SABEAN, D. "Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology". In Medick, Hans and Sabeian, David (eds) *Interest & Emotion: Essays on the study of family and kinship*. Cambridge University Press, 1984. pp 09-27

MEDRADO, B. "Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia". In: Arilha, Margareth; Ridenti, Sandra G. Unbehaum; Medrado, Benedito (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 51-77.

MELO, H. P. de e CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. *Rev. econ. contemp.* [online]. 2009, vol.13, n.1, pp. 135-158. ISSN 1415-9848.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. *Rev. Estud. Fem.* vol.16 no.2 Florianópolis May/Aug. 2008

OLIVEIRA, P. P. de. A construção social da masculinidade \ Pedro Paulo de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 347p.

OVERING, J. 1999. "Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica" In *Mana* 5 (1): 81-107.

PITT-RIVERS, J. "Honra e posição social". In: PERISTIANY, J. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Gunbenkian, 1988, p. 11-59.

RIZZINI, I. e FONSECA, C. As meninas e o universo do trabalho infantil no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais. OIT, 2002. Disponível em <www.white.oit.org.pe/ipec/documentos/final_praticas_cult_brasil.pdf>

ROSALDO, M. Z. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Revista Horizontes Antropológicos – Gênero*, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, ano 1, no. 1, 1995.

RUBIN, G. "The Traffic in Women. Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (ed): Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review Press, 1975.

PEIXOTO, C. E. e LUZ, G. M. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. Cad. Pagu [online]. 2007, n.29, pp. 171-191. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332007000200008.

SAHLINS, M. 1965. "On the Sociology of Primitive Exchange", in M. Banton (org.) The Relevance of Models for Social Anthropology. Londres e Nova York: Tavistock Publications, pp. 139-236.

SARTI, C. A. A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo, Cortez, 2003.

SCHNEIDER, D. M. American Kinship: A cultural account. New Jersey: Prentice-Hall, 1968. pp 01-54.

SCHWARTZ, O. Le Monde prive dès ouvries, paris, PUF, 1990.

SIMMEL, G. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SINGLY, F. de (1993), Sociologie de la Famille Contemporaine, Paris, Nathan, edição em português (2007) Sociologia da Família Contemporânea, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

_____. et. al. (1996), Le soi, le couple et la famille, Paris, Nathan.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

SPIVAK, G. "Can the subaltern speak?" In: P. Willians, L. Christman (eds.), Colonial discourse and post-colonial theory. New York: Columbia University Press, 1988.

STRATHERN, M. 1987. "The Limits of Auto-Anthropology". In: A. Jackson (ed). *Anthropology at Home*: 17-37. London: Tavistock Publications.

_____. 2006. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia* / Marilyn Strathern; André Villalobos, tradutor. – Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2006

TURNER, V. "Dramas sociais e metáforas rituais". In: *Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica da sociedade humana*. Tradução de Fabiano Moraes. Revisão Técnica de Arno Vogel. Niterói- RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense-EdUFF, 2008.

UNBEHAUN, S. G. "A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos". In: Arilha, Margareth; Ridenti, Sandra G. Unbehaun; Medrado, Benedito (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 51-77.

YANAGISAKO, S. e Collier, J. "Toward a unified analysis of gender and kinship". In: Yanagisako, S. and Collier, J. (eds) *Gender and Kinship: essays toward an unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.). 2001. *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano. 344 pp.

VIANNA, A. de R. B. *Direitos, Moralidades E Desigualdades: Considerações a a partir de processos de guarda com crianças*. In: Lima, Roberto Kant de. (Organizador) *Antropologia e Direitos Humanos 3 – Prêmio ABA/FORD/ Roberto Kant de Lima (Organizador)* — Niterói : EdUFF, 2001.

_____. *Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.

Viveiros de Castro, E e Benzaquem, R. de A. "Romeu e Julieta e a origem do Estado", in G. Velho, org., *Arte e Sociedade* (Zahar, 1977).

_____. O nativo relativo. *Mana*, abr. 2002, vol.8, no.1, p.113-148. ISSN 0104-9313.

WEBER, F. "Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França hoje". *Mana*, v. 12, n 2, out 2006. pp 479-502

_____. 2005. Le sang, le nom, le quotidien. Sociologie de la parenté pratique. Paris, La Courneuve : Aux Lieux d'Être.

WELZER – LANG, D. Les hommes aussi changent. Paris: Payot, 2004.

WHYTE, W. F. Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ZELIZER, V. A economia do care. The economy of care. Civitas Porto Alegre v. 10 n. 3 p. 376-391 set.-dez. 2010

_____. Pricing the priceless child: the changing social value of children. Princeton: Princeton University Press, 1994.

_____. The purchase of intimacy. Princeton: Princeton University Press, 2006.